

Graça Maria de Oliveira e Silva Rio-Torto

Relatório da disciplina de "Linguística Portuguesa IV" [Sintaxe e semântica do Português] dos Cursos de Licenciatura em "Línguas e Literaturas" da Faculdade de Letras de Coimbra cujos planos curriculares entraram em vigor no ano lectivo de 2003-2004

**apresentado em Provas públicas de Agregação em Letras/Linguística na
Universidade de Coimbra (25 e 26 de Julho de 2005)**

Preâmbulo

O presente Relatório toma por objecto a disciplina de "Linguística Portuguesa IV" dos novos Cursos de Licenciatura em "Línguas e Literaturas" da Faculdade de Letras de Coimbra cujos planos curriculares entraram em vigor no ano lectivo de 2003-2004 (cf. Despacho nº 9988/2003, publicado em Diário da República nº 116, II Série, em 20 de Maio de 2003).

O perfil da disciplina que aqui se apresenta constitui uma proposta de trabalho, entre várias outras possíveis, necessariamente ancorada nas opções conceptuais, teóricas e metodológicas de quem a desenha, e assente na convicção de que se trata de uma proposta ajustada aos objectivos da formação universitária que o curso em que se insere persegue.

A escolha desta disciplina, consagrada ao estudo da semântica da língua portuguesa, é motivada por duas razões essenciais: uma, de natureza pessoal e profissional, prende-se com o facto de ter sido responsável pela concepção programática e pela leccionação de uma cadeira equivalente em várias edições dos Cursos de "Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras Aplicadas" da Universidade Católica Portuguesa, no seu Pólo de Leiria; outra, de natureza teórica e epistemológica, radica numa concepção da linguagem em que a semântica, a par com a morfossintaxe, ocupa um lugar de inequívoca centralidade na estrutura e no funcionamento das línguas. Recorde-se que a semanticidade, entendida como é para Lyons (1977,

§3.4., p. 79) uma das propriedades definitórias da linguagem humana como sistema semiótico.

A importância capital desta área disciplinar para o conhecimento da arquitectura e do modo de funcionamento das línguas reflecte-se na não contingencialidade da sua presença na estrutura curricular das Licenciaturas em Humanidades que tenham por objecto as línguas e, nomeadamente, a língua portuguesa.

O presente Relatório consta de duas partes: uma primeira parte que é preenchida com o programa e respectivas referências bibliográficas; e uma segunda parte em que se apresentam os fundamentos teóricos, programáticos e metodológicos que presidem à orgânica e ao modo de funcionamento da disciplina, e em que se descrevem os processos pedagógico-didáticos e avaliativos activáveis.

A segunda parte compreende quatro secções: a primeira de enquadramento (1.1.) e de delimitação dos objectivos (1.2.) da disciplina. Nela se procede à apresentação da disciplina, tendo em conta a sua inserção curricular e a sua caracterização em função dos objectivos por que se define.

A segunda secção é consagrada à apresentação, fundamentação e justificação do programa. Nela se descrevem os pressupostos teóricos e programáticos que norteiam a selecção e a organização dos conteúdos da disciplina, bem como os apoios bibliográficos que os sustentam.

Na terceira secção descrevem-se as modalidades de ensino e as estratégias pedagógico-didáticas adoptáveis, em vista a uma bem sucedida apreensão das matérias exploradas.

Na secção quatro são analisadas as modalidades de avaliação que podem ser postas em prática no âmbito desta disciplina.

Uma nota se impõe por respeito a quem vier a ler este Relatório. Não se alteraram no essencial as concepções acerca da filosofia e dos objectivos do sistema de ensino universitário que tive ocasião de expor no Relatório apresentado aquando do concurso para Professor Associado, há dez anos atrás. Por isso há um diálogo intertextual entre estes dois documentos, no que a algumas ideias-chave sobre o sistema universitário diz respeito, e por isso algumas posições então assumidas aqui se replicam, quando consideradas ainda válidas, sem prejuízo dos ajustamentos que a distância temporal, a especificidade dos públicos actuais e os novos desideratos que a instituição universitária chama a si, neste século, impõem ao recorte dos cursos que esta desenha e oferece.

Parte I

Linguística Portuguesa IV

Programa

1. Introdução ao estudo da semântica

1.1. Objecto de estudo. Lugar e identidade da semântica na gramática da língua.

1.2. Modelos e concepções de semântica. Semântica estruturalista e axiologia. Concepção referencialista e denotacional. Semântica formal e verocondicional. Concepção cognitivista, representacional e mentalista. Significação e verdade. Significação e estrutura conceptual. Significação e contexto.

1.3. Conceitos básicos de Semântica. Natureza, dimensões e níveis de significação. Significação e referência. Intensão e extensão. Denotação e conotação. Elementos de semântica lexical. Sema, classema, classe semântica, campo semântico.

2. Semântica da palavra

2.1. Estrutura semântica da palavra. Organização das propriedades semânticas dentro da palavra. Propriedades definitórias e propriedades prototípicas.

2.2. Relações semânticas entre palavras: antonímia, sinonímia, hiperonímia, hiponímia, holonímia, meronímia.

2.3. Semântica da palavra em co(n)texto. Relações paradigmáticas e relações sintagmáticas em interacção. Combinatórias entre palavras: restrições de selecção, solidariedades lexicais.

2.4. Polirreferência, polissemia, homonímia, vagueza. Variação co(n)textual da significação.

2.5. Extensões de significação. Literal e figural. Metáfora, metonímia, metaftonímia.

3. Semântica frásica

3.1. Conceitos básicos: predicador, predicação, argumentos; proposição, conteúdo e estrutura proposicional; expressões referenciais e expressões predicativas.

3.2. Relações semânticas, papéis temáticos e grelha argumental. Funções sintáticas e funções semânticas: coincidências e descoincidências.

3.3. Temporalidade, aspectualidade, modalidade, polaridade

3.4. Relações de significação entre frases

3.4.1. Relações de paráfrase, de contradição, de implicação, de pressuposição

3.4.2. Relações de parataxe, de hipotaxe, de coordenação e de subordinação.

3.4.3. Construções de coordenação. Coordenação copulativa, adversativa, disjuntiva e alternativa.

3.4.4. Construções de subordinação

3.4.4.1. Construções de subordinação adverbial. Construções causais, condicionais, concessivas, finais, temporais.

3.4.4.2. Construções comparativas e consecutivas.

3.4.4.3. Construções de subordinação completiva.

Bibliografia

- Allwood, Jens & Peter Gardenfors, edited by (1999), *Cognitive semantics, meaning and cognition*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins.
- Bach, Emmon (1989), *Informal lectures on formal semantics*. New York, State University of New York Press.
- Baldinger, Kurt (1970), *Teoría semántica. Hacia una semántica moderna*. Madrid, Ediciones Alcalá.
- Bartsch, R., J. van Benthem and P. van Emde Boas, ed. by (1989), *Semantics and contextual expression*. Dordrecht, Foris Public.
- Baylon, Christian & Xavier Mignot (2002), *Initiation à la sémantique du langage*. Paris, Nathan, Vuuf.
- Bechara, Evanildo (2004), *Moderna gramática portuguesa*. 37ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (org.) (1999), *Gramática descriptiva de la lengua española*. 3 vols. Madrid, Espasa Calpe.
- Bréal, Michel (1924), *Essai de sémantique, science des significations*. Paris, Librairie Hachette.
- Brito, Ana Maria (2003), *Subordinação adverbial*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 17, p. 695-728.
- Brito, Ana Maria (2003), *Construções de graduação e comparação*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 18.2-18.4., p. 754-766.
- Busse, Winfried e Mário Vilela (1986), *Gramática de valências. Apresentação e esboço de aplicação à língua portuguesa*. Coimbra, Almedina.
- Camacho, Roberto Gomes (1999), *Estruturas coordenadas aditivas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 351-405.
- Campos, Maria Henriqueta Costa e Maria Francisca Xavier, coord. (1991), *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Campos, Maria Henriqueta Costa e Maria Francisca Xavier, coord. (1991), *Sintaxe e semântica do português, textos complementares*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Casteleiro, João Malaca (1981), *Sintaxe transformacional do adjetivo. Regência das construções completivas*. Lisboa, INIC.

- Chierchia, Gennaro, B. H. Partee and R. Turner, ed. (1989), *Properties, types and meaning* (vol. 1). *Semantic Issues* (vol 2.). Dordrecht, Boston, London, Kluwer Academic Press.
- Chierchia, Gennaro and Sally McConnell-Ginet (2000), *Meaning and grammar. An introduction to semantics*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- Chierchia, Gennaro (2003), *Semântica*. Trad. de Luis Arthur Pagani, Lígia Neri e Rodolfo Ilari. Campinas, Editora da Unicamp e Londrina, Paraná, Eduel.
- Coseriu, Eugenio (1973), *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*. 3ª ed. Madrid, Editorial Gredos.
- Coseriu, Eugenio (1977a), *El hombre y su lenguaje. Estudios de teoría y metodología lingüística*. Madrid, Editorial Gredos.
- Coseriu, Eugenio (1977b), *Princípios de semântica estrutural*. Madrid, Editorial Gredos.
- Coseriu, Eugenio (1978), *Gramática, semântica, universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid, Editorial Gredos.
- Coseriu, Eugenio (1981), *Lecciones de lingüística general*. Madrid, Editorial Gredos.
- Croft, William (1986) *Syntactic categories and grammatical relations. The cognitive organization of information*. Chicago, London, The University of Chicago Press.
- Croft, William & Alan Cruse (2003), *Cognitive linguistics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cruse, D. Alan (1997), *Lexical Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cruse, D. Alan (2002) (ed.), *Lexicology: International handbook on the nature and structure of words and vocabularies*. Berlin, Walter de Gruyter.
- Cruse, D. Alan (2004), *Meaning in Language. An Introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford, Oxford University Press, 2nd edition.
- Cunha, Celso & L. F. Lindley Cintra (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Cuyckens, Hubert & Britta Zawada, eds. (2001), *Polysemy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, John Benjamins.
- Dalrymple, Mary, ed by (1999), *Semantics and syntax in lexical functional grammar. The resource logic approach*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- Duarte, Inês (2000), *Língua portuguesa. Instrumentos de análise*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Duarte, Inês (2003), *Aspectos lingüísticos da organização textual*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 5, p. 84-123.
- Duarte, Inês (2003), *Subordinação completiva — as orações completivas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 15, p. 593-651.

- Duarte, Inês e Ana Maria Brito (2003), *Predicação e classes de predicadores verbais*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa, Caminho, p. 179-203.
- Dubois, Danièle, sous la direction de (1993), *Sémantique et cognition: catégories, prototypes, typicalité*. Paris, CNRS.
- Ducrot, Oswald (1972), *Dire et ne pas dire. Principes de sémantique linguistique*. Paris, Hermann.
- Endruschat, Annet, Mário Vilela e Gerd Wotjak, ed. organizada por (1994), *Verbo e estruturas fráscas. Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica, Leipzig, 22-25 de Novembro de 1993*. Porto, Faculdade de Letras, Anexo VI da Revista da Faculdade de Letras, Série Linguas e Literaturas.
- Fauconnier, Gilles (1994), *Mental spaces. Aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Fauconnier, Gilles and Eve Sweetser, ed. by (1996), *Spaces, worlds and grammar*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Fillmore, Charles (1968), *The case for case*. In: Emmon Bach & Robert Harms, orgs, *Universals in Linguistic Theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, p. 1-88.
- Fodor, Janet D. (1985) [1977], *Semántica: teorías del significado en la gramática generativa*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- Fonseca, Joaquim (1993), *Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do português*. Porto, Porto Editora.
- Fonseca, Joaquim, org. (1998), *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o português*. Porto, Porto Editora, Tomos I-III.
- Fonseca, Joaquim (2001), *Língua e discurso*. Porto, Porto Editora.
- Frege, Friedrich Gottlob (1984), *Estudios sobre semántica*. Introducción de Jesús Mosterín. Traducción castellana de Ulises Moulines. Barcelona, Editorial Ariel, 2ª ed..
- Galmiche, Michel (1991), *Sémantique linguistique et logique. Un exemple. La théorie de R. Montague*. Paris, PUF.
- Geckeler, Horst (1976), *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Versión española de Marcos Martínez Hernández. Madrid, Gredos.
- Geiger, Richard A, Brygida Rudzka-Ostyn, edited by (1993), *Conceptualizations and mental processing in language*. Berlin, New York, Mouton de Gruyter.
- Goddard, Cliff & Anna Wierzbicka, ed (1994), *Semantic and Lexical Universals. Theory and Empirical Findings*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins.
- Goldeberg, Adele E. (1995), *Constructions. A construction grammar approach to argument structure*. Chicago and London, The University of Chicago Press.

- Gregory, Howard (2000), *Semantics*. London, New York, Routledge.
- Grimshaw, Jane (1992), *Argument structure*. Cambridge, The MIT Press.
- Gutiérrez-Rexach, Javier, edited by (2003), *Semantics. Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, 6 vols.
- Heger, Klaus (1974), *Teoría semántica. Hacia una semántica moderna*. Madrid, Ediciones Alcalá.
- Hudson, Richard (1995), *Word meaning*. London, New York, Routledge.
- Hullen, Werner and Rainer Schulze, ed. by (1988), *Understanding the lexicon. Meaning, sense and world knowledge in lexical semantics*. Tübingen, Max Niemeyer.
- Jackendoff, Ray S. (1983), *Semantics and cognition*. Cambridge, The MIT Press.
- Jackendoff, Ray S. (1995), *Semantic structures*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- Jackendoff, Ray (1997), *The architecture of the language faculty*. Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press.
- Jackendoff, Ray (2002), *Foundations of Language. Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford, Oxford University Press.
- Johnson, Mark (1987), *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Katz, Jerrold J. (1979), *Teoría semántica*. Traducción del inglés por Juan García Puente. Madrid, Aguilar.
- Kleiber, Georges (1990), *La sémantique du prototype. Catégories et sens lexical*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Kleiber, Georges (1994), *Nominales. Essais de sémantique référentielle*. Paris, Armand Colin.
- Kleiber, Georges (1999), *Problèmes de sémantique. La polysémie en question*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.
- Lakoff, George (1987), *Women, Fire and Dangerous Things, What Categories reveal about the Mind*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Lakoff, George & Mark Johnson (1984), *Metaphors we live by*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Lakoff, George & Mark Johnson (1999), *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York, Basic Books.
- Langacker, Ronald W (1987), *Foundations of Cognitive Grammar. vol. 1. Theoretical Perspectives*. Stanford, California, Stanford University Press.
- Langacker, Ronald W (1991), *Concept, Image and Symbol: the cognitive basis of grammar*. Berlin, New York, Mouton de Gruyter.
- Lappin, Shalom, ed by (1996), *The Handbook of contemporary semantic theory*. Oxford, Blackwell.
- Larson, Richard and Gabriel Segal (1995), *Knowledge of meaning. An introduction to semantic*

- theory*. Cambridge, Bradford.
- Leher, Adrienne & Eva Feder Kittay, ed. (1992), *Frames, fields, and contrasts. New essays in semantic and lexical organization*. Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- Lepore, Ernest, edited by (1987), *New directions in semantics*. London, Academic Press.
- Levin, Beth & Malka Rappaport, (1996), *Lexical semantics and syntactic structure*. In: Shalom Lappin, ed by, *The Handbook of contemporary semantic theory*. Oxford, Blackwell, p. 487-506.
- Lima, José Pinto de (1989), "*Significado avaliativo*": *para uma clarificação à luz de uma semântica prática*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Linsky, Leonard (1974), *Le problème de la référence*. Trad. de l'anglais par Suzanne Stern-Gillet, Philippe Devaux, Paul Gochet. Paris, Éditions du Seuil.
- Löbner, Sebastian (2002), *Understanding semantics*. London, Arnold.
- Lyons, John (1977), *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols.
- Lyons, John (1978) [1977], *Éléments de sémantique*. Paris, Librairie Larousse.
- Lyons, John (1990) [1978], *Sémantique linguistique*. Traduit par Jacques Durand et Dominique Boulonnais. Paris, Librairie Larousse.
- Lyons, John (1991), *Lenguaje, significado y contexto*. Traducción de Santiago Alcoba. Barcelona, Paidós Ibérica.
- Lyons, John (1996), *Linguistic semantics. An introduction*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Martin, Robert (1976), *Inférence, antonymie et paraphrase. Éléments pour une théorie sémantique*. Paris, Librairie C. Klincksieck.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria et al (2003), *Gramática da língua portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa, Caminho.
- Matos, Gabriela (2003), *Aspectos sintáticos da negação*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 19, p. 767-793.
- Matos, Gabriela (2003), *Estruturas de coordenação*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 14, p. 551-592.
- Matos, Gabriela (2003), *Orações comparativas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 18.1., p. 732-754
- Móia, Telmo (1992), *Sobre classes semânticas de adjetivo*. Lisboa, FLUL, Cadernos de semântica 7.

- Muller, Claude, edité par (1996), *Dépendance et intégration syntaxique: subordination, coordination, connexion*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- Neves, Maria Helena de Moura (1997), *A Gramática funcional*. São Paulo, Martins Fontes.
- Neves, Maria Helena de Moura (1999a), *As construções condicionais*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado*. vol. VII: novos estudos. 2ª edição. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 467-544.
- Neves, Maria Helena de Moura (1999b), *As construções concessivas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado*. vol. VII: novos estudos. 2ª edição. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 545-591.
- Neves, Maria Helena de Moura (2000), *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP.
- Neves, Maria Helena de Moura (2003), *Guia de uso do português. Confrontando regras e usos*. São Paulo, Editora UNESP.
- Pavilionis, Rolandas (1990), *Meaning and conceptual systems*. Translated by H. Campbell Creighton. Moscow, Progress Publishers.
- Peres, João Andrade e Telmo Mória (1995), *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho.
- Pezatti, Erotilde Goreti (1999), *Estruturas coordenadas alternativas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado*. vol. VII: novos estudos. 2ª edição. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 407-441.
- Pottier, Bernard (1992), *Sémantique générale*. Paris. Presses Universitaires de France.
- Pustejovsky, James, ed. by (1993a), *Semantics and the lexicon*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- Pustejovsky, James (1993b), *Type Coercion and Lexical Selection*. In: James Pustejovsky, ed., by *Semantics and the lexicon*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, p. 73-94.
- Pustejovsky, James (1998), *The generative lexicon*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- Pustejovsky, James and Branimir Boguraev, ed. by (1996), *Lexical Semantics. The Problem of Polysemy*. Oxford, Oxford University Press.
- Ramchand, Gillian Catriona (1997), *Aspect and predication. The semantics of arguments structure*. Oxford, Clarendon Press.
- Raposo, Eduardo Paiva (1992), *Teoria da gramática. A Faculdade da linguagem*. Lisboa, Caminho.
- Rastier, François (1989), *Sens et textualité*. Paris, Hachette.
- Rastier, François (1991), *Sémantique et recherches cognitives*. Paris, Presses Universitaires de

France

- Rio-Torto, Graça (1998), *Semântica derivacional e construção de sentido*. In: Giovani Ruffino, (org.), *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Palermo, 18-24 Setembro 1995). Vol. III (*Lessicologia e semantica delle lingue romanze*). Tübingen, Max Niemeyer Verlag, p. 755-766.
- Rio-Torto, Graça e Conceição Anastácio (2004), *Estrutura e interpretação dos nomes depredicativos em português*. In: Graça Rio-Torto (coord.), *Verbos e nomes em português*. Coimbra, Livraria Almedina, p. 187-220.
- Rodrigues, Alexandra (2004), *Condições de formação de nomes postverbais em português*. In: Graça Rio-Torto (coord.), *Verbos e nomes em português*. Coimbra, Livraria Almedina, p. 129-185.
- Ruthrof, Horst (1997), *Semantics and the body. Meaning from Frege to the postmodern*. Toronto, University of Toronto Press.
- Saeed, John I. (1999) [1997], *Semantics*. Oxford, Blackwell Publishers.
- Silva, Augusto Soares da (1992), *Significados e acepções: dois tipos de polissemia*. In: *Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL & Colibri, p. 419-430.
- Silva, Augusto Soares da (1992) [1989], *Homonímia e polissemia: análise sémica e teoria do campo léxico*. In: *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas* (Universidade de Santiago de Compostela, 1989), publicadas por Ramón Lorenzo. A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, vol. II, p. 257-287.
- Silva, Augusto Soares da (1993), *Sobre a unidade da palavra polissémica*. In: *Actas do VIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL, p. 477-487.
- Silva, Augusto Soares da (1997), *A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*. Braga, Faculdade de Filosofia da UCP.
- Silva Augusto Soares da (1999), *A semântica de deixar, uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Silva, Augusto Soares da, org. (2001), *Linguagem e Cognição. A perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga e APL.
- Silva, Augusto Soares da (2003a), *Da semântica da construção à semântica do verbo e vice-versa*. In: Ivo de Castro e Inês Duarte (org.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol II. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 383-402.

- Silva, Augusto Soares da (2003b), *O poder cognitivo da metáfora e da metonímia*. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 7, 1-2, 13-75.
- Silva, Augusto Soares da, Amadeu Torres, Miguel Gonçalves, organizadores (2004), *Linguagem, Cultura, Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*. 2 vol.s Coimbra, Livraria Almedina.
- Stamenov, Maxim (1992), *Current advances in semantic theory*. Amsterdam, John Benjamins.
- Talmy, Leonard (2000), *Toward a cognitive semantics*. Vol. 1. *Concept structuring systems*. Vol. 2. *Typology and process in concept structuring*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- Tarvainen, Kalevi (1987), *Semantic cases in the framework of dependency theory*. In: René Dirven & Wünter Raddan (ed.), *Concepts of case*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 75-102.
- Taylor, John R. (1995) [1989], *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford, Clarendon Press.
- Touratier, Christian (2000), *La sémantique*. Paris, Armand Colin.
- Trujillo, Ramón (1979), *Elementos de semántica lingüística*. Madrid, Cátedra, 2a ed..
- Ullmann, Stephen (1987), *Semântica, uma introdução à ciência do significado*. Trad. de J. A. Osório Mateus. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª ed..
- Vendler, Zeno (1967), *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, New York, Cornell University Press.
- Verspoor, Marjolijn & Kee Dong Lee & Eve Sweetser (ed.) (1997), *Lexical and syntactical constructions and the construction of meaning. Proceedings of the bi-annual ICLA meeting in Albuquerque (July 1995)*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- Vilela, Mário (1979), *Estruturas léxicas do Português*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Vilela, Mário (1992), *Gramática de valências. Teoria e aplicação*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Vilela, Mário (1994a), *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Vilela, Mário (1994b), *Portugiesisch: Lexikologie und Semantik/Lexicologia e semântica*. In: Günter Holtus, Michael Metzeltin & Christian Schmitt (ed), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. VI.2. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, p. 216-232.
- Vilela, Mário (1995), *Léxico e gramática*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Vilela, Mário (1999), *Gramática da língua portuguesa. Gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra, Livraria Almedina, 2ª ed.
- Vilela, M. (2002), *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra, Livraria Almedina.
- Wierzbicka, Anna (1972), *Semantic Primitives*. Frankfurt, Athenäum.
- Wierzbicka, Anna (1991), *Cross-cultural pragmatics, the semantics of human interaction*. Berlin, New York, Mouton de Gruyter.

- Wierzbicka, Anna (1992), *Semantics, Culture and Cognition*. Oxford, Oxford University Press.
- Wierzbicka, Anna (1996), *Semantics, primes and universals*. Oxford, Oxford University Press.
- Wilkins, Wendy, ed by (1988), *Thematic relation*. San Diego, Califórnia, Academic Press.
- Wilson, Deirdre (1991), *Presuppositions and non-truth-conditional semantic*. Aldershot, Hampshire, Gregg Revivals.
- Zuber, Richard (1989), *Implications sémantiques dans les langues naturelles*. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique-CNRS.

Observação

Da bibliografia que aqui se elenca e que se faculta aos alunos no início das actividades lectivas faz-se desde logo uma selecção prévia, devidamente comentada, dos títulos e dos textos fundamentais a trabalhar com carácter prioritário.

Sobre o modo como é feita a gestão pedagógica desta base bibliográfica veja-se o que a este respeito se expõe na segunda parte, mormente em 2.2.

Parte II

1. Enquadramento e objectivos da disciplina

1.1. A disciplina de "Linguística Portuguesa IV" faz parte do elenco de cadeiras obrigatórias dos Cursos de Licenciatura em Línguas e Literaturas — melhor seria dizer em Língua(s), Linguística(s), Literatura(s) e Cultura(s) — com a componente de Estudos Portugueses, da Faculdade de Letras de Coimbra, cujos planos curriculares entraram em vigor no ano lectivo de 2003-2004 (cf. Despacho nº 9988/2003, publicado em Diário da República nº 116, II Série, em 20 de Maio de 2003).

Na arquitectura curricular em que se insere, e que é parcial ou totalmente consagrada aos Estudos Portugueses, "Linguística Portuguesa IV" é precedida por uma disciplina que se ocupa da Sintaxe da Língua ("Linguística Portuguesa III"), por uma outra consagrada à Morfologia ("Linguística Portuguesa II"), e ainda por "Linguística Portuguesa I", que tem por objecto o estudo da Fonética e da Fonologia do Português. Ou seja, antecedendo o estudo diacrónico da língua, de que se ocupam "Linguística Portuguesa V" e "Linguística Portuguesa VI" (esta apenas impositiva para a variante de Estudos Portugueses), a disciplina de "Linguística Portuguesa IV" culmina o estudo não-diacrónico da língua portuguesa, mais especificamente o estudo da língua portuguesa contemporânea falada em Portugal.

A fisionomia desta cadeira é indissociável da filosofia e dos objectivos do curso em que se insere, do lugar que a cadeira nele ocupa e do papel específico que desempenha no seu interior.

De acordo com os seus fundamentos, os cursos de Licenciatura em que esta disciplina se integra são cursos universitários de banda larga, sejam ‘monodisciplinares’, ‘bidisciplinares’ ou ‘tridisciplinares’.

Estes cursos continuam, como os seus antecedentes, a oferecer um tronco comum de disciplinas, unidas em torno do triângulo já clássico "Língua, Linguística e Literatura", ou do binómio "Linguística e Literatura" quando se trata da língua materna. No primeiro caso trata-se de licenciaturas essencialmente ‘bidisciplinares’, em que uma das suas componentes pode ser reservada aos estudos portugueses. No segundo caso trata-se de uma licenciatura ‘monodisciplinar’.

Como aspectos inovadores destes cursos sobressai o facto de eles intentarem proporcionar uma formação marcada por forte multidisciplinaridade e interdisciplinaridade e pela possibilidade de escolha de um leque variado de cadeiras de opção, sejam de (uma) área (específica), sejam disciplinares, sejam transversais ou sejam livres, em obediência a um desiderato de abertura por parte do aluno à selecção e construção do seu próprio percurso académico.

Assim, em função das suas aptidões ou preferências, o aluno pode optar, a partir do quinto semestre, por um percurso via ensino, que lhe dará acesso ao magistério no actual terceiro ciclo do Ensino Básico ou no Ensino Secundário, ou por um percurso não tão dedicado e mais aberto, que o poderá conduzir a vias diversas de exercício profissional escorado nas áreas específicas das Humanidades por si escolhidas, uma das quais poderá ser a da investigação.

É neste universo que se insere a cadeira de "Linguística Portuguesa IV", não opcional, para os alunos que frequentem singulativa ou cumulativamente Estudos Portugueses, e que até ao presente se ocupa fundamentalmente de temas de Semântica da Língua Portuguesa.

Quando frequenta esta cadeira, o aluno deverá ter feito a sua opção entre via de ensino ou via ‘científica’. Em teoria, este aspecto poderia condicionar fortemente a selecção aqui apresentada dos conteúdos programáticos de "Linguística Portuguesa IV". Todavia, porque na prática a maior parte dos alunos tende a escolher a primeira via, uma vez que são ainda escassas as saídas profissionais que os caminhos da investigação parecem entreabrir, as opções conteudísticas por nós assumidas são as que, sem uma excessiva concessão a desideratos profissionalizantes, consideramos indispensáveis para um futuro docente de língua portuguesa.

O estudo da semântica em "Linguística Portuguesa IV", que tem lugar no primeiro semestre do terceiro ano lectivo, reflecte uma filosofia do ensino da Linguística que parte do estudo da Fonologia e da Morfologia para só de seguida se debruçar sobre a Sintaxe e a Semântica da língua. Trata-se de um paradigma epistemológico há largos anos assumido e praticado pela Faculdade de Letras de Coimbra, que se tem revelado operacional, mas que está longe de ser consensual.

O programa que aqui se apresenta supõe uma estreita articulação com os de duas áreas com a Semântica intimamente ligadas: a Sintaxe e a Pragmática. A primeira, porque codifica, ao nível sintagmático e frasal, os conteúdos semânticos que o falante pretende transmitir; a segunda, porque tem por objecto as relações entre as motivações e os efeitos que se pretendem alcançar e/ou que se alcançam com o recurso aos materiais sintáctico-semânticos formatados, em cada acto de fala, pelos seus actantes. Uma remissão para os textos fundadores de J. L. Austin (1962), *How to do things with words*, de J. Searle (1969), *Speech acts*, de Grice (1975), *Logic and conversation*, já explorados em *Introdução aos Estudos Linguísticos*, deverá reavivar a importância da dimensão pragmática da linguagem, colmatando a lacuna a que de seguida se faz alusão.

A ausência de uma disciplina obrigatória — que a nosso ver deveria ter estatuto de disciplina nuclear — de Pragmática, nos elencos curriculares dos cursos em referência, torna ainda mais imperativo que se estabeleça uma articulação estreita das matérias leccionadas em Semântica com as leccionadas em Sintaxe. Em causa está a convicção, enraizada também no ministério destas matérias, de que o estudo destas duas áreas disciplinares ganha em ser emoldurado por um quadro epistemológico e conceptual de cada uma e das duas áreas disciplinares fortemente articulado, de tal sorte que os programas de ambas as cadeiras, ainda que sejam concebidos e operacionalizados como programas de duas disciplinas singulativamente consideradas, é tanto mais optimizado quanto for encarado como uma via de abordagem da Sintaxe ou da Semântica do Português tendo como referência a Semântica ou a Sintaxe respectivas (veja-se a propósito Pieter A. M. Seuren (1997), *Semantic syntax*. Cambridge, MA, Blackwell).

Mais ainda: uma concepção holística e arquitectural do funcionamento da língua, em que todas as suas componentes se interarticulam permanentemente, faz-me considerar que, sem prejuízo da especificidade científica de cada área do saber, a concepção e a leccionação de cada cadeira de Linguística Portuguesa ganha em ser levada a cabo numa relação de acentuada complementaridade e interdependência, não apenas pedagógico-didáctica, mas sobretudo conceptual e teórica.

Este entendimento está na base de algumas opções relativamente aos conteúdos programáticos seleccionados para esta cadeira. Tratando-se de uma disciplina incluída no primeiro ciclo de estudos universitários, não têm nela cabimento questões teóricas marcadas por acentuada especialização, ou dedicadas a micro-segmentos do saber cuja problematização e cujo alcance devem ser transferidos para um ciclo ulterior de estudos. Paralelamente, alguns tópicos de semântica que poderiam ser explorados em "Linguística Portuguesa IV" têm igualmente espaço aquando do estudo dos respectivos suportes morfossintácticos, podendo portanto ser previamente leccionados, ainda que de forma básica, nas cadeiras consagradas à Morfologia e à Sintaxe.

1.2. Objectivos

Já em momentos anteriores da carreira académica tive ocasião de explicitar que o perfil e os objectivos duma disciplina devem estar em consonância com a identidade e com os objectivos do curso, e naturalmente também com os desideratos do sistema e do nível de ensino em que a disciplina se insere.

Sobre os objectivos gerais e específicos dos cursos de "Línguas e Literaturas" remete-se o leitor para o preâmbulo contido no despacho funda(menta)dor dos mesmos, objectivos que merecem a minha anuência (cf. Despacho nº 9988/2003, publicado em Diário da República nº 116, II Série, em 20 de Maio de 2003)

Não obstante, a configuração do programa e dos objectivos específicos de uma cadeira reflectem necessariamente as concepções que o seu docente tem da especificidade das áreas temáticas por ela abarcadas.

Considerando a Universidade como uma instituição simultaneamente de ensino-aprendizagem e de investigação, logo de produção e de subsequente difusão de conhecimentos nos diferentes domínios de especialidade dos saberes, o Programa de Semântica do Português que aqui se apresenta é concebido para cursos universitários de primeiro grau de uma Faculdade de Letras ou de uma Faculdade de Humanidades, entendidas como instituições de magistério e de pesquisa, promotoras da investigação científica e da formação cultural e profissional dos seus alunos.

Pela sua natureza eminentemente humanística e, por isso, necessariamente pluridimensional, as Licenciaturas em Humanidades e, em particular, os Cursos de Línguas, Literaturas e Culturas, afirmam-se como multivalenciais, proporcionando formação cultural e científica de nível superior, simultaneamente genérica e específica, capaz de travejar um espectro

diversificado de práticas profissionais. O Programa que se apresenta procura conciliar a formação mais generalista em Semântica, servindo uma formação hetero-vocacional alargada, com uma formação mais específica, dirigida a profissionais de ensino de português, nos níveis mencionados no preâmbulo.

Os objectivos que presidem à organização desta disciplina não podem deixar de estar intimamente relacionados com o quadro de referência acabado de delinear.

Constituem por isso objectivos basilares desta disciplina facultar uma sólida, diferenciada e actualizada preparação nas matérias de semântica nela leccionadas, promovendo uma formação científica criteriosa, actualizada e crítica, capaz de propiciar as competências e as capacidades necessárias a um desempenho profissional qualificado e idóneo da semântica da língua portuguesa.

Como objectivos específicos, pretende-se que o aluno conheça de forma crítica os conceitos operatórios fundamentais que constam do programa e que saiba usar essas ferramentas de trabalho na análise das estruturas semânticas do português, consideradas a nível lexical ou frásico. A manipulação e a aplicação dos conhecimentos teóricos em textos reais deverá conduzir a uma interpretação mais sustentada da semântica das palavras, dos sintagmas e das frases, e a uma compreensão holística do modo como cada elemento contribui para o sentido global do texto. Em termos práticos, e ao longo deste Relatório sucessivamente explicitados, o aluno deve ser capaz de identificar os traços definitórios e os traços convencionais da semântica de uma unidade lexical, ser capaz de distinguir as significações literais das figurais, deve conhecer o modo de funcionamento dos mecanismos de processamento de umas e de outras, deve saber que relações semânticas uma unidade estabelece com as demais unidades dos paradigmas a que pertence e com as unidades sintagmáticas com as quais co-ocorre, que relevância semântica nestas tem, que papel temático ocupa na frase, e quais as relações semânticas interfrásicas que a língua portuguesa activa.

Ao mesmo tempo, e sem concessões ao discurso em eduquês dos objectivos numa cadeira, aspira-se a que o aluno conheça de forma adequada ao nível de ensino em causa os grandes momentos e as grandes linhas de força dos quadros de referência teórica mais relevantes em semântica, por forma a saber compaginar teoria e prática, saber seleccionar e congregar opções teórico-metodológicas diversas, mas complementares, sempre que tal se revele operatório e uma mais-valia para o entendimento dos factos semânticos em análise.

Dizia-se acima que os alunos devem dominar os instrumentos teóricos, conceptuais e metodológicos basilares que lhes são facultados, e que permitem conhecer, de forma crítica e especializada, aspectos essenciais da semântica do português. Mas porque o conhecimento deve resultar de opções criteriosas e selectivas, promove-se a equacionação de perspectivas e de

propostas de abordagem diversas, permitindo não só alargar os horizontes e os ângulos de enfoque, mas sobretudo avaliar e seleccionar os mais adequados descritiva e/ou explicativamente e, encontrando nexos de coerência, de contradição, ou de (in)compatibilidade entre eles, construir modelos/sínteses capazes de dar conta da realidade em análise. Não concebo a leccionação de uma disciplina e a definição dos seus objectivos e conteúdos sem que seja feita a delimitação de uns e de outros face às diferentes abordagens que dela podem ser levadas a cabo, em função das diferentes concepções dela perfilhadas.

Uma palavra sobre os reflexos das opções e dos quadros conceptuais e teóricos em que se situam os docentes sobre o modo como operacionalizam o ensino das matérias em referência.

A preocupação em compaginar, de forma maximamente coerente, o estudo da Semântica com o das suas manifestações morfossintácticas, por forma a que qualquer assunto que seja objecto de reflexão venha a ser explorado em termos de morfo-sintaxe-semântica, radica numa concepção multimodal da linguagem, numa visão integrada e pluridimensional dos factos linguísticos, que não se confina, a não ser por imperativos de natureza metodológica, a abordagens demasiado sectorializadas, e que não se compadece portanto com uma partição excessiva dos saberes sobre a língua.

Não me parece que os objectivos aqui traçados, os percursos e núcleos temáticos seleccionados sejam demasiado ambiciosos ou se apresentem como dificilmente operacionalizáveis. Pelo contrário, procurando ajustar o grau de dificuldade dos conteúdos programáticos ao perfil socio-cultural do universo discente que actualmente frequenta os nossos cursos, considero que este é um programa acessível e não demasiado exigente para os alunos de Licenciatura. Ao invés do que em outros momentos do meu transcurso académico defendi e activei, e sem desprimor da quantidade pela qualidade, sou hoje em dia de opinião que é preferível que os alunos aprendam menos mas melhor, sejam capazes de se movimentar com mais à vontade pelos caminhos do saber, adquiram técnicas de pesquisa, de compreensão e de apreensão das matérias que lhes confirmem autonomia hermenêutica. Por isso a opção deliberada e consciente por um programa que entendo não maximalista ou desmesurado, seja qualitativa, seja quantitativamente.

A selecção dos conteúdos programáticos e o modo como se encontram organizados é/ são objecto da secção seguinte.

2. Organização do programa

2.1. Considerações prévias

Constitui objectivo fundamental desta disciplina promover um conhecimento criterioso e qualificado da semântica lexical e da semântica frásica do português. Para ser aprovado nesta cadeira, o aluno deve dominar os conceitos operatórios e teóricos fundamentais e ser capaz de os aplicar de forma eficaz à realidade empírica da língua portuguesa, movimentando com mestria as dimensões léxico-conceptuais, semânticas, temáticas e proposicionais que permitem descrever e analisar cabalmente o complexo fenómeno que é a semântica da língua.

Na actual conjuntura, com a semestralização de todas as cadeiras, as treze semanas de que dispomos, com três horas de aula em cada uma, são escassas para fazer apreender as matérias, nomeadamente quando são amplas e complexas, como é o caso, pelo que dificilmente há tempo para avaliar paulatinamente a qualidade e motivação da população discente que efectivamente frequenta a cadeira e, em consonância, ir adaptando o programa às características idiossoncráticas da turma.

A programação por objectivos torna-se, assim, mais impessoalizada, porventura mais objectiva e operacional, mas por isso menos personalizada, mormente quando o número de alunos por turma não o permite. Uma forma de superar este déficite de personalização que a aprendizagem de uma qualquer matéria requer é sem dúvida a realização de pesquisa individual, devidamente orientada e enquadrada, pesquisa que se promove na medida das possibilidades e das capacidades dos alunos, e que de resto se inscreve perfeitamente no âmbito da avaliação contínua ou continuada que se pretende praticar o mais possível.

Talvez mais do que nenhuma outra, as matérias próprias da semântica, porque perpassam transversal e diagonalmente todos os sectores e níveis da língua/da realidade sígnica, estão em permanente diálogo umas com as outras, mantendo interconexões estreitas que por vezes tornam artificial a compartimentação, necessária por razões de natureza pedagógica e prática, imposta à reflexão metalinguística aqui empreendida. Por isso o modo como estas matérias são leccionadas implica deliberadamente uma constante e pendular remissão, retrospectiva ou prospectiva, de sectores temáticos já antes contemplados ou a serem objecto de ulterior consideração. Trata-se de uma modalidade de ensino em rede temática, que se pretende o mais interactiva possível, por forma a estabelecer ou sublinhar os elos que os conceitos descritivos e analíticos mantêm entre si e com a realidade a que se aplicam. Não se estranhará por isso que em vários momentos um mesmo tópico seja evocado ou tratado, ainda que com diferentes graus de proeminência e/ou de aprofundamento.

Embora não conste explicitamente do programa que se faculta aos alunos, um dos momentos iniciais do curso é preenchido com uma incursão necessariamente sucinta sobre a concepção de linguagem que vai nortear a reflexão a produzir ao longo do semestre. Para tal, faz-se apelo à indagação epistemológica que a este respeito foi feita em "Introdução aos Estudos Linguísticos" e recordam-se as coordenadas por que se pauta o estudo da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, em vista a evidenciar algumas das linhas de força que dão coesão interna ao Curso e que virão a escorar também a abordagem da Semântica a empreender.

A concepção de linguagem e de modo de funcionamento das línguas que preside ao estudo da semântica do português aqui proposto assenta em alguns pressupostos basilares que de seguida se expendem.

(i) concepção modular e interactiva do modo de funcionamento da língua. Pressupõe-se que a arquitectura da língua se tece com base na articulação e na interacção das suas diversas componentes, em que cada componente — fonológica, morfológica, sintáctica, lexical, semântica, pragmática — tem acesso em permanência às informações contidas nas demais. Uma estrutura multi-capa ou multi-estratal pode servir de interface entre componentes. O conexionismo é, pois, o modo de processamento da língua, seja internamente, seja nas suas interrelações com a mente ou com o real.

(ii) linguagem como sistema e instrumento semiótico, ao mesmo tempo reflexo simbólico e mediador-codificador da realidade, cuja activação se norteia por parâmetros de natureza cognitiva e por finalidades teleológicas, comunicativas ou interactivas.

(iii) relações entre sistema e uso: muitos dos modelos conceptuais e teóricos actualmente dominantes, sejam os influenciados pelo funcionalismo-lexematismo de Simon C. Dik (1983, *Advances in functional grammar*. Dordrecht, Foris), os mais ou menos directamente inspirados na análise do discurso, ou tributários da socio- e da pragmalinguística, privilegiam o uso e não a *langue* ou a competência, como acontecia no estruturalismo ou no gerativismo.

Aqui a sistémica e a pragmática, ou seja, sistema, funcionamento e uso são entendidos como faces conversas da mesma realidade, só metodologicamente dissociáveis: uma língua é aquilo que o seu funcionamento e o seu uso instanciam. Se o uso conforma a língua, é esta que potencia e legitima os diversos tipos de uso a que ela própria se presta (Dik, 1983; Fonseca, 1993 e 1998). A semântica representa uma componente central da língua, mas é em relação aos usos pragmáticos da língua que todo o sistema se configura. Por isso não é possível conceber a

linguística de um dado sistema sem ao mesmo tempo ter em conta a linguística do seu uso ilocutório e do enquadramento cultural-civilizacional em que esse uso se insere. O estudo científico da estrutura interna duma língua, das suas componentes e do seu modo de funcionamento não pode deixar de ser feito tendo em conta as diferentes funções semiósicas que aquelas desempenham, e as dimensões gnoseológica, representacional, discursiva, interaccional nelas envolvidas.

(iv) relações entre semântica e sintaxe: a sintaxe é concebida como tendo por objecto de estudo a frase e as relações interfrásicas, a estrutura sintagmática interna de cada uma, dotada de uma dada ordenação linear e de uma dada organização hierárquica, as funções sintácticas desempenhadas pelos constituintes internos da frase.

A sintaxe não é entendida como mero suporte formal da semântica ou da componente lexical, mas antes como uma das componentes da língua também capaz de gerar significação, pela ordenação e pela subsequente hierarquização temática e informativa que faz dos seus termos.

Em suma, perfilha-se uma visão interactiva e conexiônica das componentes da língua, em vista a uma perspetivação integrada de todos os domínios que concorrem para o processamento da linguagem, para a actividade verbal, nas suas dimensões cognitiva, representacional e interactiva. Por isso é fundamentalmente numa perspetiva holística e arquitectural que importa conhecer a semântica do português. Longe vão os tempos em que se considerava que (N. Chomsky, 1957: 106, em *Syntactic structures*. The Hague, Mouton). Mas também por alguma razão Bloomfield entendia que a análise (da) semântica é .

Uma palavra sobre a pluralidade de perspetivas teóricas que fundamentam a concepção do programa que aqui se apresenta e a consequente abordagem dos factos semânticos que se promove.

É essencialmente uma atitude formativa e crítica a que norteia a abordagem dos factos linguísticos, e que por isso pondera as virtualidades e as insuficiências que toda a teoria, modelo ou perspetiva de análise comporta. A convicção de que a complexidade e a pluridimensionalidade da realidade linguística não se confina aos limites de um só quadro ou de um só modelo teórico, por mais abrangente que seja, aliada à de que os factos ganham em serem abordados multidimensionalmente, conduz à opção por uma reflexão plurivectorial da sistémica e do funcionamento da semântica da língua. Assim, a abordagem levada a cabo alicerça-se numa síntese dos aspectos positivos extraídos de diferentes modelos de análise. Como já antes escrevi, é minha convicção, cada vez mais enraizada, que uma abordagem multivectorial, assente na complementaridade entre perspetivas distintas, desde que coerentes entre si, tem

virtualidades insubestimáveis na análise dos factos linguísticos. Da conjugação de pontos de vista diversos, compatíveis e confluentes, caldeia-se uma visão mais versátil, mais enriquecida, e portanto mais explicativa da realidade sobre que se debruça.

2.2. Conteúdos programáticos e apoios bibliográficos

O programa desta disciplina encontra-se organizado em três grandes módulos:

— um módulo introdutório de definição do objecto de estudo da semântica, de caracterização do lugar desta área disciplinar relativamente às demais áreas da gramática, ou seja, de descrição das relações entre semântica, sintaxe e pragmática. Neste módulo introdutório se integra uma reflexão panorâmica, mas selectiva, sobre modelos e teorias semânticas, e bem assim sobre conceitos básicos para o estudo da semântica das línguas, que virão a ser desenvolvidos e aplicados à medida que forem surgindo nos módulos seguintes.

— um módulo consagrado à semântica da palavra e dos seus constituintes, às relações que as línguas naturais estabelecem entre as palavras, ao modo como estas se organizam em conjuntos e/ou em paradigmas e/ou sintagmaticamente, aos eixos e às dimensões semântico-conceptuais com base na/os quais se configuram as áreas e as relações semânticas.

— um módulo consagrado à semântica da frase, às relações semânticas entre frases, às condições de verdade que a estas presidem, à sua estrutura proposicional, predicativa e referencial, às funções temáticas e argumentais desempenhadas pelos constituintes sintagmáticos e/ou lexicais.

A razão de ser desta estrutura programática, para alguns porventura considerada com uma excessiva extensão, prende-se com opções e objectivos específicos que ao longo deste relatório são explicitados.

Ora, um dos desafios que a semestralização das disciplinas de Licenciatura coloca é o de um acréscimo de eficiência na docência, na aprendizagem e na avaliação. Assim se explica também a aposta num enfoque concentrado sobre estes três grandes módulos temáticos, a selecção preferencial por estes temas e sub-temas, em detrimento de outros que igualmente teriam lugar numa abordagem da semântica da língua.

Passemos então à análise dos conteúdos programáticos propostos.

Linguística Portuguesa IV. Conteúdos programáticos

1. Introdução ao estudo da semântica

1.1. Objecto de estudo. Lugar e identidade da semântica na gramática da língua.

Um primeiro momento de leccionação é consagrado à delimitação do objecto da semântica e à reflexão sobre a identidade desta área disciplinar no seio das demais componentes da gramática da língua.

Em princípio, o próprio objecto de estudo numa cadeira traça as fronteiras da identidade desta face aos domínios abrangidos pelas restantes cadeiras de área.

A semântica, ou, como a caracterizava Michel Bréal (1924), tem por objecto o estudo das significações, dos significados e dos sentidos (sobre estes conceitos veja-se 1.3.) linguisticamente codificados e processados; assim entendida, a semântica explora dimensões necessariamente também recobertas pela morfologia e pela sintaxe.

Como delimitar então o âmbito de trabalho desta cadeira? Sendo eu docente de "Linguística Portuguesa II", cadeira que se ocupa de Morfologia, e tendo tido a experiência de leccionar em simultâneo "Sintaxe e Semântica", a distribuição temática das matérias e dos enfoques a privilegiar em cada uma (Linguística Portuguesa II, III e IV), pode fazer-se do modo que de seguida se expõe. Começarei pelo que se exclui.

As dificuldades de delimitação do campo de trabalho da semântica face ao do da morfossintaxe, pois que muitos aspectos semânticos têm uma manifestação morfológica e/ou sintáctica, podem ser capitalizadas em termos de valorização da interdisciplinaridade e da interacção constantes entre áreas disciplinares, e do relativismo da autonomia de cada uma. Trata-se de enfoques diferenciados sobre faces, planos ou dimensões também ela/es diferenciada/os dos signos, considerados na sua sintaxe interna ou na sua sintaxe externa, ou seja, nas combinatórias intra-lexicais, inter-lexicais, sintagmáticas e frásicas que entretecem.

Em "Linguística Portuguesa IV" não nos debruçaremos sobre a semântica dos constituintes internos das palavras, mormente das palavras derivadas e das compostas, ou das palavras quando marcadas por traços de flexão, por se pressupor que destas matérias se ocupou a Morfologia. Em todo o caso, ter-se-á em conta que, à semelhança do que se observou em relação aos constituintes internos, também em relação às palavras é possível entrever níveis de significação, uns literais e etimológicos e outros já cristalizados (*contagem digital*, isto é, contagem já não dígito a dígito, não analógica, mas automática; *relógio (de corda) manual* vs *relógio digital*), uns mais sistémicos, opositivos e regulares outros irregulares e idiossincrásicos, e que, entre estes dois extremos, se situam os que são marcados por menor grau de sistematicidade, mas ainda assim afectados por regularidades ou semi-regularidades convencionalmente conhecidas e interiorizadas pelas comunidades que os usam, sejam de natureza axiológica ou pragmática (cf. Rio-Torto, 1998). No binómio *denotação* vs *conotação*, que a seu tempo será objecto de reflexão mais circunstanciada (cf. 1.3.), muitas d(est)as

significações não sistémicas são albergadas no seio da conotação. Também em 2.3. se estudam as relações entre o semantismo e o valor em *langue* e as modulações que este sofre em contexto.

No âmbito das significações linguísticas inscrevem-se não apenas as lexicais mas também as gramaticais, inerentes às chamadas classes funcionais. Entre estas encontram-se as preposições, as conjunções, algumas sub-classes de advérbios (Maria Helena de Moura Neves (2000), *Gramática de usos do português: As conjunções* p. 739-929; *O advérbio*, p. 231-282). O valor funcional destas classes de palavras assenta na coexistência de significações gramaticais e de significações lexicais, com prevalência das primeiras. A este respeito vejam-se os trabalhos de referência de João Andrade Peres e Telmo Mória (1995), §2.2.3. (*Problemas relativos a preposições argumentais*) e de Maria Helena de Moura Neves (2000), *Gramática de usos do português. Parte IV (As preposições: A) As preposições introdutoras de argumentos e B) Preposições não introdutoras de argumentos*, p. 603-731).

Também aqui se fazem sentir de forma premente as estreitas relações entre semântica, morfologia e sintaxe. Ainda que de forma breve, pode evocar-se a dicotomia coseriana, a meu ver de toda a pertinência e actualidade, entre significado categorial e significado lexical, para evidenciar, ao nível da palavra, e das diferentes classes categoriais de palavras, as diferenças e as intersecções entre ambos, e bem assim o modo como se projectam e interagem estes dois modos de significação. Em todo o caso, já não são aqui objecto de caracterização pormenorizada as sub-classes semânticas dos nomes e dos adjectivos, porque abordadas em "Linguística Portuguesa II", bem como a semântica das preposições.

Porque se supõe que terá sido empreendida em "Linguística Portuguesa II e/ou III" uma reflexão sobre estas matérias, elas não serão aqui retomadas. De igual modo, não são aqui exploradas, por terem sido objecto de abordagem em morfologia e em sintaxe, outros temas e problemas que, em *curricula* de outras Faculdades, figuram na cadeira homóloga desta. Refiro-me, por exemplo, à semântica das construções nominais (definidas, não definidas, partitivas), à semântica do sistema de demonstrativos, à semântica do tempo, do aspecto, do modo não flexionalmente instanciado. De uma maneira geral, a semântica dos constituintes e dos processos flexionalmente expressos ou dos operadores de determinação e de quantificação fica fora do escopo de "Linguística Portuguesa IV".

Relativamente às fronteiras entre Semântica e Pragmática, disciplina que se ocupa do estudo dos mecanismos que presidem ao uso comunicativamente adequado e eficaz das expressões linguísticas, e que visa portanto descrever a competência comunicativa (Lyons 1990, 5.2.), entendida como os saberes que permitem ao falante produzir e interpretar textos comunicativamente eficazes, em distintas situações de interacção, importa que os alunos sejam capazes de distinguir o valor puramente lexical duma unidade ou duma expressão dos valores

pragmáticos a que ela(s) se presta(m). Assim, sempre que pertinente, assinalam-se os contextos que viabilizam ou convocam utilizações ilocutórias específicas de determinadas estruturas sígnicas, do mesmo modo que se sublinham as configurações linguísticas que servem (de suporte a) objectivos comunicativos-interactivos *ad hoc* e/ou que activam leituras ilocutórias determinadas.

Como acima ficou dito, linguística do sistema não se contrapõe a linguística do uso, antes se complementam reciprocamente, dado que se consideram as dimensões interlocutiva, dialogal e interactiva como matrizes definitórias da linguagem verbal (cf. Fonseca, 1993 e 1998). Tal não invalida que não raro exista um desfazamento entre o que se diz, de forma explícita e literal, e o que efectivamente se quer dizer, mas o estudo dos mecanismos e dos cálculos interpretativos que permitem aceder ao intencido reserva-se para a esfera da Pragmática.

Ao nível semântico são estudados os constituintes e os mecanismos de selecção e de representação sígnico-conceptual que consubstanciam o conteúdo informativo dos actos de fala. Ao nível pragmático são marcadas as estruturas informativas relativamente à sua relevância ilocutória ou textual. Mas, como veremos, a semântica dum enunciado nem sempre se satura ao nível das significações literais e muito menos das dimensões vero-condicionais que as sustentam; a percepção das significações subentendidas, das significações intencidas e das significações figurais requer que sejam convocados mecanismos de natureza discursivo-pragmática, para cabalmente se entenderem as dimensões semânticas discursivamente orientadas e pragmaticamente condicionadas.

O estudo das significações lexicais é, portanto, levado a cabo tendo em conta não apenas o contexto — frásico e textual — em que a unidade/expressão se insere, mas também o contexto vivencial e cultural dos falantes, seja em termos psicológicos, sociológicos ou referenciais. A linguagem reflecte inevitavelmente a cultura, a cognição, a construção do(s) universo(s) dos falantes (cf. J. Taylor, 1991, cap. 5 (*Linguistic and Encyclopaedic Knowledge*), Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres, Miguel Gonçalves, organizadores (2004), *Linguagem, Cultura, Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*. 2 vol.s Coimbra, Livraria Almedina), pelo que o significado das palavras recorta-se necessariamente também em função de todas essas variáveis contextuais (cf. as conotações culturais e/ou ideológicas de vermelho ou de branco para um europeu ou para um asiático). Em todo o caso, a significação ressalta da tensão existente entre sistema e uso, pelo que o significado é definido antes do mais ao nível do sistema, mantendo-se por isso uno e constante, independentemente dos usos e dos contextos em que é activado, das motivações que serve, das interpretações (ordem, pedido de ajuda, insulto, etc) ou dos efeitos que provoca.

Outro aspecto a ter em consideração é o de que as opções sintácticas efectuadas, as formatações sintácticas que o falante selecciona são determinadas, em última instância, pelas intenções/motivações ilocutórias, em função dos conteúdos lexicais a transmitir. O aluno deverá ser capaz de metodologicamente dissociar os vários níveis de processamento sógnico, formulando juízos de gramaticalidade e de boa formatação sintáctica, mesmo que em dissociação com parâmetros de natureza semântica (*o sol hoje está descalço), e do mesmo modo deverá ser capaz de desmontar ambiguidades interpretativas ancoradas sintacticamente (vi o avô quando passeava à beira-mar).

A culminar as considerações expendidas, nomeadamente no que diz respeito às múltiplas dimensões a ter em conta na análise do fenómeno semântico, e de alguma forma procurando fazer uma síntese a um tempo retrospectiva e prospectiva dos conteúdos da cadeira, importa chamar a atenção para os dois grandes eixos em que se situa a reflexão a empreender — a semântica lexical e a semântica frásica — e, assim sendo, remeter desde já para os níveis de análise a considerar futuramente, e a seu tempo circunstanciadamente retomados.

Assim, e de acordo com Lyons (1990), sob um ponto de vista ontológico-linguístico podem considerar-se (i) entidades de primeira ordem, os individuais, (ii) entidades de segunda ordem, que compreendem eventos, processos, estados de coisas, localizados no tempo e no espaço, e (iii) entidades de terceira ordem, as proposições, que se situam fora do tempo e do espaço. Os predicado(re)s, que designam propriedades ou relações, aplicam-se e referem-se a entidades. A activação dessas relações é a predicação, que permite recortar um estado de coisas, real ou possível. A um nível mais abstracto se situam os esquemas proposicionais e os actos de fala.

Para o estudo do objecto e da identidade da semântica podem ser consultados Christian Baylon & Xavier Mignot (2002), *Initiation à la sémantique du langage*, Howard Gregory (2000), *Semantics*, Richard Larson and Gabriel Segal (1995), *Knowledge of meaning. An introduction to semantic theory*, Sebastian Löbner (2002), *Understanding semantics*, Christian Touratier (2000), *La sémantique*, Ramón Trujillo (1979), *Elementos de semántica lingüística*.

A estes acrescem os seguintes manuais, recorrentemente invocados, e por isso considerados de referência para esta cadeira: E. Coseriu (1977b), *Principios de semántica estructural* e (1978), *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*; D. A. Cruse (1997), *Lexical Semantics* e (2004), *Meaning in Language. An Introduction to Semantics and Pragmatics*; J. Lyons (1996), *Linguistic semantics. An introduction*, (1977), *Semantics* ou, nas versões francesas (1978), *Éléments de sémantique* e (1990), *Sémantique linguistique*.

Neste módulo introdutório se integra uma reflexão panorâmica mas selectiva sobre modelos e teorias semânticas, e bem assim sobre conceitos básicos para o estudo da semântica

das línguas, que virão a ser desenvolvidos e aplicados à medida que forem surgindo no decurso do processo de ensino-aprendizagem.

O estudo de conceitos operatórios basilares de Semântica deve ser feito de forma articulada com o conhecimento, ainda que sumário, dos quadros de referência teórica em que eles nascem e se desenvolvem. Dada a proliferação, intensificada nas últimas décadas, de concepções e de teorias semânticas, torna-se difícil congruar a reflexão (mais) teórica com a (mais) instrumental. Uma opção pedagogicamente mais adequada parece-me ser aquela em que o estudo de conceitos operatórios basilares é precedido e/ou acompanhado de uma clarificação dos grandes quadros de referência teóricos dominantes em semântica.

1.2. Modelos e concepções de semântica

Um momento fulcral, porque fundador de toda a cadeira, na medida em que ajuda a melhor a caracterizar conceptual e epistemologicamente, é o da reflexão em torno das diferentes e possíveis concepções dela disponíveis.

Isto é tanto mais agudo no caso de "Linguística Portuguesa IV" quanto é conhecida a grande diversidade e controvérsia de concepções e teorias semânticas.

Essa diversidade radica essencialmente nas diferentes concepções de significação, de significado, de sentido, que lhes estão subjacentes.

A este respeito, várias modalidades podem ser avocadas: uma concepção estritamente linguística da semântica, uma concepção referencialista, uma concepção verocondicional do semantismo, uma concepção cognitivista, uma concepção sistémico-funcional da semântica do sistema e/ou da semântica dos usos e portanto também uma concepção contextualizada da significação. No presente momento empreende-se uma reflexão panorâmica sobre teorias e modelos de análise semântica considerados representativos e relevantes para um estudo polidimensional, dinâmico e construcional da semântica da língua. Nos grandes módulos subsequentes do programa, consagrados à semântica da palavra e da frase, haverá ocasião de operacionalizar, de forma aplicada, os conceitos e os instrumentos operatórios seleccionados como pertinentes para a descrição e conhecimento da realidade semântica da língua. Como ponto de partida pode consultar-se e explorar-se em aula Chierchia, 2003, cap. 2 (*Três abordagens para a semântica e seus limites. 2.1. A abordagem representacional; 2.2. A abordagem pragmático-social; 2.3. A abordagem denotacional*)).

Em 1.3. serão expostos os pressupostos centrais da **semântica estruturalista**, que balizarão a análise que então se empreenderá, pelo que neste momento podemos limitar-nos a uma síntese remissiva dos mesmos. A concepção de semântica aqui adoptada compreende as dimensões **conceptuo-intensional** (cf. 1.3. e 2.1.) e **extensional-referencial** (cf. 1.2.) dos

signos, considerados em **sistema** e em **uso**, integrando portanto **dimensões sistémicas** (cf. 1.3., 2.2.), dimensões **prototípi-cas, culturais, ideológicas** (cf. 2.1.), e ainda as que relevam do **contexto frásico e ilocutório** (cf. 2.3., 2.4. e 3.).

Uma concepção estritamente linguística da semântica confina esta disciplina ao estudo do significado explícito e convencionalizado das expressões linguísticas. Este significado não extravasa o âmbito do sistema linguístico e é suposto ser invariante, porque independente das situações de uso, das intenções e dos objectivos comunicativos do falante.

Face ao anteriormente exposto, não é esta concepção monodimensional ou autocêntrica de significação a que é aqui perfilhada, adoptando-se antes uma concepção pluridimensional e interactiva da significação (cf. Cruse, 2004: 3. *Types and dimensions of meaning*), seja da palavra em si mesma considerada, seja das palavras organizadas em frases, e destas mesmas.

Próxima desta é a concepção que distingue **Semântica** de **Axiologia** (A. Martinet (1977), *L'axiologie, étude des valeurs signifiées*. In: *Estudios ofrecidos a E. Alarcos Llorach*, vol. I., p. 157-163), e que reserva a esta o estudo das significações distintivas e especificamente linguísticas. Embora defensável, a dissociação entre semântica e axiologia tem contornos e implicações difíceis de apreender neste nível de ensino. A axiologia confinar-se-ia ao estudo dos valores significativos de língua, reservando-se à semântica o estudo das significações de natureza não estritamente linguística. Como delimitar as fronteiras entre uma e outra, nomeadamente quando as dimensões referenciais são homorgânicas da metalinguagem semântica usada, é um dos problemas maiores que, do ponto de vista prático e descritivo, este modelo convoca. A assunção de um modelo que privilegia a substância semântica pode acarretar uma metalinguagem de elevado teor abstracto, que a aproximaria de formalizações tão hiperlinguísticas quanto as que são adoptadas por alguns modelos conceptualistas e/ou de concepções meta-semânticas não consentâneas com o nível de ensino a que nos reportamos.

Para desenvolvimentos da semântica de inspiração funcionalista vejam-se, entre outros, Claude Germain (1981), *La sémantique fonctionnelle*. Paris, P.U.F. e Salvador Gutiérrez Ordoñez (1992), *Introducción a la semántica funcional*. Madrid, Editorial Síntesis.

Em pólo quase oposto situam-se as **teorias referenciais ou denotacionais da significação**, que valorizam a dimensão informacional da linguagem verbal, as conexões entre as expressões linguísticas e os objectos dos mundos por elas representados. Importa sublinhar que ainda que o estatuto ontológico dos objectos (em sentido lato) acerca dos quais podemos falar através da linguagem seja filosoficamente problemático, a linguagem permite-nos verbalizá-los e até mesmo (re)categorizá-los, pelo que uma semântica linguística não pode ignorar essa dimensão referencial do significado. A importância da dimensão ontológico-referencial avulta na própria categorização e tipologização linguístico-gramatical, que em parte reflecte o estatuto ontológico das entidades denotadas: a comprová-lo basta ter em conta as diferentes classes semânticas

de nomes [-próprios] — nomes contáveis e não contáveis, discretos, densos, massivos e compac-tos —, com comportamentos morfossintáticos distintos, em função da classe denotacional a que correspondem, e em consonância com as operações de determinação que os afectam.

Em suma, saber o que uma expressão linguística denota ou a que faz referência faz parte do nosso conhecimento acerca do significado dessa expressão, sob pena de não sermos capazes de reconhecer relevância semântica e/ou semiótica a signos que denotam realidades novas, como sistemas operativos (*linux*), anti-virus (*norton*), planetas (*sedna*), ou a signos que denominam realidades cujos contornos específicos podemos desconhecer (*anemotropo*, *anatista*).

Como bem observa Lyons (1977, §3.4., p. 79), «Semanticity is defined by Hockett in terms of the associative ties that hold between signals and features of the external environment. This definition, however, [...] says nothing about the nature of the association; and it does not say whether the external features are a necessary or sufficient cause of the signal».

Não obstante, e sem negar a importância crucial da referência, não é epistemologicamente e ontologicamente possível identificar o significado de uma expressão com aquilo que ela denota ou refere. Como atesta Lyons (1977, §3.4., p. 79), .

Se é verdade que a natureza da gramática mental e, em particular da competência semântica e do léxico mental não é extralinguística ou referencial, não será questionável que o conhecimento do mundo permeia o conhecimento linguístico e, muito em particular, o semântico e o lexical. Dissociar em absoluto a linguagem da representação que esta faz do real, e a semântica do conhecimento daquilo a que se vem convencendo chamar o enciclopédico, denega os mais significativos avanços em teoria semântica e cognitiva. O texto de Laurie Bauer, *The illusory distinction between lexical and encyclopedic information* (In: Henrik Gottlieb, Jens Erik Mogensen and Arne Zettersten, editd by (2003), *Proceedings of the Eleventh International Symposium on Lexicography* (University of Copenhagen, 2-4 May, 2002). Tübingen, Max Miemeyer Verlag) ilustra bem o cerne da questão. O problema está em delimitar a fronteira entre (J. Taylor, 1991:80).

Por conseguinte, a dimensão referencial é uma das componentes da significação, mas esta não se esgota ou subsume naquela. Os exemplos de não homologia ou de não univocidade entre referência e significação linguística e vice-versa são dessa realidade ilustrativos (cf. o clássico exemplo de "o vencedor de Iena" e de "o vencido de Waterloo", ambos referindo-se a Napoleão Bonaparte. Neste caso, como em outros congêneres, pode falar-se em equivalentes funcionais de um mesmo referente, porque a extensão é a mesma e as condições de verdade são preservadas em caso de intersubstituição. Mas a significação de uma e de outra expressões, apesar de referencialmente equivalentes, é claramente contrastante (*vencedor* vs *vencido*).

Do mesmo modo que o significado de uma palavra não se confunde com a sua denotação, também nem sempre o sentido de uma frase consiste nas condições da sua verdade, por sua vez dependentes da referência dos seus termos. Exemplos em que a uma mesma referência ou denotação correspondem significações, informações e enfoques diferentes (*todos cumprimentaram o Presidente da República vs todos cumprimentaram o mais alto representante da nação vs todos cumprimentaram Jorge Sampaio*) ilustram a não homologia entre os dois níveis. De igual modo, não são claros e unívocos os referentes de entidade míticas, como os duendes, o deus Pan, de entidades como os marcianos, ou de palavras funcionais. Ainda que se trate de um conceito que virá a ser desenvolvido adiante, por denotação entende-se aqui a relação que o lexema mantém com coisas, entidades, propriedades, eventos, actividades, processos externos ao sistema linguístico. Estes são os denotados, *denotata* (Lyons, 1977, §7.4. *Denotation*) ou os referentes para que a língua remete.

Sobre esta temática vejam-se os textos matriciais de Bertrand Russel, *On denoting* e de Peter Fredereick Strawson, *On referring*, ambos in Javier Gutiérrez-Rexach, edited by (2003), *Semantics.Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, vol.1, caps 2 e 3.

Strawson, neste texto reproduzido de *Mind*, vol. 59, 1950, p. 320-344, vai mais longe, e postula mesmo que pelo facto de uma estrutura linguística poder ter usos referenciais diversos, a sua significação não deve ser identificada a partir do uso que dela é feito numa ocasião particular, mas com base nas regras e nas convenções que governam o seu uso, em quaisquer ocasiões.

Em conexão com os **modelos** referencialistas da significação estão os **verocondicionais**. Nestes, como veremos quando reflectirmos sobre relações semânticas interproposicionais, a noção de verdade desempenha um papel central na semântica da frase e interfrásica, ainda que possamos compreender o significado de uma frase independentemente da sua verdade objectiva. O que está em jogo quando se coloca a questão do significado de uma frase não é necessariamente o seu real valor de verdade, ou seja, se o que ela denota é efectivamente verdadeiro ou falso. O que está em jogo é antes associar o significado de uma frase às suas condições de verdade, ou seja, à forma que o mundo teria de assumir para que a frase seja ou fosse verdadeira. No módulo consagrado à semântica frásica teremos ocasião de aprofundar esta temática. Em todo o caso, é por demais consabido que para todas as frases não declarativas o conceito de verdade parece ser irrelevante. O valor de verdade está ausente dos enunciados jussivos, dos performativos, usados para fazer algo e não para asserir algo, e muito menos para dizer se algo é verdadeiro ou falso. Já as construções factivas (*O João esqueceu-se que tinha bebido cerveja*) pressupõem a verdade do complemento. De igual modo, muitos outros aspectos da linguagem há que são se revêem nas condições de verdade. As pressuposições pragmáticas e as implicaturas constituem aspectos da significação não vero-

condicionados, pois representam algo que é mentado, significado, implicitado, sugerido (cf. *é pobre mas limpo; é um político, mas honesto*), mas não dito (*the meant-but-unsaid*).

Para a chamada **semântica lógica ou formal**, que postula uma concepção lógico-matemática da língua, e de que um dos expoentes primeiros é Carnap, a semântica é encarada como um ramo da lógica ou da matemática, acusando portanto um grau de formalização não negligenciável, e contrapondo-se assim, enquanto semântica ‘pura’, à semântica linguística perfilhada pelo estruturalismo e pelo funcionalismo.

Como contributos maiores da semântica formal devem aduzir-se os conceitos de cálculo proposicional e predicativo e a caracterização dos principais tipos de relações lógicas presentes, nomeadamente, em termos interproposicionais.

Pode neste momento fazer-se uma breve apresentação dessas relações, a saber: negação (termos unidos por uma relação bilateral de verdade-falsidade: p é verdadeiro, q é falso e vice-versa); conjunção (em que ambos os termos têm de ser verdadeiros para que a conjunção também o seja); disjunção, exclusiva (condição de verdade: se p é verdadeira, mas não q , ou se q é verdadeira, mas não p ; doutro modo, situação de falsidade) ou inclusiva (condição de verdade: se p é verdadeira, ou se q é verdadeira, ou se ambas são verdadeiras; doutro modo, situação de falsidade); implicação, também denominada de condicionalidade, em que p e q estabelecem uma relação unidireccional de antecedente e de conseqüente (se p , então q); e de equivalência, ou de implicação bilateral e recíproca. Complementares destas são as relações lógicas de simetria, de transitividade e de reflexividade, cuja relevância avultará aquando do estudo da relação de sinonímia lexical e de estrutura sintáctico-argumental do verbo. Também as relações de inclusão e de intersecção, presentes na organização lógica de classes, extensionalmente concebidas, serão retomadas aquando do estudo dos campos semânticos e das relações de hiponímia-hiperonímia.

No que ao cálculo das funções predicativa e referencial diz respeito, assinala-se a importância deste enquanto sistema de representação da estrutura interna das proposições, a relevância dos conceitos de termos, expressões e funções predicativo/as e de termos, expressões e funções de denominação (*naming*), que se referem a individuais. Estes são especificados por operadores de determinação e de quantificação, que pode ser universal ou existencial. Por seu turno, as expressões de predicação têm por função fornecer informações sobre propriedades dos individuais ou sobre as relações que estes entre si estabelecem ou mantêm. Chama-se a atenção para a importância da estrutura argumental dos predicado(re)s verbais, que permite distribuí-los por classes de predicados monádicos, diádicos, triádicos, ou de um, dois ou três lugares.

Importa também salientar a importância das relações lógicas ao nível da análise não proposicional, mas intra- e inter-lexical. Com efeito, conhecer o significado de uma unidade ou expressão linguística envolve ser capaz de estabelecer quais as relações de implicação ou

postulados de significação (*meaning postulates*) que ela autoriza. Por exemplo: se *x nada*, então *desloca-se em meio aquático*; se *x é solteiro*, então *não é casado*.

Uma síntese crítica do contributo da semântica formal para o estudo da semântica linguística pode encontrar-se em Lyons, 1977, 6. (*Logical Semantics*) e em Chierchia, 2003, cap. 1, §3 (*Semântica e Lógica*) e cap. 4, §4 (*A verdade em semântica*) e §6 (*Contra a verdade em semântica*). Para uma análise mais aprofundada sobre as relações entre lógica e linguagem veja-se Frédéric Nef (1988), *Logique et langage: essais de sémantique intensionnelle*. Paris, Hermès; sobre a relação entre interpretação linguística e verdade, ver Mario Bunge (1974), *Semantics II: interpretation and truth*. Dordrecht, Boston, Reidel Publishing Company.

Um outro modelo de concepção da linguagem e da sua componente semântica é o que é proposto pelas **teorias cognitivistas da linguagem**, que valorizam a dimensão ideacional, mentalista, conceptualista desta. Concebido como meio de expressão e de suporte do pensamento, o significado de uma expressão é entendido como fortemente conexionado com a representação mental ou com a estrutura conceptual. Por isso esta abordagem é também conhecida como **abordagem mentalística ou representacional**, já que ao significado das palavras está associada uma imagem, um esquema ou uma representação mental, mais ou menos prototípico/a, que codifica as informações que os falantes possuem sobre aquilo que as palavras denotam.

É um facto que a linguagem reflecte a actividade da mente humana, é uma manifestação da nossa vida mental, representando uma porta de acesso ao estudo e ao conhecimento desta. Por isso o estudo da língua é uma componente central das disciplinas conhecidas como ciências cognitivas. Por isso também o conhecimento dos esquemas e dos princípios de discretização e de combinatoria das unidades lexicais, nas suas dimensões intralexicais e interlexicais, são uma parte conceptualmente necessária de uma teoria da linguagem.

Em todo o caso, não é consensual que se possa identificar a linguagem com os mecanismos psicológicos e neurológicos que são responsáveis pela capacidade humana de conceptualizar linguisticamente a significação e, genericamente, de falar. Os fundamentos epistemológicos da linguística não se revêem em absoluto nos das teorias mentalistas, conceptualistas ou cognitivistas do significado, na identificação deste com — e de alguma forma na redução deste a — as estruturas conceptuais com que ele se encontra correlacionado (cf. (Löbner, 2002: 22)). Sobre o contributo fundamental das ciências e teorias cognitivistas para o estudo da semântica das línguas far-se-á uma reflexão circunstanciada mais adiante. Como leitura oportuna neste momento pode recomendar-se Ray S. Jackendoff 1995 (*Semantic Structures*), cap. 1 (*Overview of Conceptual Semantics*). Uma visão crítica sobre os contributos das ciências cognitivas pode colher-se em Jerrey A. Fodor (1998), *Concepts: where cognitive science went wrong*. Oxford, Oxford University Press.

É para muitos inquestionável a existência de um arquivo ou de um léxico mental e de protótipos mentais, associados ao significado das palavras, mas não se confundindo com eles, pois que o significado tem de ser algo estável e intersubjectivo, por todos partilhado, e os protótipos e representações podem ser, por natureza, bem mais variáveis. Todavia, a existência de um léxico mental debate-se com zonas em que estes pressupostos são de difícil aplicabilidade, como a dos nomes abstractos, dos denotadores de propriedades, ou as das palavras funcionais (conjunções, preposições). Muitas incógnitas há ainda no que diz respeito à própria base neuronal do funcionamento do cérebro e ao processamento linguístico. Por isso, o modo como são as informações fónicas e semânticas codificadas mentalmente e qual a natureza das representações conceptuais associadas a cada categoria são matérias em aberto das ciências cognitivas e neurolinguísticas, que aqui apenas são equacionadas (cf. Jerrey A. Fodor (1993), *The modularity of mind*. Cambridge, Mass. The MIT Press).

As **teorias behavioristas**, porque antimentalistas, estão nos antípodas dos modelos anteriores. Em todo o caso, ainda que de forma mitigada, elas afloram uma abordagem da linguagem em alguns aspectos precursora de teorias ulteriores. Estas teorias, de que são expoentes máximos Skinner e Bloomfield, assentam numa concepção comportamentalista e instrumentalista da linguagem humana, encarada como um sistema semiótico análogo ao animal, e em que o funcionamento é representado em termos de estímulo-resposta. Sobre as limitações que um modelo deste tipo encerra, sobretudo na medida em que subestima o papel da intencionalidade e do não mecanicismo do comportamento humano e linguístico, veja-se o capítulo 5. (*Behaviourist semantics*) do vol. 1 de Lyons (1977), *Semantics*, e Pierre Attal (1994), *Questions de sémantique: une approche comportementaliste du langage*. Louvain, Paris, Éditions Peeters.

Mais recentemente, e situando-se num quadro epistemológico e teórico distinto, o **experientialismo e o realismo corporalizado** (v.g. M. Johnson, G. Lakoff, A. Wierzbicka) permitem fazer o contraponto, com base numa filosofia de natureza cognitivista e culturalista, com a herança de inspiração comportamentalista.

Para as concepções experientialistas e vivencialistas, o significado já não é identificado à luz das motivações que a sua actualização evoca e/ou das respostas que provoca. Porque a categorização linguística do real se fundamenta no experiencialmente vivido, a significação encontra-se indissociavelmente ligada quer ao real, ao cultural, quer ao vivencial, logo também aos comportamentos humanos. Mais ainda: o realismo experiential valoriza de forma ímpar a importância da experiência corporizada, da corporalização (*embodiment*), das vivências biológicas, aos vários níveis, do conceptual ao comportamental. Os factores biológicos, em interacção com os mecanismos cognitivos e com as idiosincrasias culturais das diferentes

comunidades linguísticas, são responsáveis pela conceptualização e, em estreita associação com esta, pela semanticização linguisticamente diversificada do real.

O livro de George Lakoff & Mark Johnson (1999), *Philosophy in the Flesh. The embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York, Basic Books e, já antes, o de Mark Johnson (1987), *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago, The University of Chicago Press, ilustram de forma exemplar o exposto.

A linguagem — e a produção e interpretação de sentidos — é/são um fenómeno multidimensional, para o qual contribuem, pois, factores biológicos, referenciais, cognitivos e culturais. Vários textos incluídos em Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres, Miguel Gonçalves, organizadores (2004), *Linguagem, Cultura, Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*. 2 vol.s Coimbra, Livraria Almedina, testemunham este carácter multidimensional.

Do exposto ressalta o carácter plural e complexo das dimensões significativas da significação linguística, sendo nesta de destacar as suas vertentes denotacional (capacidade denotacional do nome, do verbo, das proposições), conceptual e pragmática.

Fazendo uma síntese, e antecipando sumariamente matéria a ser desenvolvida em 1.3. e em 2.1., não nos situaremos entre os que, como Ray Jackendoff, em *Semantics and cognition* (1983), postulam a não distinção entre o nível das representações semânticas linguísticas e o das representações conceptuais. O capítulo 6 da obra mencionada, intitulado *Semantic Structure is Conceptual Structure*, ilustra bem o pensamento do autor, à época, para quem então as estruturas semânticas são um sub-conjunto das estruturas conceptuais que necessitam de ser verbalmente expressas, e representadas sob a forma de "mundo projectado".

Embora admitindo a estreita correlação entre estruturas conceptuais e estruturas de significação, a natureza de umas e de outras não se recobre ou se sobrepõe. Como veremos, em publicações posteriores (já em 1987, em *Consciousness and the Computational Mind*) Jackendoff viria a rever radicalmente o seu pensamento, considerando que a capacidade linguística é uma manifestação das representações e do processamento mental, e que é ao nível de uma interface conceptual (CIL: Conceptual Interface Level) que se processa a articulação entre o sistema de representações mentais, que não faz parte da linguagem em si mesma, e a verbalização linguística ou sígnico-discursiva propriamente dita.

No seu livro de 1997, *The Architecture of The Language Faculty*, o capítulo 8. (*How language helps us think*) e as sub-seções 8.3. *Language is not thought, and viceversa* e 8.7.3. *Language provides a way to pay attention to thought*, cuja leitura se recomenda aos alunos, ilustram com clareza a inflexão no pensamento do autor, que representa actualmente uma das referências marcantes em teoria semântica. Para um desenvolvimento destas problemáticas veja-se ainda, entre outros, Jackendoff 2002 e Löbner (2002), cap. 9 (*Meaning and Cognition*).

Em versão recente, Cruse 2004 propõe a "dynamic construal approach" da linguagem,

em que a significação de cada palavra é (re)construída por processos mentais em função das restrições que lhe são contextualmente impostas. A proposta de Cruse é, de modo sintético, caracterizada nos seguintes termos, que podem vir a ser explorados e comentados em aula:

«In the **dynamic construal** approach, words do not have meanings permanently assigned to them; rather, meanings emerge in actual use as a result of various processes of **construal** (mental processes of meaning construction). What every word does have as a permanent property is a mapping onto a body of conceptual content [...] which is an essential part of the raw material for the construal processes, but which under-determines any specific meanings. The processes of construal which result in contextualized meanings are subject to a battery of **constraints** of various kinds and of different strengths which make some readings more likely than others» (Cruse 2004: 14.2., p. 262).

No âmbito desta cadeira, importa reter que a linguagem humana, como outros sistemas simbólicos, é um instrumento gnoseológico, intermediário entre o mundo e o cérebro, que há forte articulação entre a IL (*Internalized Language*) e a EL (*Externalized Language*), ou seja, entre o conhecimento linguístico interiorizado, a nossa gramática mental e a competência linguística empiricamente activada, reservando para os especialistas indagar de que modo a linguagem se encontra incorporada ou embebida no cérebro, de que modo se processa a articulação entre estruturas neurológico-cerebrais, mentais e conceptuais e linguísticas. Sobre a natureza da estrutura conceptual e o modo como interage com a linguagem recomenda-se a leitura de Cruse, 2004: 7. (*Word meaning and concepts*).

Embora seja difícil tomar posição em matérias como estas de evidência empírica tão escassa, sustenta-se aqui portanto a separação entre entidades do mundo real, entidades do mundo projectado, cuja natureza será conceptual, e não propriamente linguística, estando mais próximas da substância semântica do que dos produtos verbais-verbalizados propriamente ditos, e signos linguísticos. O modo como se processa o mapeamento e a interacção das estruturas linguísticas e das redes (*networks*) conceptuais é matéria cuja equacionação aprofundada se reserva para outros níveis de ensino, até porque a base neuronal do funcionamento do cérebro é ainda hoje largamente desconhecida no que ao processamento (I e E) linguístico diz respeito.

De momento, o aluno deve ter consciência de que o conhecimento linguístico armazenado na memória e a que se chama gramática mental (cf. *Internalized grammar vs externalized grammar*) não está conscientemente acessível, sendo convocado pelo processador linguístico ou estando neste embebido, representando então um conjunto de instruções para construir e compreender enunciados. De acordo com Jackendoff (1997), o sistema computacional terá interfaces com o sistema articulatorio e perceptivo (A-P), com o sistema conceptual e intencional (C-I) e com o léxico, articulando-se de forma a permitir o funcionamento comunicativamente adequado e eficaz do sistema linguístico.

No que diz respeito à relação entre linguagem e real, em consonância com o exposto adoptar-se-á uma concepção de semântica linguística não estritamente intensional, não desenraizada de toda a matéria referencial ou extensional que aquela denota, verbaliza, ou para que reenvia. As categorias linguísticas e, muito em particular, a nossa competência semântica, reflecte(m) a nossa consciência das conexões e das relações que existem na realidade objectiva. A linguagem representará assim uma forma de codificação que cada língua realiza mediante mecanismos — para alguns mais universais e para outros mais particulares — de conteúdos que reflectem factos ontológicos, psicológicos e comunicacionais.

Embora ciente da necessidade de não denegar a diferente natureza da substância semântica, por um lado, da realidade denotada pelas estruturas linguísticas, por outro, e muito menos de pretender uma correspondência entre os signos e os *denotata* para que estes reenviam, não me parece ser este o nível de ensino adequado para que os alunos se embrenhem nas complexas questões de filosofia da linguagem sobre a essência da natureza semântica das línguas. Por contraponto, adoptar-se-á uma atitude mais apostada na manipulação operacional de conceitos ao estudo aplicado da língua portuguesa.

1.3. Conceitos básicos de Semântica. Natureza, dimensões e níveis de significação. Significação e referência. Intensão e extensão. Denotação e conotação. Elementos de semântica lexical.

Com este módulo pretende-se promover o conhecimento de conceitos operatórios basilares de semântica, contextualizando-os simultaneamente à luz dos quadros de referência teóricos em que eles são produzidos.

O estudo dos conceitos básicos de análise semântica que se pretende dar a conhecer aos alunos deve ser levado a cabo enquadradamente, tendo em conta o momento e o contexto de teorização em que foram gerados. Só assim considero que são cabalmente entendidos e intendidos, e assim é simultaneamente possível, sem grande dispêndio *ad hoc* de tempo lectivo, traçar panoramicamente os grandes momentos de modelização em semântica.

A iniciar o estudo de conceitos básicos de semântica, importa ter presente que é uma concepção lata de semântica a aqui usada, em que a semântica abrange o estudo de diversos tipos de conteúdo, sejam o dos significados, o dos sentidos, ou o das significações contextuais e enunciativo-pragmáticas decorrentes do uso de uma dada estrutura. Porque estão em jogo conceitos de **significado**, **sentido** e de **significação**, importa começar por dilucidá-los.

A este respeito, procede-se a uma breve apresentação das acepções mais e menos maximalistas do conceito de *sentido*, que equivalem, respectivamente, a significação sistémica e contextualizada, ou apenas a esta última, no estruturalismo europeu, contrapondo-se assim ao conceito de significado, entendido como conteúdo sistémico. Na sequência destas reflexões, parece ser igualmente oportuno chamar à colação os conceitos de *meaning* (o [conteúdo do] que se quer dizer, a significação que se pretende verbalizar e transmitir) e de *reference*/referência, introduzindo assim uma dimensão reflexiva que envolve as três vertentes essenciais da significação: **a intencional, a intensional e a extensional**. Assim, nas suas acepções mais estritas, *significado* será usado enquanto conteúdo sistémico, *sentido* enquanto conteúdo textualizado, em enunciado, e *significação* sempre que se tiver em conta quer o significado quer uma ou alguma(s) das suas activações enunciativas.

Outro conjunto temático a ter em conta, e a que já antes fora feita menção, é o dos conceitos de **significado-sentido** e de **referência** (cf. o clássico exemplo de "o vencedor de Iena" e de "o vencido de Waterloo", ambos referindo-se a Napoleão Bonaparte). No presente momento recuperam-se os resultados das leituras específicas então sugeridas, em vista a um aprofundamento das relações entre significado-sentido, denotação e referência.

Sob um ponto de vista ontológico-linguístico, três são as ordens de entidades que podem ser consideradas: entidades de primeira ordem, os individuais, em relação às quais se diz que existem; entidades de segunda ordem, que compreendem eventos, processos, estados de coisas, localizados no tempo e no espaço, e em relação às quais se diz que têm/tiveram ou não lugar; e entidades de terceira ordem, tais como as proposições, que são entidades abstractas, que se situam fora do tempo e do espaço. O universo de tipos ontológicos do mais elevado grau de generalidade compreenderá as classes COISA, QUALIDADE, QUANTIDADE, ESPAÇO, TEMPO, ESTADO, PROCESSO, EVENTO, ACÇÃO, RELAÇÃO, MODO.

Segundo Lyons (1990, § 2.3. (*Les fondements ontologiques: entités, qualités et actions*)), as propriedades de primeira ordem, veiculadas por adjectivos e por verbos, podem ser atribuídas a entidades de primeira ordem; as propriedades de segunda ordem, v.g. denotadas por advérbios, podem ser atribuídas a entidades de segunda ordem.

Os predicadores, que designam propriedades ou relações, aplicam-se e referem-se a entidades. A activação dessas relações é a predicação, que permite recortar um estado de coisas, real ou possível. A um nível mais abstracto situam-se os esquemas proposicionais e os actos de fala.

No sentido mais estrito de ambos os conceitos, **a referência**, ao contrário da **denotação**, não é uma propriedade das unidades lexicais, pelo que é sempre e necessariamente contextualmente dependente: «reference is an utterance-bound relation and does not hold of

lexemes as such, but expressions in context. Denotation, on the other hand, like sense, is a relation that applies in the first instance to lexemes and holds independently of particular occasions of utterance» (Lyons, 1977: 208). Sendo em parte determinada pela denotação dos termos lexicais em jogo, a referência não pode ser confundida com denotação, e não se confina a esta, sendo igualmente co-determinada por factores textuais (determinação, quantificação, etc.), que ajudam a recortar o conteúdo referencial dos signos em enunciado. Sobre as operações de construção da referência de uma expressão nominal e de um enunciado veja-se adiante 3.1.

Para uma reflexão mais aprofundada sobre esta temática veja-se Lyons, 1977, 7. (*Reference, sense and denotation*) e Mario Bunge (1974), *Semantics I: Sense and reference*. Dordrecht, Boston, Reidel Publishing Company.

No binómio **denotação-conotação** a denotação recobre essencialmente o sistémico e a conotação ora se aplica ao convencional, subliminar, implícito, ora ao que é contextualmente e, portanto, mais ou menos casuisticamente activado. Como já foi dito, por denotação entende-se a relação que o lexema mantém com coisas, entidades, propriedades, eventos, actividades, processos externos ao sistema linguístico. Estes são os denotados ou *denotata*. Sobre conotação e denotação ver Lyons, 1977, cap. 7 e C. Kerbrat-Orecchioni (1977), *La connotation*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

Numa concepção estruturada e orgânica da semântica e do léxico, a denotação de cada unidade lexical encontra-se em parte condicionada pela das demais unidades que com ela mantêm conexões, verificando-se até coacção da denotação de alguns itens sobre a de outros (cf. Pustejovsky: 1993b).

Chama-se a atenção para a estruturação escalar das unidades do léxico em matéria de denotação ou de referência, recordando-se a referência única dos nomes próprios, por um lado, a ausência de referente de expressões nominais do tipo "o Presidente da República britânica", por outro, e a circunstância de, por exemplo, a referência dos pronomes e dos demonstrativos ser mais contextualmente dependente que a dos nomes. Os nomes têm uma função essencialmente referencial, mas alguns podem acumular uma função adresativa ou vocativa (*mã.. ãe ! Importas-te de me ajudar?*)

Paralelamente, deve sublinhar-se a diferença entre denotação e significado, podendo haver signos ou expressões cujo significado somos capazes de compreender mas a que não corresponda nenhum denotado (*O Presidente de República de Espanha*) ou cujo denotado somos capazes de recortar a partir da descrição semântica, ainda que lacunar, e mesmo que desconhecendo o significante em causa. Com efeito, se por hipótese criássemos a denominação "tropla" para *walrus*, e se a fizéssemos acompanhar da descrição de 'mamífero do Ártico semelhante a morsas...', seríamos capazes de fazer o reconhecimento categorial do denotado. A atribuição de uma classe conceptuo-denotacional e da descrição semântica a esta associada pode

igualmente ter lugar mesmo quando perante signos novos, do tipo *marcianário* ou *marcianódromo*.

Na sequência destas reflexões, e antes de avançar para uma análise mais fina dos parâmetros semânticos relevantes para a subespecificação das significações, impõe-se distinguir **intensão** e **extensão** de uma unidade lexical. Por intensão designam-se as propriedades semânticas definitórias e caracterizadoras de uma unidade, que asseguram a sua representação semântica analítica. Por extensão designa-se o universo ou o conjunto de referentes que essas unidades denotam, codificam, representam. A este respeito veja-se Rudolph Carnap, *Extensions and intensions*. In: Javier Gutiérrez-Rexach, edited by (2003), *Semantics. Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, vol. 1, cap 4.

A encerrar a apresentação sumária de conceitos básicos de semântica, alguns dos quais já antes objecto de referência, importa proceder a uma breve reflexão sobre as dimensões da significação a ter em conta na análise desta, e sobre as quais reflecti em texto de 1998.

A significação descritiva de um item ou de uma expressão lexical compreende dimensões intrínsecas e dimensões relacionais. A significação descritiva é não marcada por traços de subjectividade —daí ser mais objectiva— e/ou por traços de indicialidade, é ancorada conceptual e referencialmente —daí ser também conhecida por ideacional e referencial—, pode ser negada ou questionada e, ao nível proposicional, permite determinar se a proposição expressa por uma frase é verdadeira ou falsa. Como parâmetros que, no âmbito das primeiras, podem ser relevantemente avocados, destacam-se a qualidade, que opõe por exemplo *verde* a *vermelho*, *aqui* a *ali*, a intensidade, uma das dimensões que maior variação imprime ao significado descritivo (*aterrorizado* vs *amedrontado*), a especificidade (cf. 2.2.), a vagueza (cf. 2.4.), a abstracticidade (cf. 2.3.), a representatividade, ou o carácter [±básico] e, portanto, nuclear da dimensão semântica (cf. 2.1.), o ponto de vista codificado e incorporado na descrição semântica da unidade, a partir do qual esta é representada e verbalizada ou lexicalizada (*a sala está semi-cheia* vs *a sala está semi-vazia*).

No âmbito das dimensões semânticas relacionais avultam as co(n)textuais, entre as quais as que relevam de solidariedades lexicais e de restrições de selecção e de co-ocorrência. São dimensões não descritivas as expressivas, que explicitam o estado emotivo e/ou a subjectividade do falante em relação ao denotado e/ou ao interlocutor. Paralelamente, há ainda a considerar as dimensões de registo ilocutório (estilo formal, informal), de nível de língua (*bué* vs *muito*), de estrato sociocultural, de área dialectal (*magnório* e *nêspera*) e as que estão ligadas à especificidade temática do intendido e respectiva forma — especializada ou não — de codificação (*cefaleia* vs *dor de cabeça*). No âmbito das dimensões intrínsecas, ainda que não

necessariamente definitórias, situam-se as que são mais e menos necessárias (ou, pelo contrário, as mais e menos contingentes) para a definição do conteúdo descritivo de um item lexical, as suficientes, as mais e menos salientes, ainda que não necessárias e/ou suficientes (cf. 2.1.).

Feita esta síntese introdutória, passa-se à apresentação de elementos e de conceitos basilares de semântica lexical. Como ficou exposto, esta é feita contextualizadamente, pelo que se torna indispensável situar os conceitos e as dimensões a explorar no evoluir do pensamento metalinguístico dos diferentes modelos e teorias. Para tal, propõe-se uma breve incursão pela história das ideias linguísticas e da evolução das concepções de semântica na última centúria.

É com a semântica estrutural que se dão passos decisivos no sentido do estudo orgânico da significação linguística. As concepções pré-estruturalistas de semântica e de significação são ainda marcadas por algum impressionismo, por alguma assistematicidade na concepção e/ou abordagem do léxico e da semântica lexical, mas abrem caminho a abordagens onomasiológicas e semasiológicas, que se viriam a revelar precursoras de ulteriores indagações semânticas mais consistentes e empiricamente adequadas.

A investigação onomasiológica visa inventariar e descrever o conjunto de designações disponíveis para uma mesma realidade conceptual e/ou referencial, e estudar semanticamente as diferenças das diversas denominações coexistentes numa dada cultura, tais como os variadíssimos nomes para ‘embriaguez’ ou para ‘arco-íris’. Para uma visão crítica e actualizada sobre as relações entre semântica cognitiva e onomasiologia veja-se Dirk Geeraerts (1998), *Sémantique cognitive et onomasiologie*. Sep. de *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, pag. 329-340.

A investigação semasiológica visa inventariar e descrever as estruturas de significação associadas a um mesmo signo, domínio ou campo sígnico: uma palavra é estudada nas suas relações e significações paradigmáticas, isto é, nos paradigmas nos quais pode figurar, e nas suas relações e significações distribucionais ou contextuais, em articulação com os campos conceptuais nos quais figura (*cadeira*: campo do mobiliário; campo dos objectos manufacturados; campo das áreas disciplinares; *pólo*: pólo norte; um jogo de pólo). Importa dizer que estas modalidades de investigação, de certo modo postergadas nas últimas décadas por modelos mais formais de análise semântica, estão a ser presentemente objecto de re-habilitação, desta feita à luz dos parâmetros da semântica cognitiva. Um dos vários trabalhos que ilustram essa revalorização é o de Andras Blank und Peter Koch (herausgegeben von), 2003, *Kognitive romanische Onomasiologie und Semasiologie*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

Por seu turno, a semântica estrutural assenta nos conceitos de funcionalidade, de organicidade e de sistematicidade, que se descrevem e expõem, de forma crítica, e bem assim no pressuposto da composicionalidade e decomponibilidade do signo: as expressões linguísticas

podem ser analisadas e representadas em termos componenciais, através de um conjunto de traços ou propriedades semânticas (Cruse, 2004: 4. *Compositionality*; 13. *Lexical decomposition*). O léxico começa a ser encarado já não de forma inorgânica, mas como um sistema integrado de unidades lexicais interrelacionadas com base em nexos semânticos.

Retomando as concepções lata e restrita de sentido, por contraposição com a de significado, torna-se necessário apresentar algumas das noções básicas de análise componencial. São assim dilucidados os conceitos de sema, de propriedade ou traço semântica/o, de lexema, de arquilexema, de campo lexical, de dimensão, de classe semântica e de classema, tal como amplamente teorizadas e aplicadas por Pottier, por Leher, por Coseriu, por Geckeler, na senda de Wiesberger e de Trier e, em relação à língua portuguesa, por Mário Vilela e J. Pinto de Lima.

Importa sublinhar que a composicionalidade e a componencialidade das significações não se faz por conjunção aleatória e apenas interna de propriedades semânticas ou de predicados atômicos, do tipo [ADULTO], [MACHO], [HUMANO], [ANIMAL], [ARTEFACTO], [SUBSTÂNCIA], mas envolve hierarquização dentro da estrutura semântica do signo e envolve ainda complexas combinatórias de propriedades semânticas, quer no interior, quer no exterior da unidade lexical (Lyons, 1997, §9.9. (*Componential analysis*)).

Neste âmbito recomenda-se a leitura de alguns textos fundadores de Coseriu, nomeadamente:

. Eugenio Coseriu (1977 b), *Princípios de semântica estrutural*. Madrid, Editorial Gredos. [*Introducción al estudio funcional del lexico*, p. 87-142; *Las estructuras lexemáticas*, p. 162-184; *Significado y designación a la luz de la semántica estructural*, p. 185-209) e

. Eugenio Coseriu (1978), *Gramática, semântica, universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid, Editorial Gredos. [*Sobre las categorías verbales (partes de la oración)*, p. 50-79; *Semántica, forma interior del lenguaje y estructura profunda*, p. 112-127; *Semántica y gramática*, p. 128-147; *El estudio funcional del vocabulario – Compendio de lexemática*, p. 206-238].

Sobre esta matéria deverão ainda os estudantes consultar Cruse, 2004: 10. (*Word fields*) e Lyons, 1977, cap. 8 (*Structural semantics I: Semantic fields*), em particular § 8.4.. Um texto de interesse para os alunos, a partir do qual se podem produzir trabalhos complementares, é o de Maria Helena Araújo Carreira, 1994, *Para uma leitura guiada de Sémantique générale de Bernard Pottier, com adaptações ao português*. Porto, Separata de *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Línguas e Literaturas, 2a série, vol. 11, p. 147-180.

Chama-se a atenção para as virtualidades e para as limitações que este modelo de abordagem encerra.

No campo das limitações, pode convocar-se o facto de nele se sobreporem não raro o

significado e a designação, o facto de serem bastante circunscritas as áreas de léxico que se deixam organizar e descrever em campos lexicais (campo do vestuário, campo das cores, campo dos nomes de parentesco), o binarismo e a natureza dicotómica das propriedades e das dimensões semânticas elencadas, que excluem traços, dimensões e classes mais e menos representativa/os, prototípica/os, centrais e periférica/os.

Uma distinção que não é totalmente esclarecida é a que deveria ter sido levada a cabo entre campo lexical e campo conceptual. O domínio cromático, estando provavelmente presente na categorização conceptual de todo o ser humano, pode servir de leit-motif, pois trata-se de um domínio vasado em campos lexicais com estruturas e mediante dimensões diferentes consoante as culturas e as línguas e até, dentro de cada língua, consoante o seu percurso histórico. Adiante teremos ocasião de retomar esta matéria.

No âmbito das virtualidades, à cabeça das quais a organicidade e a composicionalidade conseguidas, salientam-se as potencialidades descritivas de alguns conceitos operatórios avançados pela semântica estrutural, a relevância das descrições de campos e de solidariedades lexicais propostas, não apenas para o estudo das taxonomias, ou para o estudo de áreas vocabulares centrais para a aprendizagem de línguas estrangeiras, mas também para o desenvolvimento das capacidades e das competências metacognitivas e metalinguísticas dos alunos em relação à sua própria língua materna.

A fim de ampliar e de aprofundar essas competências sugerem-se trabalhos de reflexão sobre alguns dos campos lexicais (de assento, de vias de comunicação, de vestuário, de adjectivos de idade, de verbos de movimento, de verbos de cozinhar), apresentados por M. Vilela em *Estruturas léxicas do Português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1979, e Cruse, 2004: 10. (*Word fields*). A propósito do capítulo 10 deste último texto, cujos quadros podem ser trabalhados em aula prática (figs. 10.1, 10.2, 10.3), podem ser equacionadas as diferenças entre campos lexicais assentes em relações de hierarquia, relações meronímicas, relações de cadeia (bipolares, multipolares), de grau, relações de linearidade, de sequencialidade (estações do ano), de seriação (primeiro, segundo ...), relações de *clusters*, ou de conjuntos de termos equivalentes, mas marcados de modo diverso em termos disfásicos, dia-estráticos e/ou diatópicos.

O estudo de um signo (vg. *mãe*) como membro de um campo lexical (v.g. o das relações de parentesco), aduz novas dimensões à sua representação semântica, que graças a elas se vê fortemente enriquecida. Assim, uma entidade como a que o nome *mãe* denota não será definida apenas biologicamente, mas pela relação particular de parentesco que estabelece com os termos e respectivas denominações dos demais membros da estrutura familiar. Para tal, podem ser evocadas dimensões diversas, como as relações de hierarquia entre gerações, a organização matrilinear ou patrilinear da relação de parentesco e da taxinomia, a oposição de sexos, etc..

A par das noções de arquilexema e de propriedade semântica ([±ser humano], [±ser

animal], [\pm objecto], etc), também a de classema, traço distintivo comum a lexemas de diferentes campos lexicais importa ser objecto de especial indagação (cf. *dentista, gago, estudioso, bacharel*, unidos pelo classema [+ ser humano]), pela sua relevância em termos de compatibilidades interlexicais, de restrições de selecção e subsequente contribuição para a identidade de valores temáticos.

Pela experiência que me é dado ter na leccionação destas matérias, é grande a eficácia formativa que o conhecimento desta temática carrega.

Lyons (1977, p. 268) adota uma concepção muito alargada de campo lexical, que aqui não subscrevemos: «Lexemes and other units that are semantically related, whether paradigmatically or syntagmatically, within a given language-system can be said to belong to, or to be members of, the same (semantic) field; and a field whose members are lexemes is a lexical field» .

Apresentado o essencial do contributo da semântica lexical estruturalista, e na sequência do exposto, faz todo o sentido começar a promover uma reflexão sobre a diferença entre os níveis conceptual e semântico. Para tal, dá-se aqui início, conquanto de forma não ainda sistemática, a uma primeira incursão em terrenos da semântica cognitiva, já que é neste quadro teórico que mais tem sido explorada a relação entre o nível léxico-conceptual e o semântico (cf. Cruse, 2004, 7. (*Word meanings and concepts*)).

Recorrendo aos mais recentes trabalhos de Jackendoff é possível distinguir o nível léxico-conceptual (LCS) do semântico, onde se codificam as representações linguisticamente enformadas propriamente ditas. Partindo desta prévia caracterização, é possível consolidar, de forma aplicada, o funcionamento destes diferentes níveis de processamento.

A existência de traços semânticos, propriedades ou classes sémicas que atravessam longitudinalmente diversas áreas léxico-conceptuais confirma que aqueles são ontologicamente extrínsecos a estas e delas conceptualmente independentes, ainda que na prática interrelacionadas.

As considerações expendidas carecem de uma reflexão complementar sobre a natureza dos conceitos e o modo como se processam as conexões destes com as respectivas representações linguísticas.

É relativamente consensual que os conceitos ou as imagens mentais dum falante não são independentes do conhecimento do mundo interiorizado por cada um. O nosso conceito de *cão* não é alheio ao conhecimento que possuímos de tal animal, que inclui não só traços relativos à sua aparência física, à sua fisionomia e personalidade animais, aos seus comportamentos, às funções que pode desempenhar (cão de caça, animal doméstico ou de companhia, cão-polícia, cão de apoio a invisuais, cão vadio...), aos diferentes tipos de utilização que dele pode ser feita (companhia, caça, bio-experimental, circense), às propriedades que evoca (*mundo-cão*).

Que há uma imagem prototípica associada à figura de um cão prova-o o facto de a

respectiva categorização e denominação linguísticas se manterem perante um cão a que foi amputada uma perna. Continuamos a chamar-lhe *cão*, do mesmo modo que a um *carro* todo destruído em virtude de um acidente, mesmo que irreconhecível, continuamos a denominá-lo de carro — desfigurado, destruído — a partir do reconhecimento de um elemento identificatório tão atómico quanto um pára-choques ou uma placa de matrícula.

Por isso alguns semanticistas consideram que (Taylor, 1991: 83).

O universo em relação ao qual as significações linguísticas se estruturam é exterior ao sistema linguístico, mas acaba por de algum modo se reflectir na própria linguagem, que se deixa permeabilizar pelo conhecimento do mundo. Para alguns, o contexto de definição das significações integra a I-grammar. Para outros, as significações são estruturas cognitivas, impregnadas por padrões de conhecimento e de crenças. Seja como for, a significação das palavras está condicionada quer por factores culturais e contextuais, entre os quais os sociológicos, os referenciais, os ideológicos, os mentais, os conceptuais, quer por factores cotextuais.

Como exemplo de áreas léxico-conceptuais diversas podem arrolar-se as que se prendem com o universo da pesca, da agricultura, da pecuária, da indústria farmacêutica, da cosmética, da medicina, das indústrias ou das tecnologias do conhecimento, do jornalismo, do ambiente, da biologia; ou a das denominações das cores, as de manifestação de sentimento, de conhecimento, de emissão de sons (*assobiar, gritar, sussurrar, ressonar, chiar, grasnar, ladrar, relinchar*), de emissão de substâncias (*cuspir, chorar*), entre muitas outras.

Cada área léxico-conceptual estrutura-se em torno de uma ou várias dimensões conceptuais, que não necessariamente encontram paralelo ou têm expressão correlativa nas manifestações linguístico-lexicais (unidade conceptual mínima: ?conceptualema?; o João maltratou/?bentrou o gato). Estas, em todo o caso, ancoram-se naquelas, coexistindo num regime de coarticulação recíproca, por forma a que ambos os níveis de processamento tenham coerência interna e interrelacional.

Como veremos em 2.1., o semantismo linguístico de uma unidade lexical é em grande parte determinado paradigmaticamente, pela classe e/ou pelo campo lexical a que a unidade pertence. Mas é também determinado pelas propriedades semântico-categoriais associadas a cada classe sintáctica (N, A, V), propriedades que, por sua vez, se encontram articuladas com as propriedades referenciais e predicativas de cada uma.

Mais do que as condicionantes impostas pela área temático ou léxico-conceptual a que a palavra se encontra associada, são as propriedades linguísticas, léxico-semânticas e categoriais as que mais relevantes se revelam em termos definitórios e opositivos. Acontece porém que, não raro, a classe léxico-conceptual duma unidade, para além de fornecer propriedades semânticas mais específicas e/ou mais especializadas, tem correspondência com propriedades gramaticais, de natureza argumental ou temática. Sobre esta possibilidade, aplicada aos nomes deverbais, veja-se Alexandra Rodrigues (2004) *Condições de formação de nomes postverbais em*

português.

No seio da semântica de inspiração cognitivista destaca-se uma linha de pesquisa preocupada em inventariar os denominadores comuns em termos léxico-conceptuais e semânticos ao pensamento humano em linguagem verbal, independentemente da língua activada. Uma das autoras de referência dessa linha de pesquisa, que aspira a elencar os universais e os primitivos semânticos capazes de descrever quaisquer léxicos, é Anna Wierzbicka. No seu trabalho de 1972 (*Semantic Primitives*) postula catorze primitivos, que incluíam "tornar-se", "ser parte de", "imaginar/supor," excluídos da reformulação que publicou em 1994 (*Semantic Primitives Across Languages: A Critical Review*. In: Cliff Goddard & Anna Wierzbicka, ed. (1994), *Semantic and Lexical Universals. Theory and Empirical Findings*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins, p. 445-500), e que contempla as seguintes oito classes (coluna da esquerda), e respectivas manifestações linguísticas possíveis (coluna da direita).

Classes de primitivos semânticos	Manifestações linguísticas possíveis
1. SUBSTANTIVES	I, YOU, SOMEONE, SOMETHING, PEOPLE
2. MENTAL PREDICATES	KNOW, THINK, WANT, FEEL, SAY
3. DETERMINERS and QUANTIFIERS	THIS, THE SAME and OTHER, ONE and TWO, ALL, MUCH/MANY
4. ACTIONS and EVENTS	DO, HAPPEN
5. META-PREDICATES	NO, Don't WANT, LIKE, BECAUSE, IF, CAN, MAYBE
6. TIME and PLACE	WHEN, WHERE, AFTER and BEFORE
7. PARTONOMY and TAXONOMY	PART, KIND
8. EVALUATORS and DESCRIPTORS	BIG, SMALL; VERY, GOOD and BAD

A estes podem acrescentar-se outros, muito usados por exemplo na análise de verbos, tais como SER/ESTAR, CAUSA, MUDANÇA. Tenha-se em conta, a propósito, que em Ballweg et al. (1981) o número de primitivos ascendeu a oito dezenas, mas não está provado que seja possível descrever todo o léxico com estes conjuntos. Em todo o caso, o carácter nada consensual e necessariamente inconcluso deste tipo de abordagem recomenda que este excurso se confine ao exposto. Para uma análise mais aprofundada desta temática veja-se D. Zaefferer, ed. by (1991), *Semantic universals and universal semantics*. Berlin, New York, Foris Public..

2.1. Estrutura semântica da palavra. Organização das propriedades semânticas dentro da palavra. Propriedades definitórias e propriedades prototípicas.

É objectivo deste módulo temático descrever o modo como se organizam as propriedades semânticas dentro da palavra (cf. Richard Hudson (1995), *Word meaning*). Para tal, distinguir-se-ão propriedades definitórias e propriedades não opositivas, mas prototípicas, caracterizadoras de um dado signo ou expressão num determinado universo civilizacional, cultural, referencial e sócio-cognitivo.

Assumiu-se desde o início que o valor semântico de um termo resulta do lugar que este ocupa no sistema de relações semânticas mapeado pela língua. Por isso a análise componencial teve em consideração, em primeira mão, as relações semânticas intrassistémicas. A semântica duma palavra reflecte as **relações paradigmáticas** que a palavra estabelece (cf. 2.2.), dentro do **campo léxico-conceptual** e da **área referencial** a que está associada. Mas desde cedo se assumiu também que o valor sistémico não é rígido, pelo que pode ser **modulado referencialmente** (cf. 2.4.) e/ou **contextualmente** (cf. 2.3.) e/ou em função de mecanismos de **transfiguração do literal em figural** (cf. 2.5.), e pode ainda ser enriquecido com **semantismos de natureza socio-cultural**, convencionalmente partilhados pela comunidade que os gera.

Importa sublinhar que as propriedades semânticas elementares em que se pode decompor a estrutura semântica duma unidade lexical se encontram organizadas entre si de diferentes modos, intralexical e interlexicalmente apreensíveis. Toda a unidade lexical faz parte de conjuntos lexicais, mais ou menos extensos, que se encontram articulados com outros conjuntos e domínios léxico-conceptuais, pelo que a especificidade e a individualidade semântica de cada unidade reflecte a rede de relações de que ela participa e que com ela se entretecem.

Esta secção é uma continuação natural de 1.3., já que alguns conceitos aqui consignados, como os de traços necessários, suficientes, prototípicos, traços e relações de parecença de família são também conceitos básicos de semântica cuja dilucidação poderia igualmente ter sido levada a cabo no capítulo introdutório. A opção por esta distribuição reflecte uma orientação pessoal, que me cumpre assumir, e que tem a ver com o modo como considero preferível graduar pedagogicamente a exposição e exploração das matérias em causa, seguindo a um tempo a cronologia da evolução de modelos e teorias semânticas, e reservando para este momento a reflexão sobre o modo como se organizam as propriedades dentro da palavra à luz de um dos quadros de referências teórico dominante na abordagem da semântica das unidades lexicais — o cognitivista.

Dada a efervescência teórica e bibliográfica que vem caracterizando esta perspectiva de

análise, para uma panorâmica dos pressupostos e das potencialidades da semântica cognitiva sugere-se por agora a leitura de textos relativamente acessíveis e aplicados ao português, tais como os de Augusto Soares da Silva (1997), *A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*. Braga, Faculdade de Filosofia da UCP; e Augusto Soares da Silva (1999), *A semântica de deixar, uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, cap. I (*A abordagem cognitiva em semântica lexical*). Uma selecção bibliográfica posterior será efectuada em função das lacunas e motivações observáveis em situação lectiva.

Antes de se proceder a uma apresentação mais circunstanciada da filosofia que preside à abordagem cognitivista da semântica (veja-se a propósito o que foi exposto em 1.2. e nas páginas finais de 1.3.), importa situar este modelo no contexto que rodeia a sua emergência.

Ainda em pleno período de forte domínio da sintaxe e de quase ostracismo da semântica, recomeça, já com Jerrold Katz & Jerry Fodor (1963), *The structure of a semantic theory*. In: *Language* 39, p. 170-210, a recuperação da importância da semântica para a (teorização sobre a) linguagem. Em todo o caso, na fase de apogeu dos estudos de sintaxe gerativista, que percorre, grosso modo, o terceiro quartel do século passado, à semântica era atribuído um papel meramente interpretativo, pelo que se caracterizou por um tratamento subsidiário e muito aquém do que lhe viria a ser posteriormente consagrado. Assim se justifica, pois, a escassa referência ao contributo da semântica gerativa para o objecto que aqui se persegue. Como bibliografia de referência, sugere-se Noam Chomsky et al. (1984), *Grammaire générative et sémantique*. Paris. Éditions du Seuil; François Rastier (1987), *Sémantique interprétative*. Paris, P.U.F.; Ray S. Jackendoff (1990), *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, MA, The MIT Press; George Lakoff, *On generative semantics*. In: Javier Gutiérrez-Rexach, edited by (2003), *Semantics. Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, vol. 1, cap. 9.

Um impulso significativamente renovador é o que vai ser dado com os estudos de categorização levados a cabo no âmbito da psicologia cognitiva, por Eleanor Rosch (1978), em *Principles of categorization*. In: Eleanor Rosch & Barbara Lloyd (ed.), *Cognition and categorization*. Hillsdale, Lawrence Erlbaum, p. 27-48, pela chamada semântica dos protótipos, e depois amplamente incorporada e desenvolvida pelas ciências cognitivas.

Um dos aspectos mais relevantes destas abordagens semânticas reside na chamada de atenção para a seguinte realidade: para além dos traços definitórios, no conjunto ou feixe de traços semânticos de uma unidade lexical existem uns que são mais representativos e prototípicos do que outros.

Mas outros aspectos igualmente relevantes foram carreados pela semântica de inspiração

cognitivista, que importa historiar sumariamente.

Como já antes fora exposto, a abordagem semântica de inspiração estruturalista escorase nos princípios da composicionalidade, da literalidade e da invariância dos significados sistêmicos. A representação semântica assenta numa conjunção de elementos primitivos, discretos, em número finito, o que pressupõe que os sistemas de significação sejam encarados como fechados, que o significado sistémico seja estável e invariante, e que os conceitos e que as categorias tenham fronteiras claramente delimitadas. A categorização do real assenta em propriedades discretas e a pertença a uma dada categoria define-se pela comunhão de um número definido de propriedades que são comuns aos membros dessa categoria. Diga-se, aliás, que mesmo para um cognitivista como Langacker a noção de esquema imagético recobre justamente a representação abstracta do que é comum aos membros de uma categoria. Todos os membros da categoria têm estatuto categorial igual e cada um é identificado por um conjunto de propriedades tidas como necessárias e suficientes. É a conjunção suficiente de traços necessários que define a estrutura semântica mínima duma palavra: o conjunto de traços necessários e suficientes para ser denominado X constitui o significado de X.

Este tipo de quadro teórico pressupõe a distinção entre traços essenciais e traços acidentais, contingentes ou acessórios, e nele só os primeiros devem figurar na definição semântica das palavras. A constatação de que a distinção entre essencial e acidental é uma distinção sujeita a variáveis de diversa ordem — referencial, discursiva, relativa a “modelos culturais”, a “universos de crenças” — , e de que nos podemos referir a um objecto por meio de N, mesmo que o seu denotado não possua todas as propriedades tipicamente dele caracterizantes, conduziu a que se preconizasse que na definição do significado duma palavra há lugar não apenas para os traços essenciais, mas também para os traços típicos: ‘que é capaz de voar’, não sendo um traço distintivo de todas as aves (avestruz e pinguim não voam), é um dos seus traços típicos mais salientes. A especificidade semântica de uma palavra, mesmo quando encarada como termo dum campo lexical estruturado de modo relativamente objectivável, dificilmente se reduz a uma conjunção de traços mínimos distintivos. A estrutura semântica duma palavra não se confina ao que nela é minimalista.

Não obstante as suas limitações, o modelo das “condições necessárias e suficientes” continua a ser útil para a identificação dos traços definitórios que individualizam os membros duma categoria e na identificação dos eixos semânticos à volta dos quais se estruturam alguns domínios lexicais. Uma análise componencial, não binária, mas gradativa, polidimensional, reveste-se da maior relevância.

Na sequência das críticas tecidas ao modelo das “condições necessárias e suficientes” (a este respeito veja-se G. Kleiber, 1990: 79-82 e Taylor, 1991, cap.s 2 (*The Classical Approach to Categorization*), 3 (*Prototype categories: I*) e 4 (*Prototype categories: II*), dois são os

sentidos em que se orientam os desenvolvimentos da análise semântica da palavra: um que, inspirando-se nas ciências cognitivas, dá relevo à influência que as representações típicas têm na definição do conteúdo das palavras; e outro que valoriza os reflexos que o co(n)texto, a instância e a situação discursivas têm para a construção da significação da palavra.

Remonta a Rosh (1978) a tese de que a organização da experiência humana se processa através da construção de quadros interpretativos, de esquemas de apreensão, de caracterização e de categorização do real por “estereótipos” e/ou por “protótipos de referência”. As categorias linguisticamente processadas não se apresentam como categorias rígidas, definidas por condições necessárias e/ou suficientes, mas como categorias cuja configuração obedece a uma 'lógica' mais natural, mais flexível, mais conforme com a matriz humana do processamento linguístico, com a visão do real à medida do homem.

As unidades lexicais deixam de ser encaradas como tendo uma intensão definível em termos rigorosos, apresentando-se antes como portadoras de significações abertas e condicionadas culturalmente à luz dos protótipos semânticos a elas afectos. A noção de que a semântica das palavras não se confina a uma análise binária e a de que uma teoria semântica não pode deixar de ter em conta as propriedades convencionais que acompanham os estereótipos e/ou os protótipos associados à vida e ao uso das palavras deram azo a que a representação semântica das palavras incorpore as dimensões (proto)típicas que também perfazem a sua significação.

Uma das mais significativas inovações da semântica do protótipo relativamente às teorias clássicas da significação reside no facto de ela integrar na estrutura semântica da palavra propriedades até então excluídas ou secundarizadas, por serem tidas como subsidiárias, não distintivas, porque enciclopédicas e/ou acidentais, mas que, de facto, são essenciais para a configuração semântica dos signos: as propriedades típicas a eles associadas. Quando se diz que alguém falou com *ar professoral*, não é o estereótipo do professor socialmente desprestigiado ou com uma imagem desfavorecida que está certamente em causa, mas tudo o que é contrário a estes parâmetros, em que o prestígio, a auto-confiança e a autoridade, fundada ou não, são exteriorizadas, sendo bem ou mal encaradas pelo locutor em função da avaliação que este faz do carácter positivo ou negativo desse estereótipo e do comportamento a ele associado. Concluída esta unidade temática, deve o aluno ser capaz de identificar distintivamente traços semânticos descritores e traços caracterizantes ou estereotípicos.

Paralelamente, a rejeição de que a organização de uma categoria assenta no maior denominador comum permite considerar a existência de gradiência na estrutura interna das categorias: no interior duma categoria há exemplares considerados mais e menos representativos, mais centrais e mais periféricos. As dificuldades na aferição do que se pressupõe ser consensualmente identificado como melhor representante duma categoria, aliada à necessidade de ter em conta a variação individual, constituem pontos vulneráveis da versão standard.

Na versão alargada da teoria, tal como é formulada por G. Kleiber (1990: *La sémantique du prototype. Catégories et sens lexical*), as propriedades prototípicas, as mais salientes do ponto de vista cognitivo, são atributos tidos como característicos ou típicos da categoria, mas não têm necessariamente que estar presentes em todos os seus membros; elas estão consensualmente ou convencionalmente associadas a alguns dos membros dessa categoria, mas não imperativamente a cada um deles. A hierarquia intracategorial que se estabelece não está necessariamente organizada em torno de instâncias e/ou de propriedades prototípicas, mas constrói-se em torno do exemplar mais prototípico, definido como sendo aquele em que a intersecção de atributos é maior, mais típica ou mais saliente.

Quando os membros duma categoria estão interligados por uma relação de parecença de família a pertença à categoria faz-se com base no grau de similaridade não com o protótipo-melhor-exemplar, mas com a instância que está mais próxima, ou que é contígua ao exemplar em análise. Na cadeia AB, BC, CD, A pode não ter propriedades em comum com C, mas pode ter uma propriedade x em comum com B, e B por sua vez ter a propriedade y em comum com C.

Assim, ao contrário do que se passa na versão standard, nem todos os membros duma categoria apresentam propriedades comuns ao membro considerado mais típico, verificando-se tão somente comunhão de propriedades entre, pelo menos, dois membros contíguos. Sobre a descrição por parecença de família, ver G. Kleiber (1988), *Prototype, stéréotype: un air de famille?*. In: D.R.L.A.V. 38, p. 1-61.

Ou seja, na estrutura em *continuum* duma categoria há dois tipos de gradação a considerar: uma gradação das propriedades, em função da sua pertinência ou validade para a definição (dos membros) da categoria; e uma gradação dos membros da categoria, que são mais ou menos típicos e representativos da mesma.

O facto de se estabelecerem hierarquias inter-categoriais que obedecem a uma lógica de inclusão é particularmente relevante na medida em que se constata que os falantes denominam mais facilmente as coisas ao nível do género do que ao nível da espécie/do hiperónimo ou ao da variedade/do hipónimo, o que confere ao género um estatuto denominativo particular. Como Kleiber assinala (1990: p. 79-82), para identificarmos um animal que ladra designamo-lo por ‘cão’ e não por ‘canídeo’, ‘quadrúpede’, ‘mamífero’, ou por ‘pastor alemão’.

Doravante, a descrição da semântica das palavras não será feita apenas à luz dum modelo de condições necessárias e suficientes, mas deve incorporar os traços que nelas se apresentam como mais típicos, como convencionalmente mais salientes. As definições deixam de ser feitas em termos de conteúdos mínimos para nelas terem lugar os traços definitórios e taxonómicos, mas também os prototipicamente caracterizantes. Estes, apesar de não indispensáveis, fornecem indicações insubestimáveis relativas ao indivíduo e/ou à comunidade que as usa, dando a conhecer os códigos e os valores em vigor num dado universo cultural.

Pelo exposto, confirma-se que as propriedades dum signo estão intimamente relacionadas com o universo referencial, mental, ideológico e cultural a que o signo se reporta. Assim, a todo o signo está associado um “espaço”, um “quadro”, um “cenário” (ver abaixo *frame*, *script*, *schema*) referencial-cultural-cognitivo em relação ao qual estão indexadas não apenas as propriedades dele definitórias, mas também as propriedades (mais) típicas a ele convencionalmente associadas. São destas exemplo, entre outras, as propriedades "ser competente, proficiente", "ter autoridade", em relação ao modelo ideal de professor.

Em suma, a representação semântica duma palavra é constituída por um conjunto aberto de propriedades, do qual fazem parte não apenas as que, de forma permanente, contribuem para a definição ou para a denotação da palavra, mas também as mais tipicamente associadas ao uso desta. Essas propriedades relevam das representações axiológicas, figurais e simbólicas, mas podem também corresponder a representações utilitárias, funcionais e operacionais que são específicas de cada universo cultural.

A **estrutura de qualia** que J. Pustejovsky (1993b) propõe para os nomes pode servir de leit-motif para a análise empírica com que se deseja dar por terminada esta unidade temática. Partindo da consideração de que (Pustejovsky, 1993b: 86), explicita-se que a estrutura de qualia comporta uma dimensão constitutiva (a relação entre o objecto e seus elementos constitutivos), uma dimensão formal, que distingue o objecto no seio do domínio de que faz parte, uma dimensão télica, atinente às funções que o objecto serve, e uma dimensão agentiva. Aplicado a uma música, a estrutura harmónico-rítmico-melódica representa a dimensão constitutiva, a configuração sob a forma de partitura ou de texto musical a dimensão formal, o carácter télico consubstancia-se na possibilidade ou na finalidade de ser interpretado e/ou ouvido e a natureza de artefacto escrito e/ou interpretado consubstancia a dimensão agentiva.

Por fim, e estreitamente ligado com considerações anteriores, impõe-se promover uma reflexão sobre os conceitos de domínio cognitivo, de esquema, de cena/cenário, de *script* e de *frame*, e avaliar, de forma aplicada, a sua relevância e adequação descritivas.

Como ficou dito, a significação de uma unidade lexical não pode deixar de ser captada e processada tendo em conta o universo cultural, referencial e cognitivo em que está imersa.

Congregando estas três dimensões, cabe aqui clarificar o conceito de **domínio ou de esquema cognitivo**, tal como o de ciclo da vida (nascimento, crescimento, morte), ou o do esquema de uma semana, cujo início varia entre segunda-feira, se se adopta como parâmetro a dimensão trabalho/lazer, ou domingo, se se adopta como parâmetro a dimensão religiosa cristã. Saliente-se que o conceito de domínio cognitivo é aplicável não apenas ao lexical (v.g. domínio da diminuição) como também ao gramatical (v.g. domínio da temporalidade).

Complementarmente, é fundamental a percepção da intersecção, do *cluster* de domínios e/ou de dimensões que não raro convocamos para cabalmente descrever ou compreender a

significação de uma palavra. O exemplo já clássico de *mãe* (Lakoff, 1987: *Women, Fire and Dangerous Things*) ilustra esta realidade, pois se considera que são necessários pelo menos cinco domínios, para além do que define *mãe* como ser humano fêmea, para a cabal compreensão da sua descrição:

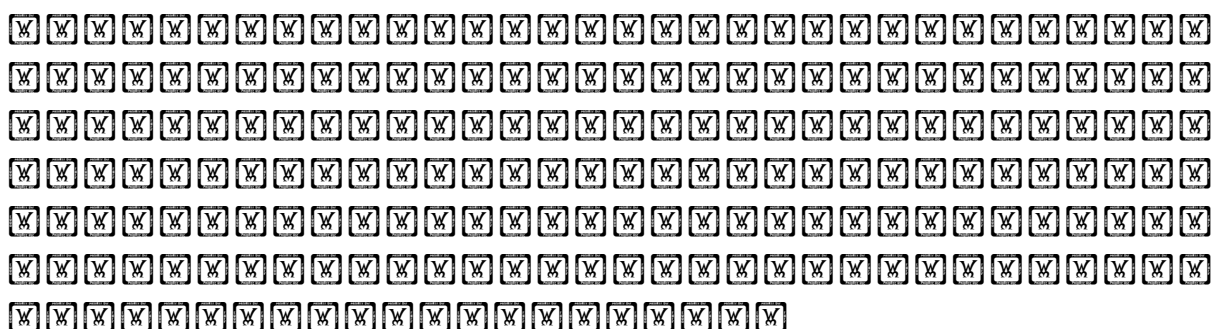
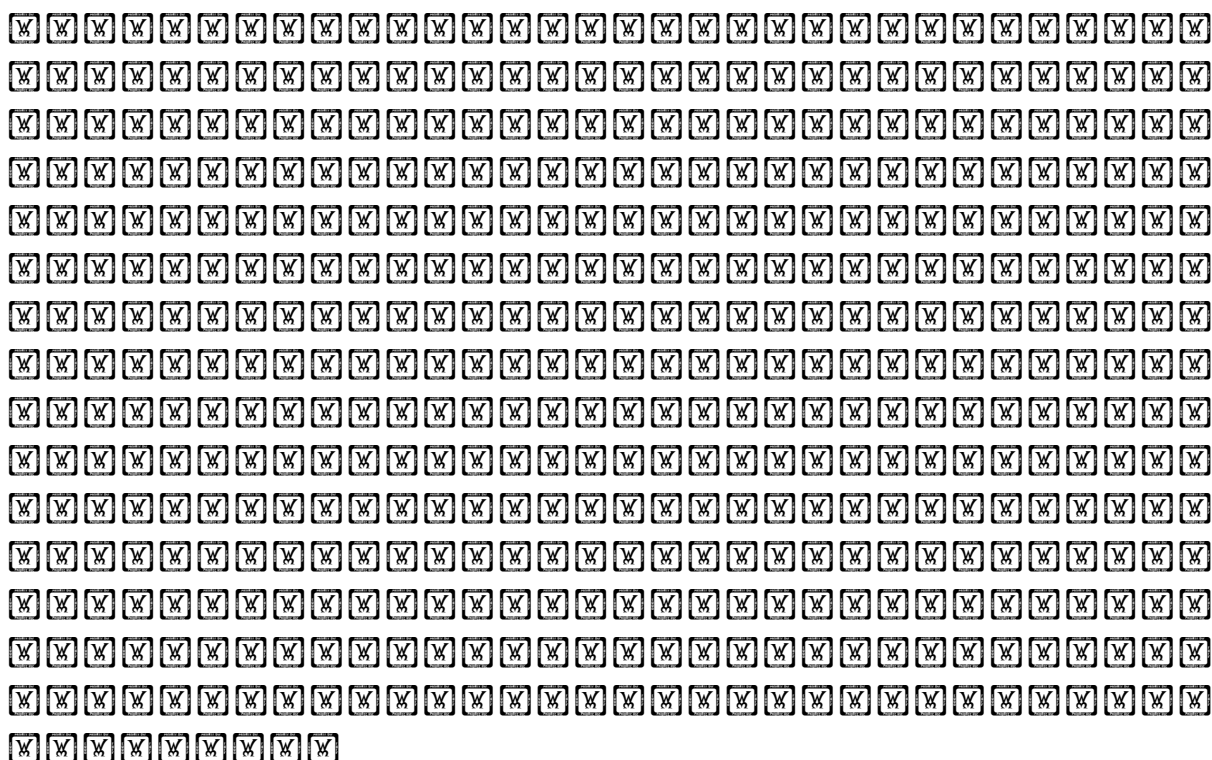
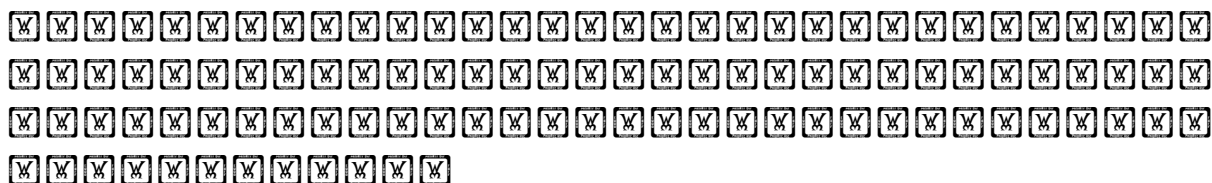
- (i) o domínio genético (a mãe contribui com material genético para a criança)
- (ii) o domínio do nascimento (é a mãe que dá à luz a criança)
- (iii) o domínio da criação (a mãe é o ser que amamenta e, por isso, cria nos primeiros tempos)
- (iv) o domínio genealógico (a mãe é o familiar feminino mais próximo na linha de ascendência)
- (v) o domínio conjugal (a mãe é tipicamente esposa do pai)

Na sequência da observação de outros exemplos de **intersecção de domínios** para a definição de uma unidade lexical, importa clarificar os conceitos de *esquema*, *cenário*, quadro, moldura ou *script* e *frame*, projectados pela investigação em Inteligência Artificial e adoptados pela Linguística Cognitiva (cf. Charles Fillmore (1977), *Scenes-and-frames semantics*. In: A. Zampolli (ed), *Linguistic Structures Processing*. Amsterdam, North Holland Company, p. 55-81 e Roger Schank & Roger P. Abelson (1977), *Scripts, plans, goals, and understanding*. Hilldale, New Jersey, Lawrence Erlbaum).

Por *cena*, *cenário*, esquema (*schema*) organizacional, configuracional ou imagético entende-se o conjunto ou a rede (*network*) de padrões de conhecimentos comuns, de crenças, de experiências, que interrelaciona(m) as múltiplas dimensões associadas a um evento (v.g. *carnaval*), a uma realidade, a um esquema vivencial (cena de transacção comercial), a um conceito.

Por *scripts* entendem-se as sequências temporais e as relações causais que ligam eventos ou estados-de coisas com determinados cenários ou esquemas idealizados de evento, tais como o de realizar uma análise clínica, que envolve ir ao médico, munir-se de uma requisição, dirigir-se ao laboratório, extrair sangue, aguardar o resultado. Os *scripts* assentam em configurações baseadas em factores culturais, em conhecimentos convencionalizados e socializados. Os conhecimentos encapsulados em tais esquemas e que correspondem a representações mentais do real são, pois, tidos como largamente partilhados pelos membros de uma comunidade (cf. memória de elefante = grande capacidade de memória). Na sua acepção mais restrita, por *frame* entende-se o conjunto de meios linguísticos que denota uma cena. Sobre esta temática veja-se também Taylor, 1991, cap. 5 (*Linguistic and Encyclopaedic Knowledge*). As noções de esquema, de cena, de cenário e de *script* revelar-se-ão particularmente úteis na análise de nominalizações deverbais e dos predicadores verbais, dos esquemas predicativos e argumentais que em torno deles se configuram, e nos esquemas conceptuais em que estes assentam (cf. 3.2.)

Explorados os múltiplos aspectos envolvidos na construção das representações semânticas, deve o aluno ser capaz de fazer uma síntese que lhe permita convocar os vários ângulos de enfoque pertinentes na abordagem semântica dos itens lexicais. Para tal, remete-se para a reflexão levada a cabo em 1.3., sobre a natureza das dimensões a ter em conta na análise semântica, seja a referencial-denotacional, a cognitiva e léxico-conceptual, a cultural, sejam as de natureza estereotípica e/ou prototípica, que se conjugam, organizam e hierarquizam em esquemas ou cenários representacionais, experienciais e culturais.



As relações de hiponímia e de hiperonímia são duas das mais importantes relações de estruturação do léxico numa língua.

A hiperonímia pode definir-se como uma relação de hierarquia entre termo subordinado (hipónimo) e subordinante (hiperónimo). Trata-se de uma relação assente numa implicação unilateral e não-simétrica, em que o hipónimo ou termo subordinado representa um exemplar, um membro, um espécime da espécie denotada pelo seu hiperónimo ou termo subordinante ou

genérico: *cavalo*, *hipopótamo*, *crocodilo* são hipónimos de *animal*; *rosa*, *cravo*, *tulipa*, *malmequer*, *gladiolo* são hipónimos de *flor*. Os termos subordinados são co-hipónimos (*pianista*, *violinista*, *contrabaixista*, em relação a *músico-instrumentista*) e, na medida em que são membros da mesma espécie, alimentam-se de uma relação de inclusão.

Para alguns a relação de inclusão só deve aplicar-se aos termos que têm denotação ou referente, ou deve ser entendida em sentido intensional, e não extensional, de lógica de classes. Assim, o sentido da inclusão depende do ponto vista em que nos situamos — se intensional, se extensional—, quando olhamos para o significado. Sob um ponto de vista extensional, a classe denotada pelo termo superordenado inclui as sub-classes dos termos denotados pelos hipónimos. A classe (dos denotadores) de *pera* funciona como uma subclasse da de *fruta* (elemento/conjunto). Quanto maior a extensão do conjunto, mais este é inclusivo. Porém, sob um ponto de vista intensional, o significado de *pera* é bem mais rico que o de *fruta*, pelo que o significado de *pera* inclui ou contém o de *fruta*.

As taxonomias, dos mais diversos campos técnicos e científicos, hierarquicamente estruturadas, assentam amiúde numa relação de hiponímia-hiperonímia.

Uma outra relação estruturante do léxico é a de holonímia, em que um termo denota o todo e o outro uma sua parte (*mesa: tampo; rebanho: ovelha*). A relação homóloga correlata é a de meronímia, ou de parte-todo, presente em *braço* relativamente a *corpo*, *pára-choques* relativamente a *carro*, *ponteiro* relativamente a *relógio*, *vaso sanguíneo* relativamente a *sistema circulatório*. Na medida em que envolve partes, segmentos (braço, perna, dedo), ingredientes de um todo orgânico, a meronímia partilha também uma relação de inclusão. No entanto, ao contrário do que se passa em termos de hiponímia, um merónimo (v.g. *dedo*) não é uma espécie de, um exemplar do que é denotado pelo holónimo (v.g. *mão*).

A aparente simplicidade dos conceitos em causa, e das relações lógicas e conjuntísticas que a eles subjazem, não pode escamotear a complexidade das relações que as palavras efetivamente entretecem entre si, seja no léxico, seja acima de tudo no uso que delas fazemos. Para o assinalar, e antes mesmo de reflectir sobre a multissignificação a que os significantes lexicais se prestam, podem evocar-se casos de co-hipónimos, de co-taxónimos ou de co-merónimos que, mantendo relação de incompatibilidade e de mútua exclusão entre si, se situam em redes e/ou níveis de diferentes patamares de organização, de hierarquia ou de inclusão: *calhamaço* e *romance*, em relação a *livro*; *médica*, *solicitadora*, *dona de casa*, *rainha*, *aluna*, em relação a *mulher*; *dedo*, *artéria*, *cerebelo*, *sistema respiratório*, em relação a *corpo* (Cruse, 2004: 9.).

A relação de sinonímia, entendida como equivalência ou identidade, é uma relação de implicação bilateral e simétrica, não uma relação de inclusão, e assenta na partilha de propriedades definitórias em comum.

A inexistência de sinónimos absolutos (*anteceder e preceder*), nem mesmo quando estão em jogo termos unívocos (*mil e um milhar, seis e meia dúzia, som vozeado e som sonoro*), pois que os enfoques e/ou os pressupostos de que se parte não são, em rigor, os mesmos, não invalida a ocorrência de sinónimos ou de equivalentes funcionais (*cego e invisual, elevador e ascensor, vermelho e encarnado; pêsames e condolências*) ou proposicionais (*os alunos, os discentes, os estudantes desta escola lutam por melhores condições; melhorou da desinteria/da diarreia; está mais calvo/careca*), não raro marcados diafasicamente e/ou diastraticamente.

Lyons (1977: 202) selecciona como critério de estabelecimento de identidade (ou de semelhança) e de dissemelhança (ou de diferença) a constância ou não da informação descritiva de uma expressão, a possibilidade de uma ou mais expressões poderem ser substituídas num determinado contexto frásico sem que se altere — ou com alteração — do seu significado descritivo e das condições de verdade a ele associadas. Também Cruse retoma parâmetros análogos para os sinónimos proposicionais, como o ilustram as suas palavras *two lexical items are propositional synonymous, they can be substituted in any expression with truth-conditional properties without effect on those properties* (Cruse, 2004: 8.2.3.2.), aplicáveis a *exéquias e cerimónias fúnebres; apresentar condolências e apresentar sentimentos*.

Os equivalentes funcionais são um bom exemplo de que cada denominação supõe um processo de categorização específico, fundado em pontos de vista diferenciados (cf. *espanhol e castelhano*, em denominações da língua do país vizinho; *encarnado e vermelho*, com matrizes etimológicas e categoriais tão diversas quanto *carne e verme*), civilizacionalmente e culturalmente condicionados, em regra partilhados pela comunidade, e convencionalmente aceites.

A relação de contraste, de oposição ou de antonímia (Lyons, 1977. 9. *Structural semantics II: sense relations*) reveste-se de diferentes modalidades, consoante a natureza das propriedades semânticas dos termos em jogo. Começamos por caracterizar contrastes binários ou dicotómicos, para depois nos centrarmos sobre os seriais.

Uma das modalidades de oposição mais representadas é a que admite gradação, estando em jogo antónimos graduáveis e polares (Cruse 2004: 9.2.2.), tais como *alto-baixo, grande-pequeno, quente-frio, bonito-feio, rico-pobre*, cada um dos quais se situa nos extremos de uma escala. Trata-se de termos contrários numa oposição, já que a negação de um/do termo de polaridade positiva não corresponde necessariamente à afirmação do seu contrário: *não quente* não significa *frio*, podendo significar *morno* ou *tépido*; *não pequeno* não equivale a *grande*, mas pode denotar *médio*. Tal não impede que a predicação de "está quente" implique "está não frio" e a de que "está frio" implique "está não quente", do mesmo modo que não impede uma utilização como termos contraditórios de uma oposição de termos graduáveis; assim acontece, por exemplo, com a dedução legítima de "logo, não é mau", face a "este café é bom"; do mesmo

modo, assim acontece também se a resposta for negativa ("não") à pergunta "é um jogador honesto?", porquanto é legítima a inferência implícita de que se trata de um jogador desonesto.

Ao invés, os antónimos complementares, assentes numa oposição que não admite gradação (*homem-mulher; mãe-filho; verdadeiro-falso; possível-impossível*) correspondem a termos contraditórios e mutuamente excluintes entre si. Sendo incompatíveis, apresentam-se como alternativas entre si. A asserção positiva de *p* implica a asserção negativa de *q* e a asserção negativa de *p* implica a asserção positiva de *q* (*inocente-culpado, morto-vivo, par-ímpar*). De igual modo, uma oposição não graduável pode, em determinadas ocasiões, ser usada gradativamente (P: *o animal ainda está vivo?* R: *vivíssimo, felizmente!*).

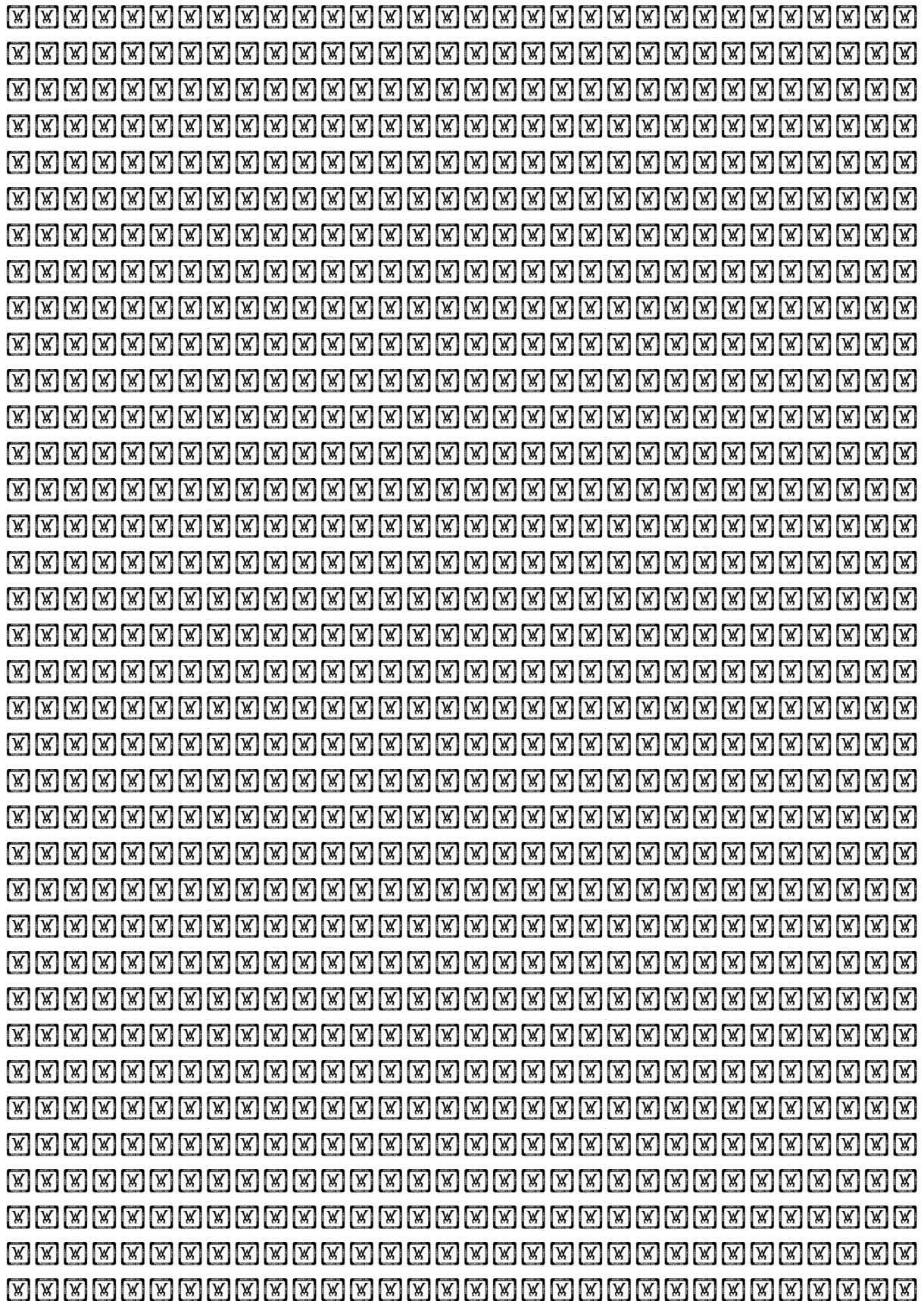
Relação de incompatibilidade e igualmente de contraste é a que escora os termos de uma ordenação escalar ou serial, tal como a que os adjectivos de apreciação térmica configuram (*gelado, frio, tépido, morno, quente, escaldante*), ou como a que os adjectivos avaliativos (*mau, medíocre, suficiente, bom, muito bom, excelente*), as denominações de graus militares ou as de numerais activam.

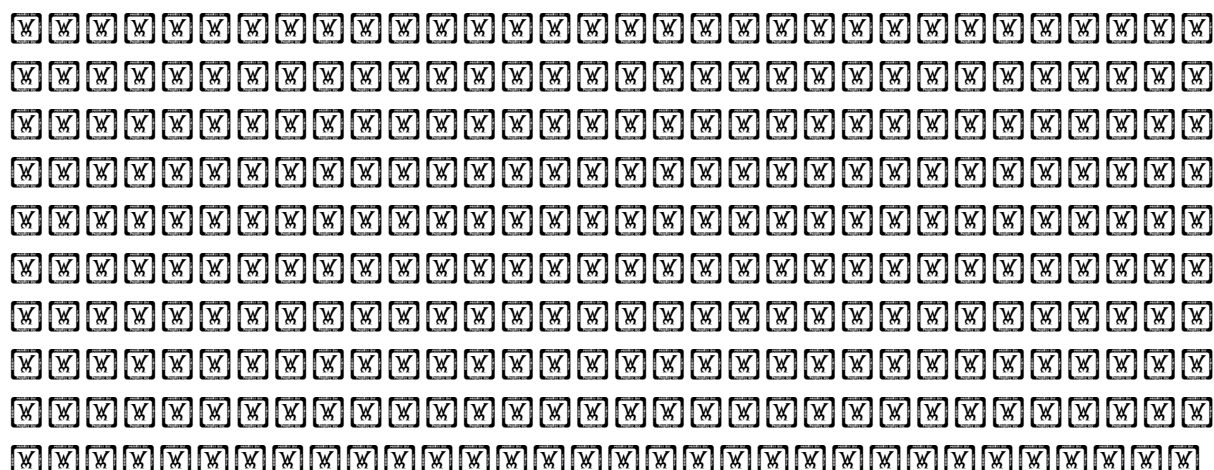
As chamadas oposições conversas ou recíprocas são marcadas pela implicação recíproca (*padrinho-madrinha; comprar-vender; genro-nora*), estando em jogo predicadores de dois lugares; por seu turno, as direccionais denotam movimento (*ir-vir; chegar-partir; levar-trazer*), mudança de estado em direcções opostas, reversividade (*fazer-desfazer, montar-desmontar; va-lidar-invalidar, viabilizar-inviabilizar; amovível-inamovível*), ou localização relativa (*acima-abaixo, antes-depois, dentro-fora, setentrional-meridional*). Lyons menciona ainda as oposições ortogonais, assentes no eixo da perpendicularidade (*norte, sul*), e as antipodais, assentes em diametralidade (*este, oeste*), como exemplo de oposições usadas amiúde como conversas.

Os contrastes não binários, seriais ou não, situam-se na fronteira com os termos dos conjuntos taxonómicos. Com efeito, ainda que ordenáveis sucessivamente, os nomes dos meses ou das estações do ano são usados talvez mais como co-hipónimos do que como termos de contrastes contraditórios e incompatíveis entre si. A tal realidade não é alheio o facto de se tratar de conjuntos fechados (*cyclical sets*) que, ao contrário das escalas e de outras seriações, não estão necessariamente ordenados entre pólos extremos, nem admitem novos termos.

2.3. Semântica da palavra em contexto. Relações paradigmáticas e relações sintagmáticas em interacção. Combinatórias entre palavras: restrições de selecção e solidariedades lexicais.

Afirma Cruse (2004, 8.1.2.3.) que .





Por seu turno, a leitura mais ou menos abstracta ou mais ou menos concreta de nomes depredicativos, deverbais ou deadjectivais, em função das coordenadas co(n)textuais em que ocorrem, ilustra igualmente a importância decisiva das relações sintagmáticas para a interpretação dos itens lexicais. Sobre estes tipos semânticos de nominais e as leituras mais discretas ou mais compactas a que se prestam, em função dos cotextos, e a que poderia ser consagrado uma subsecção específica no âmbito desta cadeira, veja-se Rio-Torto e Anastácio (2004: 187-220).

As propriedades semânticas das palavras determinam as **combinações possíveis** em que aquelas podem ocorrer, pelo que o conhecimento do sistema semântico duma língua implica conhecer as restrições de selecção impostas pelos itens lexicais.

A co-ocorrência semanticamente aceitável de unidades lexicais é limitada por restrições de natureza semântica e ontológico-referencial (cf. a inaceitabilidade de **o gato zurra*, **a cobra escoicinha*, **a mesa salta à corda*). Em função destas, há **compatibilidades e solidariedades inter-lexicais**, condições de co-ocorrência entre unidades que determinam combinatórias impositivas e combinatórias preferenciais cujos fundamentos e condicionalismos de ocorrência devem ser explorados, por forma a que se diferenciem as circunstâncias em que há lugar a derrogações mais e menos aceitáveis dos limites da compatibilidade semântica. Exemplos desses tipos de colocações são o de *rançoso* em relação a manteiga ou outra gordura similar, ou o de *pontapear* em relação a *pé*, por contraste com *socar* em relação a *mão* ou *punho*, o que explica que *socar* não seja compatível com *pé*. O significado de *pé* está aliás encapsulado no de *pontapear*, coincidindo até com o facto de o lexema estar morfologicamente incorporado no próprio verbo. Exemplos de filónimos, termos que co-ocorrem normalmente juntos são, *barco à vela*, *cadeira de baloiço*, *ferro de engomar*, *motor de arranque*, *energias renováveis*, *partidos políticos*.

Tanto quanto falar de restrições de selecção ou de co-ocorrência, Cruse prefere falar de **preferências de colocação e de selecção**. Exemplos como *saia-casaco*, mas não *casaco-saia*, *?calça-casaco* ou *?casaco-calça* ilustram a compatibilidade e a incompatibilidade de co-ocor-

rência ou de colocação dos itens lexicais mencionados. A incompatibilidade registada entre estes termos, unidos por uma relação de conjunção, não tem motivações linguísticas relevantes, uma vez que os denotados (fatos tipo casaco e calça) são amplamente conhecidos e disseminados. Já em *médico-dentista* ou em *médico-cirurgião* a inaceitabilidade de **dentista-médico* e de **cirurgião-médico* assenta em motivações de natureza ontológica e linguístico-taxonómica. Por um lado, *dentista* representa uma especialidade de *médico*, pelo que a ordem mais típica em casos do género faz anteceder o termo subordinado do termo subordinante. O mesmo se aplica a *médico-cirurgião*. Acresce ainda que *cirurgião* pressupõe a inclusão na classe de *médico*, pelo que a sequência/a colocação **cirurgião-médico* seria em parte tautológica. Tautónimos mais prototípicos são *perguntar uma pergunta*, *um universitário académico*.

Como a própria denominação explícita, as preferências e **restrições de selecção** supõem a existência de um termo selector e de um termo seleccionado. Um verbo como *mastigar* implica a existência de uma estrutura dentária e, por conseguinte, a pertença desta a um ser vivo, animal ou humano. Complementarmente, o objecto afectado deve ter propriedades tais que possa ser por estes triturado e deglutido. Com estes pressupostos se compreende que **o gato mastigou o computador* ou **o João mastigou o computador* sejam construções encaradas como xenónimas (se entendidas no seu sentido literal), porque violam as condições de compatibilidade semântica conceptual e referencialmente aceitáveis. Da mesma forma, 'ser humano' ou, quando muito, 'ser animal' pode ser considerado como uma pressuposição lógica de *bater a bota*. Factores extralinguísticos podem pender sobre as imposições colocacionais e de selecção (cf. *o gato comeu o rato* vs **o rato comeu o gato*).

Segundo Vilela (1979), podem distinguir-se condições de **afinidade**, em que o conteúdo de um lexema é indexado ao da classe do lexema determinante (cf. *prenhe* vs *grávida*), de implicação, em que o conteúdo do lexema determinado é indexado ao conteúdo total do lexema determinante (*relinchar* para cavalo, *ladrar* para cão, *miar* para gato, *égua* para fêma do cavalo, *cadela* do cão), ou condições de selecção, em que o conteúdo do lexema determinado é indexado ao do arquilexema (cf. *ceifar*, para cortar cereais vs *segar*, para cortar erva).

As situações de implicação são as de restrição mais estrita, pelo que, uma vez violadas (**o cavalo ladra*) se apresentam como totalmente inaceitáveis. As demais situações, que envolvem condições de selecção menos impositivas, admitem alguma margem de derrogação, quando não em registo de linguagem técnica ou de especialidade.

Assim, se, em vez de *plantar batatas*, porque de caules se trata, se utilizar *semear batatas*, como popularmente também se diz, a comunicação não deixa de se processar, sem que os efeitos negativos da imprecisão em causa se façam sentir de forma muito sensível, a não ser em sede especializada.

De igual modo, o verbo *amar* pressupõe reciprocidade e, no seu sentido literal e prototípico, selecciona como argumentos seres humanos ou humanizados (*amar a Deus*). Ora,

se em registos mais diferenciados se ouve em resposta a , a natureza não humana do objecto directo não anula o semantismo do verbo, nem tão pouco a sua enaridade, mas somente uma das dimensões semânticas de um dos seus argumentos temáticos. O mesmo se diga em relação ao título *Eu hei-de amar uma pedra* (2004), de A. Lobo Antunes. Porque a derrogação de algumas das condições de selecção e de co-ocorrência activam não raro mecanismos de transformação do literal em figural, é ocasião de reflectir sobre o fenómeno em causa e os cálculos interpretativos necessários à compreensão dos sentidos intendidos.

Sobre esta temática ver Cruse, 2004, 12. (*Syntagmatic relations*) e Vilela, 1979, cap. 4 (*Estruturas sintagmáticas (léxicas) do português*).

Concluído este bloco, o aluno deverá ter-se dado conta de que a significação e a interpretação de uma palavra assentam numa relação de tensão entre significação sistémica e significação contextual(izada), pelo que não é possível ignorar nenhuma destas duas variáveis em jogo. Sem anular a ancoragem sistémica e estruturantemente uma do semantismo de cada palavra, evidencia-se a variabilidade contextual das significações.

2.4. Polirreferência, polissemia, homonímia, vagueza. Variação contextual da significação.

Conhecidas as possibilidades de influência que o contexto sintagmático tem para a significação e para a interpretação dos items lexicais, e tendo presente a possibilidade de uma unidade lexical ver a sua significação variar e/ou ser modulada em função do contexto em que ocorre, é chegada a ocasião de observar essas diferentes modalidades de dispersão ou de modulação (como prefere Cruse), quer formal, quer referencial, quer semântica a que as palavras se prestam. A variação do semantismo de uma palavra em [função do] contexto pode assumir diferentes modalidades, sendo motivada por factores linguísticos diversos. Em todo o caso, estando os signos em interacção constante entre si, e sendo essa interacção tanto mais intensa quanto maior for o grau de coesão combinatória ou sintáctica daqueles, natural se torna aceitar como consubstancial a variação ou a modulação da significação duma unidade lexical em contexto, em função das condições e dos termos da sua co-ocorrência. Essa variação pode traduzir-se por selecção e focalização de alguns traços de significação de uma dada unidade lexical, por expansão do semantismo desta, por polirreferência e por polissemia de uma dada unidade, por extensões figurais de significação. Os exemplos de *a mesa da sala de jantar*, *a mesa de trabalho*, *a mesa-de-cabeceira*, *a mesa-redonda correu bem*, *as decisões da mesa da assembleia*, entre muitos outros, podem servir de ilustração a parte dessa variação.

Esta secção começa por isso por se consagrar à tarefa de dilucidação dos conceitos de polirreferência, polissemia, homonímia e vagueza e à equacionação dos problemas de teoria

semântica com estes correlacionados.

Um problema sempre recorrente em semântica, e que ganha em ser considerado na sequência do conhecimento das coordenadas essenciais da semântica dos protótipos e da semântica cognitiva (cf. Taylor, 1991, cap. 6 (*Polysemy and Meaning Chains*) e Hubert Cuyckens & Britta Zawada, eds. (2001), *Polysemy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, John Benjamins), em geral, é o da delimitação entre polissemia e homonímia.

Assim acontece porque essa delimitação pressupõe uma tomada de posição relativamente à natureza da significação, mais especificamente, ao seu monismo ou ao seu polissemismo.

Entende-se aqui que uma palavra não é um pacote — muito menos rígido e monolítico, mas essencialmente flexível — de informação. Pode antes representar-se como uma central de informação, com holofotes de incidência variável, com projectores que diversificadamente assumem a proeminência informativa, cognitiva ou ilocutória. Trata-se, pois, de uma central da qual emanam e sobre a qual recaem focos de semantismo variáveis em função de coordenadas diversas, tais como as redes de conexões semânticas e léxico-conceptuais de que faz parte, em abstracto ou em texto, as combinatórias contextuais em que se encontra, a leitura literal ou figural que a palavra se permite ou impõe.

Com a assunção destes postulados, e com a constatação do não monosssemismo de uma unidade monovalente no que à sua pertença a um campo lexical diz respeito, fácil se torna considerar o polissemismo como uma propriedade essencial de muitas unidades lexicais.

Uma mesma unidade lexical, mesmo no interior dum campo lexical, não é necessariamente monossémica. O nome *dia* não corresponde a uma unidade monovalente, uma vez que duas são as leituras que permite: 24 horas (*uma semana tem sete dias*) e ‘não noite’ (*gosto de viajar quando ainda é dia*).

Importa distinguir **polissemia** de **polirreferência**. Esta ocorre sempre que uma mesma unidade lexical se aplica a diferentes entidades de áreas referenciais diferentes, mas partilhando um mesmo fundo comum de significação (e portanto uma comum estrutura léxico-conceptual), modulado em função da especialização denotacional e referencial em causa.

O exemplo de *cruzeta*, que matricialmente denota uma cruz pequena, ilustra a polirreferência a que este nome se presta, denotando quer um cabide, inicialmente em forma de cruz, mas no presente já não necessariamente, para pendurar roupa nos guarda-fatos, quer uma régua em forma de T, usada pelos operários para nivelar, com auxílio do fio de prumo [...], quer cruces decorativas, em forma de x, que são aplicadas no exterior dos edifícios (linguagem arquitectónica).

Como veremos, as fronteiras entre polirreferência, polissemia e homonímia nem sempre são lineares, mormente quando estão em jogo áreas referenciais marcadas por alguma

proximidade, ou processos de metonimização ou de metaforização, ainda que ténues. O exemplo de *gancheta*, que denota gancho na extremidade de uma vara, para pendurar objectos, pequeno gancho no extremo duma vara e que serve para armar aparelhos de pesca, instrumento de arame dobrado em gancho numa extremidade, com que as crianças guiam o arco, instrumento de estucador, para aperfeiçoar os ornatos e pequeno objecto de metal que se usa para fixar o cabelo, ilustra modelarmente essas dificuldades.

A polivalência de uma forma pode assumir duas modalidades: homonímia e polissemia (cf. Lyons, 1990: 4.4. (*homonymie et polysémie*)).

Em caso de **homonímia** estamos perante unidades distintas, e são tantos os homónimos quantos os campos de aplicação ou campos léxicos diferentes em jogo. A homonímia pressupõe identidade fónica e gráfica entre as unidades, mas nenhuma relação cognitiva e semântica entre os seus significados. O exemplo canónico de *canto* (de uma sala) e *canto* (aula de canto [vocal]), os de *pena* (de ave) e *pena* (punição), ou o de *vela* (de barco) e *vela* (de cera) ilustram esta situação.

Em caso de **polissemia** estão em jogo duas ou mais variantes de conteúdo, não raro unidas por uma relação de transformação semântica figural (metonímica e/ou metafórica). Os exemplos de *pé*, *pé de dança*, *pé de meia*, ilustram esta situação. Segundo Silva (1992, 3.1., p. 263) . Ou seja, a pertença a campos léxicos diferenciados não é só por si suficiente para determinar uma situação de homonímia. O exemplo de *mudar*, seja mudar de lugar, que implica transferência espacial, seja mudar de atitude, de comportamento, ou outras manifestações de mudança que impliquem diferentes graus de alteridade, apesar de adstritas a campos lexicais diferentes, não deixam de configurar um caso de polissemia. O mesmo se diga em relação a *pequeno*, relativo a idade ou a tamanho/dimensão.

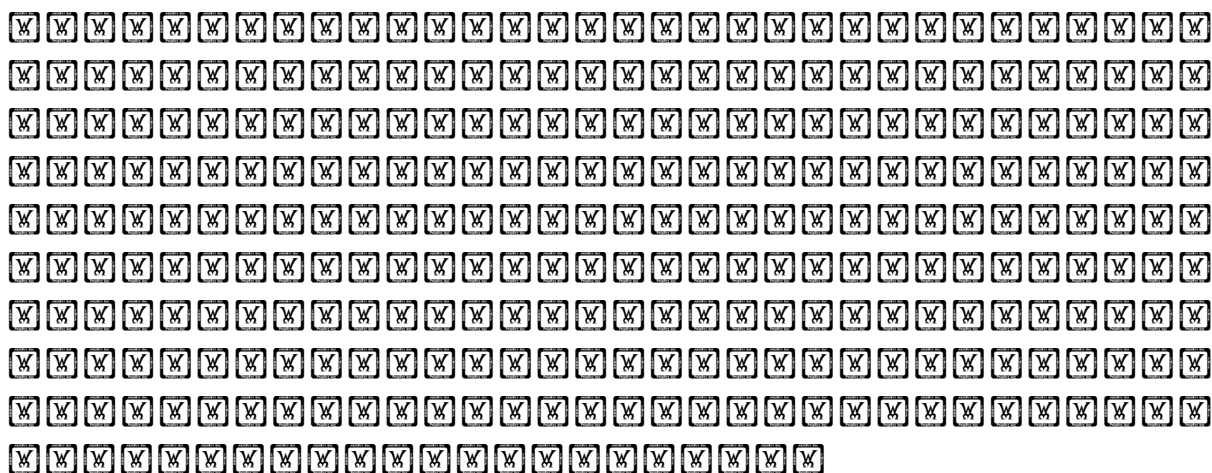
Para o estudo destas matérias remete-se para os trabalhos nucleares de Augusto Soares da Silva (1992), *Significados e acepções: dois tipos de polissemia*. In: *Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL & Colibri, p. 419-430, (1992 [1989]). *Homonímia e polissemia: análise sémica e teoria do campo léxico*. In: *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas* (Universidade de Santiago de Compostela, 1989), publicadas por Ramón Lorenzo. A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, vol. II, p. 257-287; e 1993, *Sobre a unidade da palavra polissémica*. In: *Actas do VIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL, p. 477- 487, e para o de Georges Kleiber (1999), *Problèmes de sémantique: la polysémie en question*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.

Um exemplo de **polissemia** amplamente representativo é o do adjectivo *bom*. A dezena e

meia de usos ou de sentidos de *bom*, que José Pinto de Lima ("*Significado avaliativo*": *para uma clarificação à luz de uma semântica prática*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. 1989) elenca, e que aqui se reproduzem parcialmente, são outras tantas manifestações 'familiares' do sentido comum a todos, e que se traduz pelo sema genérico BOM 'não mau'. Esses valores encontram-se organizados num esquema de **parecença de família**, mantendo esse núcleo semântico que lhes é comum, pelo que são um exemplo paradigmático de unidade/identidade na diversidade.

- . bom instrumental: relógio (eficaz, operacional, útil)
- . bom técnico: médico, professor (competente, idóneo, capaz, eficaz)
- . bom orgânico: fígado, pulmões (saudável, eficiente, proficiente, capaz)
- . bom benéfico: remédio (benéfico, operante, eficaz, capaz)
- . bom interpessoal: pai (conscienzoso, dedicado, cumpridor)
- . bom moral: pessoa (bondoso, compassivo, compreensivo)
- . bom hedónico: café (agradável, aprazível, delicioso)
- . bom estético: soneto, romance (de qualidade estética satisfatória, aceitável)
- . bom dos interesses: compra, aquisição, transacção (favorável, satisfatório)
- . bom causativo: boas condições para o aparecimento de vida (favorável, propício, adequado)
- . bom expeditivo: cabelo bom de pentear (fácil)
- . bom quantitativo: uma boa parte da sessão (grande, significativa).

O caso de *bom* serve também para ilustrar a maleabilidade e a ductilidade semânticas das palavras em contextos de colocação ou de combinatória bastante comuns. Quando se fala em *férias boas* podemos estar a usar o adjectivo com valor ao mesmo tempo hedónico e benéfico.



Já nas secções anteriores houvera ocasião de tomar consciência dos mecanismos de modulação semântica que as unidades lexicais apresentam em contextos específicos, em situações de combinatória *ad hoc*, em condições de co-ocorrência bem determinadas.

A modulação semântica, a variação de significação e até a mudança de conteúdo semântico-referencial são, pois propriedades recorrentemente observáveis no funcionamento textualizado das unidades lexicais, e por isso encaradas como centrais de informação de vária ordem, que inclui o denotativo e o conotativo.

Além dos fenómenos mencionados, a significação de uma palavra pode ainda estar sujeita a um uso e a uma leitura literal ou figural.

Dois dos mecanismos de produção de figuralidade são a metáfora e a metonímia, aqui encarados como mecanismos cogn(osc)itivos, amplamente presentes na linguagem comum, e não apenas na literária, e de elevado poder codificador.

A relação entre literal e figural não é uma relação dicotómica, bipolar, mas uma relação de gradiência, em contínuo. A escala apresentada por Silva 1993b: 18 do adjectivo *alto*, em diferentes combinatórias sintagmáticas — *edifício alto, maré alta, temperatura alta, preços altos e alta qualidade* — ilustra bem esse crescendo de figuratividade.

Consustancial da figuratividade ou da figuralidade são os mecanismos de projecção, de *mapping*, de transferência conceptual de domínio e/ou de perspectiva, de mesclagem ou de integração conceptual (*blending*), de representação de um domínio por outro. A figuralidade manifesta-se de formas específicas, quer quanto à natureza quer quanto à função da relação conceptual em jogo, quando há lugar a metaforização e a metonimização. A **metaforização** envolve uma relação de similaridade assente num raciocínio imagético, implicando domínios conceptuais e/ou referenciais distintos (*música doce, violenta, o palco/jogo da vida*).

Por seu turno, a **metonimização** assenta numa relação de contiguidade inclusiva dentro do mesmo domínio conceptual e/ou referencial, mas implica salientação de um subdomínio (*domain highlighting*, para usar a consagrada expressão de Croft) em relação a outro (ou ao todo, e vice-versa), de tal modo que um subdomínio seja tomado e representado em vez de um outro ou do todo (lugar pela instituição, instituição pelas pessoas (*o Hospital agiu irresponsavelmente*)). Os conhecidos exemplos de relações parte pelo todo (agora *são mais bocas para alimentar*), todo pela parte (*foi pôr gasolina no carro*), continente pelo conteúdo (*beber um copo*), matéria pelo objecto (*um ferro, um vidro*), entidade representada pelos representantes (*Portugal ganhou o campeonato de ruggeby*), produtor pelo produto (*um ford, roubar um Picasso*), lugar pelo evento (*esta guerra poderá ser outro Vietnam*), lugar pela instituição (*conversações entre Lisboa e Madrid*) ilustram as diversas modalidades de que a metonimização se pode revestir.

As operações metafóricas e metonímicas estão presentes em boa parte do nosso pensamento, quer de modo singulativo, quer em interação. A **metaftonímia** (cf. René Dirven e Ralf Pörings, eds., 2002, *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin, Mouton de Gruyter) dá conta justamente dessa cumulação, o mais das vezes de uma metaforização subsequente a uma metonimização (*pessoa fria*: relação de causa-efeito da sensação de temperatura fria para o estado emotivo que acompanha tal sensação).

Para o estudo dos tópicos contidos em 2.5. recomenda-se a leitura de Augusto Soares da Silva, 2003b (*O poder cognitivo da metáfora e da metonímia*), Taylor, 1991, cap. 7 (*Category Extension: Metonymy and Metaphor*); Cruse, 2004: 11. (*Extensions of meaning*) e Mário Vilela (2002), *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra, Livraria Almedina. Complementarmente, sugerem-se Earl R. Mac Cormac (1985), *A cognitive theory of metaphor*. Cambridge, Mass, The MIT Press, e Don Ross (1993), *Metaphor, meaning and cognition*. New York, Peter Lang.

3. Semântica frásica

3.1. Conceitos básicos: predicação, predicador, argumentos, estado de coisas, proposição, esquema proposicional.

Esta unidade do programa é consagrada à representação semântica da frase. Com ela se pretende dar a conhecer as questões centrais que a semântica frásica convoca, promovendo para tal uma reflexão sobre os conceitos operatórios fundamentais envolvidos e sobre as manifestações que, em português, a estrutura semântico-proposicional assume.

Parte-se do princípio de que a frase comporta um predicador, a que se associam normalmente argumentos. Aquele permite categorizar o tipo de situação em referência. Os argumentos explicitam as entidades que estão envolvidas na situação significada.

Ao longo de todo o bloco programático anterior as unidades lexicais eram encaradas ou isoladamente, ou como membros de campos e de classes léxico-conceptuais, ou como membros, nucleares ou não, de sintagmas, sejam expressões com função referencial ou predicativa. Assim se fez jus ao postulado de que o significado de um predicado é determinado pela contribuição de dois eixos, o paradigmático e o sintagmático, em função da natureza léxico-semântica da classe categorial-sintáctica (N, A, V) da unidade em jogo.

É chegado o momento de olhar para as unidades lexicais em função da relação proposicional que se estabelece dentro de toda a frase, e que sustenta a sua estrutura.

A iniciar esta reflexão importa aprofundar os conceitos nucleares de predicação e de

referência — em vista à dilucidação do modo como se processa a sua construção —, dada a sua incontornável importância funcional.

Por predicção entende-se a relação entre um predicador e seus argumentos. O conceito de predicção e de relação predicativa supõe, portanto, a existência de um termo que exprime a propriedade de uma ou mais entidades ou a relação entre entidades. Esse termo é o predicador, e as expressões que identificam as entidades a que se aplica uma propriedade ou entre as quais é estabelecida uma relação são os argumentos desse predicador (cf. Peres, 1995: 1.2. (*A construção de predicções*)). Importa fazer notar que a capacidade de predicção, a propriedade de ser predicado é uma propriedade inerente de um predicador: um predicador tem de ser um predicado, em sentido lógico, ou seja, tem de ser uma unidade ou expressão que designa uma propriedade de uma entidade ou uma relação entre entidades. Por isso funcionar como predicador é uma propriedade adquirida em estrutura.

No que à sua natureza sintáctica diz respeito, os argumentos das predicções podem ser nominais (*já vi o filme*) ou oracionais, no caso subordinadas encaixadas (*o João prometeu portar-se bem; o João prometeu que viria cedo*), e são encarados como variáveis do predicador. Além disso os argumentos podem ser sintacticamente realizados ou não realizados, sendo então recuperados (con)textualmente.

No âmbito dos argumentos convém distinguir argumento externo e argumento interno: ao contrário daquele, que se realiza fora do sintagma de que o predicado é núcleo, e que desempenha normalmente a função sintáctica de SU, estes realizam-se dentro do SV e funcionam sintacticamente como OD, OI (*dar algo a alguém*), OBL. obrigatório (*morar em Barcelona*).

Neste capítulo, importa distinguir, ainda que sumariamente, argumentos e complementos (v.g. preposicionados, como em *adequar-se a, optar por, duvidar de, contar com, estar desejoso de, ter consideração por, pôr a tónica em*) de adjuntos ou circunstantes (*livro de matemática; memória de elefante; passear vagarosamente*). A este respeito ver Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova gramática do português contemporâneo*, cap. 7; M. Vilela, 1999, 2.3.2.4.1., 355-370; Duarte, 2003, 7.1. e sobretudo 11.5.2. (*A estrutura interna do SV: os complementos do verbo e 11.5.3. Os adjuntos a SV*)).

Segundo Langacker (1987) podem assinalar-se dois tipos de predicção: a nominal, essencialmente activada por nomes ([±contáveis]), e que envolve entidades, individuais, coisas; e a relacional, que manifesta as relações entre essas entidades. Esta é activada pelo verbo, quando estão em jogo processos, situações, eventos, temporalmente situados, e pelas preposições, por adjectivos, por participios, pelo infinitivo, quando estão em jogo relações atemporais. Devem os alunos ter consciência, alicerçada em exemplificação, de que nem só os verbos, mas também os nomes (*ser tio de x; ser hóspede de x; ser domador de leões*) e os adjectivos (*estar ansioso por x; ser amigo de algo/alguém*) podem ser dotados de estrutura argumental.

Impõe-se aqui uma chamada de atenção terminológica e conceptual. Alguns autores (v.g. Peres e Mória, 1995: 22) atribuem a *predicado* o sentido bastante lato de termo ou expressão que, em função do seu significado, pode funcionar como *predicador*. Preferimos reservar *predicado* para a função sintáctica (cf. Lyons, 1990, §2.2. (*Sujets, prédicats et prédicateurs*), chamando a atenção para a equivalência por muitos estabelecida entre as duas denominações.

O predicador pode ser verbal (*oferecer algo, morar algures, achar que*), adjectival (estar *doente*), nominal (ser *médico*).

Elementos essenciais ou obrigatórios da construção proposicional são ainda os operadores de Modo, de Tempo, de Aspecto e de Polaridade, a que faremos referência em 3.3. Com efeito, o conteúdo proposicional básico, que é processado em resultado da combinação do predicadores com os argumentos por si seleccionados, e que corresponde à representação elementar de um estado de coisas ou de uma situação, necessita de ser especificado temporal, aspectual, modalmente e quanto ao valor de polaridade com o qual se encontra formatado.

Os processos de expansão das predicções, que aduzem elementos desta complementares, podem assumir diferentes modalidades (Peres e Mória, 1995, 1.2.2.): expansão por modificação (nominal, verbal), caso em que se restringe a referência da expressão em jogo (*o João falou acertadamente/com acerto; o CD portátil está avariado; o aquecedor do escritório queimou-se; as crianças que estão desalojadas desesperam*); expansão por coordenação assindética, que envolve duas ou mais estruturas sem a presença de um coordenador (*chegou, observou, prescreveu, foi-se embora*) ou através de um coordenador, normalmente uma conjunção coordenativa (*cantaram e dançaram toda a noite; estavam felizes e eufóricos; o amigo e colega vai ajudar-me*); e expansão por aposição, sem qualquer elemento conjuncional (*o funcionário, sensato, ignorou o conflito; o jornal, com uma tiragem de x exemplares, está no topo das vendas; os alunos, entusiasmados, atiraram-se ao trabalho*).

É então ocasião de descrever os quatro níveis em que a análise das significações, consideradas já não extracontextualmente, mas enquanto projectadas em enunciados, pode ser levada a efeito.

Fazendo apelo à tipologia ontológico-linguística proposta por Lyons (1990), e já antes avocada, recordam-se os conceitos de entidades e de propriedades de primeira, segunda e terceira ordens, e as relações que entre si se estabelecem.

Assim, e situando-nos já não ao nível das unidades lexicais, mas da semântica da frase, é possível distinguir predicção de proposição e esquema predicativo de esquema proposicional.

. Num primeiro nível de análise situam-se os predicadores, que designam propriedades ou relações; estas aplicam-se a um determinado número de termos, referentes a entidades.

. Um segundo nível de análise é o da predicção, ou seja, o da activação dessas relações,

que o esquema predicativo consubstancia. A predicação designa um estado de coisas, concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo, real, possível ou verosímil.

. Num terceiro nível, mais abstracto que o anterior, situa-se a proposição, a que corresponde um esquema e um conteúdo proposicional, e que representa portanto um facto possível.

. Um último nível é o dos actos de fala, em que a proposição é investida de força ilocutória.

Em consonância com o objecto de estudo desta cadeira enunciado em momento próprio, o escopo da semântica, e neste caso da semântica frásica, não vai além dos esquemas predicativos e proposicionais em que predicadores e argumentos entram. O estudo dos actos de fala, ainda que estes não possam deixar de estar subliminarmente presentes quando se analisam textos efectivamente produzidos, é objecto de disciplina própria, a Pragmática.

O esquema predicativo contém informações sobre:

(i) a classe léxico-sintáctica do predicador (V, Adj, N)

(ii) a classe semântico-aspectual do predicador ([±estativo], de evento, de processo, etc.)

(iii) o número de lugares do predicador

(iv) a função semântica de cada um dos argumentos nucleares, ou seja, a relação semântica que cada argumento mantém com o predicador.

A classe aspectual do predicador assume importância fulcral na estrutura frásico-proposicional porque está a um tempo em consonância com a classe de estados-de-coisas denotada e porque simultaneamente co-determina a grelha argumental frásicamente instanciada. Ou seja: a um verbo estativo, de actividade, de *accomplishment* ou de *achievement* estão normalmente associadas grelhas temático-argumentais mais ou menos tipificadas. Adiante teremos ocasião de aprofundar estas questões. Por se tratar de matéria já certamente conhecida dos alunos, diremos desde já que adoptaremos, no essencial, a proposta de Vendler.

Tomando como exemplar mais prototípico o predicador verbal, caracterizam-se as propriedades de selecção categorial, ou de subcategorização, e de selecção semântica a cada um associadas.

Assim, importa distinguir os elementos exigidos pelo predicador verbal, os seus argumentos ou actantes, dos elementos que podem co-ocorrer na frase mas que não são por aqueles exigidos, os modificadores, os adjuntos ou os circunstantes. Em paralelo, o verbo subcategoriza os seus complementos, atribuindo a cada um uma determinada função semântica ou temática (cf. *observar/ver/avistar algo/alguém; olhar para algo/alguém; reparar em algo/alguém; duvidar de alguém/algo; partir para algures*), em número maior que as funções sintácticas, e não necessariamente com estas coincidentes. Adiante (3.2.) se apresentam alguns dos esquemas sintáctico-argumentais e temáticos dos verbos. Aos papéis temáticos será também consagrada uma secção específica.

Chama-se a atenção para o facto de o número de argumentos obrigatórios ou nucleares (impositivos, porque fazendo parte da estrutura definitiva do predicador, por contraste com os opcionais) variar em função da natureza semântica do predicador. Aproveitando o nexos temático, pode neste momento proceder-se a uma caracterização diferenciada de argumentos, complementos e adjuntos ou circunstanciais (cf. Vilela, 1999, § 2.3.2.3. (*Tipologia dos actantes*); Lyons, 1990, § 3.2. (*Structures prédictives*), ou de argumentos e modificadores (Peres e Mória, 1995: 2.1.2.1. (*Argumentos e modificadores*)), pondo em relevo o critério [\pm obrigatoria-mente/argumentalmente seleccionado pelo verbo], que assim permite distinguir os termos em posição argumental e não argumental (cf. Lyons, 1990, 3.6. (*Participants et constants*)).

De igual modo, convém ter presente a diferente formatação sintáctica e categorial — nominal ou oracional — que os argumentos (*o governo estranhou a reacção tão tardia dos parceiros sociais; o governo estranhou que os parceiros sociais tenham reagido tão tardiamente*) podem assumir, bem como as diferentes propriedades de selecção semântica, sejam inerentes (*a chuva inundou os campos vs *a chuva inundou a bondade; a direcção reuniu-se vs *a directora reuniu-se; o professor repreendeu os alunos vs *o professor repreendeu o armário; o azevinho está em vias de extinção vs *o azevinho do vaso do Pedro está em vias de extinção*) ou contextualmente motivados (*cortinado/lápis vermelho, maçã vermelha, vermelho de raiva, sangue ?vermelho vs sangue azul*). Pode ainda chamar-se a atenção para as condições de realização ou de não realização de argumentos (argumentos realizados vs vazios), para a supressão ou adição de argumentos, e bem assim para as respectivas classes sintácticas e propriedades semânticas destes. Sobre estas matérias veja-se João Andrade Peres e Telmo Mória (1995), *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, cap. 2 (*Estruturas argumentais*): 2.1.1 (*Predicados*), 2.1.2. (*Argumentos*), 2.1.3. (*Propriedades dos predicados respeitantes à sua estrutura argumental*).

A par com a predicação, a referência assume-se como a operação linguística fundamentadora da proposicionalidade. Como atrás foi exposto, por referência entende-se a relação entre uma expressão linguística e aquilo que ela denota ou designa em ocasiões particulares da sua enunciação. As expressões nominais são as que manifestam um potencial de referência por excelência, pois é a elas que recorremos quando queremos designar ou denominar entidades num mundo.

Já antes se chamara a atenção para a não homologia entre significação e referência, quer porque aquela não implica esta, quer porque não há uma relação de univocidade entre ambas. Para tal, tenha-se em conta que um mesmo referente pode ser linguisticamente denotado por expressões diferentes (Napoleão: "o vencedor de Iena" e "o vencido de Waterloo") e que a uma

mesma expressão a que se associa um determinado sentido podem corresponder referentes diferentes: o primeiro-ministro português pode ser x, y ou z, ou seja, é uma variável, em função de parâmetros temporais que definem a situação de enunciação (Mário Soares, Cavaco Silva, Durão Barroso).

Transpondo estas considerações para o domínio do enunciado, pode dizer-se que o valor semântico deste se encontra consubstanciado no seu conteúdo proposicional basilar, e que este assenta também na combinatória dos valores referenciais das diferentes classes gramaticais que o integram e que viabilizam a sua interpretação. Refiro-me naturalmente aos valores referenciais de género, número, que caracterizam os nominais, de pessoa-número que caracterizam alguns pronomes e os verbos, aos valores referenciais das categorias de tempo, aspecto, modo, modalidade, que se manifestam através da flexão verbal, mas também por meio de advérbios e de locuções adverbiais.

Munidos destes pressupostos, estamos em condições de avançar para a reflexão sobre o modo como se processa a formatação linguística da referência.

Assim, a construção da referência de uma expressão nominal (SN) faz-se por operações semânticas de determinação, de quantificação, de modificação, que incidem sobre o nome nuclear do sintagma, e que são activadas por um especificador, por um complemento e/ou por um modificador (*esta mesa redonda de plástico*). Pressupõe-se que dos mecanismos morfológicos e sintácticos a que a língua recorre para a construção da referência se terão ocupado as cadeiras de Linguística Portuguesa II e III. Assim, podemo-nos limitar a sublinhar os diferentes valores semânticos que os SN podem instanciar, sejam os definidos em uso referencial, marcados por singularidade, grupalidade, ou definitude, sejam os indefinidos, em uso específico, não específico, ou genérico.

Paralelamente, a construção da referência de um enunciado faz-se por operações de determinação sobre a sua proposição, sobre o seu conteúdo proposicional, mediante as quais lhe são atribuídos valores de quantificação e de qualificação, de tempo, de aspecto, de modo (aspectos a explorar em 3.3.), de diátese, de tal modo que a proposição se torna num enunciado, a que é possível atribuir um referente. Neste caso o referente não é um objecto, uma entidade, mas um estado de coisas, através do qual se explicita uma relação entre objectos ou uma propriedade característica de vários objectos.

3.2. Relações semânticas, papéis temáticos e grelha argumental. Funções sintácticas e funções semânticas: coincidências e descoincidências.

É objectivo desta secção reflectir sobre os papéis temáticos desempenhados pelos argumentos predicativos e sobre as grelhas temáticas associadas aos predicadores. Tal reflexão far-se-á acompanhar da ponderação das relações de coincidência e de descoincidência entre funções temáticas e funções sintácticas que, por serem objecto de disciplina específica, não serão aqui senão evocadas .

A interpretação semântica dos verbos plenos ou lexicais, com conteúdo proposicional, resulta da relação semântica existente entre o verbo e os seus argumentos. Os verbos com conteúdo proposicional têm uma grelha temática, grelha argumental ou molde proposicional, seleccionando zero, um, dois ou três argumentos. Quanto a esta enaridade, classificam-se então como verbos de zero lugares, de um lugar, de dois lugares ou de três lugares, sendo esta a valência do verbo.

Uma ideia central a reter é a de que, ao contrário do que acontece com as propriedades lexicais, que são por definição inerentes, os papéis semânticos ou temáticos desempenhados pelas unidades linguísticas correspondem a propriedades adquiridas em (função do) contexto.

Não há consenso relativamente ao número e respectivas propriedades definitórias das funções temáticas linguisticamente relevantes, porque estas variam consoante as línguas em causa e o modo como estas processam sintáctica e léxico-conceptualmente a informação.

A não homologia entre classes sintácticas e classes semânticas, que se faz sentir a vários níveis de processamento linguístico, não pode escamotear a interacção e a complementaridade entre ambos os níveis de análise e de estruturação dos signos. Porque se trata de reflexão já empreendida em outros momentos, podem aqui ser recordados os fundamentos ontológicos das definições semânticas das classes sintácticas, que assentam essencialmente em critérios de natureza referencial, denotativa e predicativa.

Também no seio da frase há ou pode haver desfasamento entre função sintáctica e função semântica ou temática. O conhecimento dessas descoincidências e principalmente deste outro nível de consideração, de processamento e de organização da semântica da frase e dos seus constituintes, é o objectivo maior que se pretende que os alunos persigam e alcancem. A importância desse conhecimento avulta na medida em que ele abre as portas a uma melhor compreensão dos esquemas proposicionais da língua, considerados na sua dimensão e nas suas grelhas temática(s), e portanto também do modo como a língua funciona semantico-proposicionalmente.

Segundo J. Gruber (1972 [1967]), *Functions of the Lexicon in Formal Descriptive Grammar*. Indiana University Linguistic Club, e também Jackendoff (1972), em *Semantic Interpretation*, os verbos podem ser semanticamente classificados em dois grupos:

(i) os de deslocação ou de movimento, envolvendo um Tema, entidade deslocada ou que muda de estado, uma Fonte, e um Alvo, e

(ii) os de localização, ou estativos, ou predicativos/de predicação, envolvendo um Tema,

entidade localizada ou que permanece num determinado estado, e um Lugar, que inclui posse (*o João tem um livro*) e/ou localização abstracta (*o João colecciona carros antigos; o João conserva a boa disposição; o João sabe a lição*).

Já Lyons (1990, §3.6., p. 127-128) elenca os seguintes esquemas valenciais ou argumentais:

- . DÉPLACER (ENTITÉ, SOURCE)
- . DÉPLACER (ENTITÉ, BUT)
- . DÉPLACER (ENTITÉ, SOURCE, BUT)
- . PRODUIRE (AGENT, (DÉPLACER (ENTITÉ, SOURCE)))
- . PRODUIRE (AGENT, (DÉPLACER (ENTITÉ, BUT)))
- . PRODUIRE (AGENT, (DÉPLACER (ENTITÉ, SOURCE, BUT)))
- . ÊTRE (ENTITÉ, ATTRIBUT/CLASSE)
- . ÊTRE (ENTITÉ, LIEU)

Estes operadores lógico-semânticos correspondem largamente aos que vinham sendo postulados na literatura de especialidade, e de que aqui se destacam CAUSE, [CAUSE [BECOME]] MAKE, DO, GO, BE (cf., entre outros, Jackendoff 1983, 1990). Para este autor a estrutura semântica dos verbos é encarada como uma estrutura hierárquica que comporta funções semânticas (v.g. GO, CAUSE, TO, BY) e argumentos (Things, Paths, Places, Properties). A interpretação semântico-temática dos argumentos depende largamente da semântica inerente destes.

Uma das mais emblemáticas propostas sobre tipologia de papéis temáticos é a que foi apresentada por Charles Fillmore (1968), no seu texto matricial intitulado *The case for case*. Nela se postulam as seguintes nove classes temáticas: agente, contra-agente, objecto, instrumento, experienciador, meta, origem, resultado, locativo.

Uma proposta alternativa, que conheço como a que mais papéis temáticos preconiza, e que já foi aplicada com sucesso a nomes deverbais do português (Rodrigues, 2004), é a de Kalevi Tarvainen (1987), *Semantic cases in the framework of dependency theory*. In: René Dirven & Wünter Raddan (ed.), *Concepts of case*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 75-102.

De acordo com Tarvainen (1987), são estes os quinze papéis temáticos e respectivos traços prototípicos:

- agente ([+activo], [+animado], [+intencional])
- paciente ([-activo], [-intencional], [animado])
- causa ([+activo], [-intencional], [-animado])
- objectivo ([+afectado], [animado])

- resultativo ([+efectuado], [X] animado)
- temativo ([+tema], [X] animado)
- perceptivo ([+percebido], [-afectado], [X] animado)
- finativo ([+finalidade], [X] animado)
- comitativo ([+companhia], [X] animado)
- adressativo ([-activo], [-directamente afectado], [+animado])
- modativo ([+modo], [-animado])
- instrumentativo ([+instrumento], [-animado])
- locativo ([+lugar])
- temporativo ([+tempo])
- essivo ([+classificação]).

Face à discrepância numérica das propostas evocadas, pode-se desde logo ponderar a relação que o binómio quantidade-qualidade alimenta, seja a mais-valia que a economia de classes representa, cada uma das quais caracterizada por maior abrangência e menos pormenorização e/ou precisão, sejam as virtualidades e desvantagens de uma proposta mais atomística.

Segundo Vilela (1999, 2ª ed., 2.3.2.4., p. 348-354), as categorias “semanto-funcionais” ou “cases” a considerar na gramática do português são as sete seguintes: agente, causador externo, posicionador, afectado, resultativo ou efectuado, instrumento, beneficiário ou destinatário.

Na *Gramática da língua portuguesa* (2003), de Mateus et al. (cf. Inês Duarte e Ana Maria Brito (2003), cap. 7. (*Predicação e classes de predicadores verbais*), considera-se que a lista mínima de papéis temáticos compreende as seguintes seis classes: agente, fonte (origem, causador), experienciador, locativo, alvo (meta, benefactivo, beneficiário, destinatário), tema (objecto, paciente).

Após procedermos à caracterização destas funções temáticas, importa chamar a atenção para a **relação entre a natureza aspectual do verbo e a respectiva estrutura argumental**, por um lado, e para o facto de a tipologia aspectual dos verbos estar intimamente relacionada com os tipos de situações/de estados de coisas descritos. Para uma reflexão sobre as conexões entre papéis temáticos e estrutura eventivo-aspectual-argumental dos predicadores verbais, veja-se Mateus et al., 2003, 7.2. *Tipos de situações e tipologia aspectual dos verbos* e 7.3. *Natureza aspectual do verbo e respectiva estrutura argumental*.

Relativamente a este ponto, e no que à natureza aspectual do verbo diz respeito, recorda-se a tipologia de inspiração vendleriana (1967) que distingue verbos estativos (*residir*), verbos de processo ou de acção (*nadar*), verbos de *accomplishment*, de processo culminado ou de evento prolongado (*construir x*), e verbos de *achievement*, de evento instantâneo ou de

culminação (*espirrar*), que denotam estados, processos ou actividades, processos culminados, culminações e situações pontuais ou pontos, respectivamente. Para a caracterização destas classes aspectuais evocam-se os testes consagrados para cada tipo verbo-aspectual.

Sobre esta matéria veja-se Campos, 1991, 11.1.3. (*Natureza aspectual da relação predicativa*), 11.1.3.1. (*Eventos*), 11.1.3.2. (*Estados e actividades*), 11.1.3.3. (*A tipologia de Vendler*) e Duarte e Brito 2003, 7.3 (*Natureza aspectual do verbo e respectiva estrutura argumental*), 7.3.1. (*Estados e verbos estativos*), 7.3.2. (*Processos e verbos de processo*), 7.3.3 (*Processos culminados e verbos de processo culminado*), 7.3.4. (*Culminações e verbos de culminação*), 7.3.5. (*Pontos e verbos pontuais*).

Apresenta-se de seguida um elenco de funções temáticas e suas correlações com as propriedades semânticas dos respectivos argumentos. Neste conjunto cruzam-se as propostas de Duarte e Brito (2003), cap. 7. (*Predicação e classes de predicadores verbais*), 7.1. (*Estrutura argumental e papéis temáticos*), Vilela (1999, 2^a ed., 2.3.2.4., p. 348-354) e Peres e Mória (1995: 2. (*Estruturas argumentais*)).

1. Agente: papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente preenchida por um humano, de um estado de coisas [+Dinâmico]: *Mário escreveu um ensaio; os alunos votaram em massa.*

2. Tema, Objecto: papel temático do argumento que designa a entidade afectada por (ou resultante de) uma propriedade ou relação dinâmica expressa por um Predicado de Processo (*as casas [OBJECTO] rolaram pela encosta*) ou por um predicado de evento (*a poluição amarelece os cortinados; a polícia bloqueou as rodas; o cavalo galgou o fosso*), a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado (*o João devolveu o armário à Maria; o menino caiu da cama*), em frases que descrevem situações dinâmicas. Segundo Duarte e Brito, tema pode também ser atribuído à entidade não controladora nem experienciadora de uma situação não dinâmica (*o João sabe chinês; a Maria gosta do João; o telhado assenta em seis barrotes*), retirados de Duarte e Brito, *ibid*, §7.1.

3. Posicionador: papel temático do argumento que designa a entidade controladora dum estado de coisas [-Dinâmico]: *o João está deitado a descansar* (está intencionalmente).

4. Experienciador: papel temático do argumento que designa a entidade que é a sede psicológica de uma dada propriedade (*O João [EXP] gosta da Maria*) ou relação (*o público [EXP] escutou atentamente o conferencista; as crianças temem a trovoadas*).

5. Paciente: papel temático do argumento que designa a entidade a quem é atribuída uma propriedade não dinâmica (*o João [PAC] está doente*) ou que, numa relação não dinâmica, é localizada (em sentido estrito ou alargado) relativamente a outra entidade (*o João gosta da Maria [PAC]*). É o papel temático característico dos predicadores estativos.

6. Origem, fonte: papel temático do argumento que designa a entidade não controladora que está na/é a origem de uma dada situação, que todavia não é por si controlada (*o João recebeu uma carta vinda da E.D.P.; o vento derrubou a árvore*).

7. Alvo, meta, recipiente, destinatário: papel temático do argumento que designa a entidade para a qual algo foi transferido, em sentido literal ou alargado: *o João ofereceu um livro à Maria* [RECP]; *a Isabel recebeu um relógio do Pai Natal*.

8. Neutro: papel temático do argumento que designa a entidade relativamente à qual, numa subclasse de Predicadores estativos, é localizado o PACIENTE: $2+2$ igual a 4; *o João é parecido com o Pedro* [NEUTRO].

9. Locativo: papel temático do argumento que exprime a localização espacial de uma entidade (*o João carregou o contentor com fruta acabada de colher*); distinguem-se dois tipos de locativo: o locativo situacional, característico dos predicadores estativos (*o João mora em Lisboa*) e o locativo direccional, característico dos Predicadores de processo e de evento (*O João partiu para Lisboa, foi a/para Lisboa*).

Outros predicadores exigem argumentos com funções semânticas diversas, tais como:

10. *usar* ou *utilizar*, que exigem argumento com função de Instrumento

11. *demorar* ou *durar*, que exigem argumento com a função de Tempo.

Para além dos textos já mencionados, são referências bibliográficas matriciais as seguintes: Ray S. Jackendoff, 1995 (*Semantic Structures*), cap. 2 (*Argument Structure and Thematic Roles*); James Pustejovsky, *The geometry of events*. In: Javier Gutiérrez-Rexach, edited by (2003), *Semantics. Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, vol. 4, cap 51; Greg Carlson, *Thematic roles and their role in semantic interpretation*. In: Javier Gutiérrez-Rexach, edited by (2003), *Semantics. Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, vol. 4, cap 52; Malka Rappaport and Beth Levin, *What to do with Σ -roles*. In: Javier Gutiérrez-Rexach, edited by (2003), *Semantics. Critical Concepts in Linguistics*. London and New York, Routledge, vol. 4, cap 53.

Procurando estabelecer paralelismos entre estruturas e esquemas conceptuais, padrões sintácticos e esquemas temáticos, Silva (2003a: 387) sintetiza no quadro abaixo as seguintes classes de esquemas de predicção/esquemas de evento do português, que devem ser objecto de aturada análise:

Esquemas conceptuais	Papéis temáticos	Padrões sintácticos
Esquema de ser	Paciente-Essivo	SUJ-V-Pred
Esquema de acontecer	Paciente	SUJ-V
Esquema de fazer	Agente- (Paciente)	SUJ-V-(OD)

Esquema de experienciar	Experienciador-Paciente	SUJ-V-OD
Esquema de ter	Possuidor-Paciente	SUJ-V-OD
Esquema de mover	(Agente)-Paciente-Meta	SUJ-V-(OD)-OBL
Esquema de transferir	Agente-Paciente-Recipiente	SUJ-V-OD-OI

Como anunciado anteriormente (2. e 3.), um dos objectivos complementares desta unidade didáctica consiste em reflectir sobre a relação existente entre as grelhas argumentais e/ou temáticas dos predicadores lexicais e a sua estrutura léxico-conceitual (LCS). Assim, conhecidas algumas das linhas de força das estruturas proposicionais da língua, estão reunidas as condições para se passar a uma análise aplicada das relações entre aquelas e as estruturas léxico-conceituais dos verbos. Importa sublinhar que os papéis temáticos correspondem a funções gramaticais, no sentido amplo de gramaticalidade, e que as variáveis que correspondem aos participantes no estado de coisas descrito pelo predicador são preenchidas lexicalmente ou não, podendo ou não projectar-se em papéis temáticos e/ou sintácticos contextualmente explicitados (*mal chegou, o João armazenou os móveis (na garagem)*).

Compulsando os estudos sobre o verbo em português (veja-se, entre outros, Annet Endruschat, Mário Vilela e Gerd Wotjak, ed. organizada por (1994), *Verbo e estruturas frásicas*. Porto, Faculdade de Letras, Anexo VI da Revista da Faculdade de Letras), podem arrolar-se as seguintes **classes léxico-conceituais de verbos, a que correspondem estruturas argumentais e grelhas temáticas** diversas (cf. Vilela, 1999, §2.3.2.4.1., de onde foram extraídos os exemplos):

- . de percepção (*ver, observar*)
- . *nominandi* (*aclamar, eleger, nomear*)
- . *designandi* (*classificar, denominar, apelidar, chamar (de)*)
- . *judicandi* (*considerar, achar*)
- . *causandi* ou causativos (*tornar(-se), mandar, deixar, fazer com que*)
- . *representandi* (*apresentar como, descrever como, exhibir, apontar*)
- . de conhecimento ou *cognoscendi* (*adivinhar, ignorar, saber, comprovar, reconhecer*)
- . de crença ou *credendi* (*acreditar, calcular, crer, desconfiar, presumir, suspeitar*)
- . criadores de mundo (*imaginar*)
- . de actividade mental ou *cogitandi* (*pensar, considerar, achar que, parecer que*)
- . *dicendi* (*afirmar, confessar, declarar, dizer*)
- . de intencionalidade (*planejar*)
- . de ordem (*ordenar*)
- . *voluntatis*, volitivos ou de desejo/proibição (*desejar, querer, propor, pedir, exigir*)
- . de inquirição (*perguntar, indagar*)

. avaliativos (*surpreender, espantar, admirar-se*)

Ao mesmo tempo que se procede a uma análise léxico-conceptual e argumental destes verbos, pode aproveitar-se o ensejo para consolidar conhecimentos já antes aflorados, como os que envolvem a selecção de modos temporais diversos, em função de coordenadas lógico-modais diferenciadas. Exemplos carismáticos são os dos verbos de crença, de actividade mental ou criadores de mundo (*julgo/penso/imagino que o livro está /esteja em cima da mesa*) que co-ocorrem com modo indicativo ou conjuntivo em função de diferentes pressuposições, de existência, de necessidade ou de possibilidade, respectivamente. Também com verbos *dicendi* (*o terapeuta disse que falam mais baixo; o terapeuta disse que falem mais baixo*) o recurso a diferentes modos correlaciona-se directamente com (i. é., é motivado por e autoriza) uma leitura informativa vs uma leitura injuntiva.

3.3. Temporalidade, aspectualidade, modalidade, polaridade

Esta secção destina-se a avaliar a importância que as dimensões temporal, aspectual, modal e a polaridade têm para a construção da semântica associada a um esquema proposicional.

As dimensões invocadas e as respectivas categorias são factores centrais da construção referencial e predicativa de uma proposição. Não obstante, a elas será consagrado um tempo lectivo mais mitigado do que seria normal, porquanto tenho por hábito em Linguística Portuguesa II, ao abordar o valor semântico dos indicadores verbais de Tempo, Aspecto e Modo, reflectir circunstanciadamente sobre estas matérias.

De momento, impõe-se portanto sumariar o que já fora apreendido, e retematizar os conhecimentos adquiridos à luz do quadro de construção proposicional que constitui o presente objecto de indagação.

As categorias de Tempo-Aspecto-Modo manifestam-se por expressões linguísticas diversas, sejam lexicais, adverbiais ou morfo-verbais. Ainda que coincidindo num mesmo morfema verbal, as categorias de Tempo-Aspecto-Modo representam categorias gramaticais e semânticas distintas.

No âmbito desta cadeira, importa reflectir sobre o modo como as relações temporais verbal e/ou adverbialmente expressas permitem não só processar a referência temporal, localizando as situações, os eventos ou os estados, e tomando como ponto de referência o intervalo de tempo da enunciação (anterioridade, simultaneidade, posterioridade) ou um ponto de referência discursivamente introduzido, mas também diferenciar as classes de predicadores verbais e, através destas, os tipos de predicacões instanciadas, com base nas compatibilidades

aspectuo-temporais a que cada tipo de predicador se presta.

Como bibliografia inicial pode recomendar-se Maria Henriqueta Costa Campos, 1991, cap. 11. (*Construção de valores referenciais de algumas categorias gramaticais do português*), 11.1. (*Valores aspectuais-temporais*) e 11.2. (*Valores modais*), J. Morais Barbosa (1998), *Modalidades verbais portuguesas*. In: *Confluência* 16, p. 49-64 e cap. 6 (*Tempo e aspecto*) de M. H. M. Mateus et al, 1999.

Mais do que identificar os mecanismos linguísticos que permitem expressar valores de localização temporal, nomeadamente de anterioridade, de simultaneidade e de posterioridade, importa salientar a importância que esses mecanismos têm para a caracterização temporo-aspectual da tipologia de predicadores verbais.

Retomando-se a tipologia de inspiração vendleriana (1967) que distingue verbos estativos, verbos de processo, de acção ou de actividade, verbos de *accomplishment*, ou de processo culminado, e verbos de *achievement* ou de culminação, assinala-se o facto de a tipologia assentar em dimensões de natureza temporo-aspectual, tais como a duração, a telicidade, o completamento, a perfectividade (acabado vs inacabado), a frequência, o pontualismo. Para o estudo deste tópico veja-se Campos, 1991, 11.1.3. (*Natureza aspectual da relação predicativa*), 11.1.3.1. (*Eventos*), 11.1.3.2. (*Estados e actividades*), 11.1.3.3. (*A tipologia de Vendler*).

Sulinha-se o facto de o valor aspectual (vg. incoativo, causativo, inceptivo, cessativo, conclusivo, cursivo, permansivo, iterativo, frequentativo, habitual, gnómico), poder ser lexicalmente intrínseco a alguns verbos ou expressões verbais, mas igualmente o facto de a utilização dos tempos verbais desencadear ou servir valores aspectuais diversos.

Como exemplo podem mencionar-se os valores perfectivo e télico associados ao Pretérito Perfeito Simples, o valor não perfectivo e em certos casos cursivo do Imperfeito do Indicativo, os valores iterativo, habitual, gnómico, mas também o de ocorrência singular associados ao Presente do Indicativo, os valores inceptivo, cursivo, permansivo, habitual, iterativo, cessativo associados às variantes aspectuais de *começar a*, *continuar a*, *estar a*, *deixar de* + Infinitivo.

Se o aspecto sinaliza o carácter [\pm télico] e/ou [\pm durativo] da predicação verbal, a modalidade, por seu turno, manifesta a atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional do seu enunciado. A expressão do modo não é exclusiva dos morfemas [e cumulativamente dos tempos] verbais, sendo igualmente instanciada por adverbiais (*certamente*, *por certo*, *possivelmente*, *provavelmente*, *sem dúvida*, *talvez*) e por verbos modais.

A relevância semântico-enunciativa desta categoria avulta quando se tem em conta a selecção que das suas modalidades o falante faz, em função das suas motivações e da sua intencionalidade ilocutórias, para expressar a sua atitude em relação ao conteúdo proposicional do enunciado. A modalidade é vasada por expressões modais de natureza lexical (adverbiais e

verbais, nomeadamente), mas também por morfemas gramaticais, como o de modo verbal.

Ao modo Indicativo associa-se em português a expressão de estados de coisas tidos como factuais, como necessários ou com elevado grau de probabilidade ou obrigatoriedade; ao invés, o modo Conjuntivo é utilizado na expressão do possível, do contingente, da condicionalidade; este ocorre obrigatoriamente em frases subordinadas em que o verbo da oração principal é um avaliativo, um volitivo, um optativo, um modalizador, um verbo de actividade mental, ou um causativo. Por isso se associa ao modo indicativo o uso referencial das expressões indefinidas (um N que é A) e o uso atributivo ao modo conjuntivo (um N que seja A). Sobre os usos do conjuntivo em português veja-se Joana Vieira Santos (2003), *Os usos do conjuntivo em português. Uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática*. Lisboa, FCG & FCT.

A categoria de Modo intersecta-se também com a de Tempo, como os exemplos seguintes evidenciam.

O presente ou o futuro linguísticos, pela sua [+factualidade], são intrinsecamente marcados por um valor modal: o Presente do Indicativo assegura a expressão de uma modalidade epistemicamente ou deonticamente necessária ou altamente provável, e o Futuro do Indicativo traduz indeterminação quanto ao valor de verdade da ocorrência verbalizada como futura. A selecção dos tempos e dos modos usados na expressão de futuridade é fundamentalmente determinada pela modalidade em que a proposição é asserida.

Assim, quando o falante encara a ocorrência do estado-de-coisas sob escopo como certa ou como altamente provável, a posterioridade tende a ser expressa pelo Presente do Indicativo; quando a probabilidade é escassa, ou há uma forte contingencialidade, o tempo seleccionado será o Futuro do Indicativo para exprimir ocorrências futuras.

A modalidade pode ser deôntica, exprimindo obrigação, imposição, autorização ou permissão (*dever, ter que, forçosamente, ser necessário que, ser aconselhável, permitir*), epistémica, exprimindo um determinado grau (baixo, médio, forte) de probabilidade/de possibilidade, de verdade ou de validação/não validação, de certeza/não certeza do proposicionalmente enunciado (*possivelmente, provavelmente, x deve ter ido ao concerto*).

Em caso de modalidade apreciativa há lugar à construção de um juízo de valor, de uma apreciação sobre uma relação predicativa antes constituída e validada ou validável (*in felizmente aconteceu; foi bom/mau não ter chovido*).

Em caso de negação do modal (*o Pedro não tem de partir amanhã*), a frase significa que o SU não é obrigado a partir amanhã.

Casos há em que o modal tem um valor ora epistémico ora deôntico, nomeadamente quando a proposição ou o modal são negados por meios sintácticos: *os documentos podem não estar prontos* (leitura epistémica: é possível que não estejam prontos) ou deôntico (leitura deôntica: não é obrigatório ou impositivo que estejam prontos).

Sobre Modo e Modalidade consultem-se os seguintes textos: Campos, 1991, 11.2. (*Valores modais*), 11.2.1.1. (*Modalidade epistémica*); 11.2.1.2. (*Modalidade apreciativa*), 11.2.1.3. (*Modalidade intersujeitos*); Lyons, 1990 [1978], cap. VII (*Mode et force illocutoire*) e cap. VIII (*La modalité*), em particular 8.1. (*La nécessité et la possibilité*), 8.2. (*Modalité épistémique et factitivité*), 8.3. (*Le temps grammatical comme modalité*), 8.4. (*La modalité déontique*), 8.5. (*L'obligation, la permission, l'interdiction et la défense*) e de Cruse, 2004, 15.4.6. (*Modality*). Um estudo aprofundado sobre a modalidade é o de Maria Helena de Moura Neves (1996), *A modalidade*. In: Ingedore G. Villaça Koch (org.), *Gramática do português falado. vol. VI: desenvolvimentos*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP e FAPESP, p. 163-199.

Resta então a variável polaridade (positiva e negativa). A reflexão que em torno da

polaridade se empreende destina-se a avaliar a importância de que se reveste a polaridade para a construção e interpretação semântica dos enunciados. Uma vez que a polaridade positiva é não marcada lexicalmente em português, pois que raramente é explicitada através de um marcador específico, é sobretudo a polaridade negativa, sinalizada, entre outros, por *não*, a que se presta a uma análise mais diferenciada. Mas a polaridade perpassa toda a língua. Ainda que representando o termo não marcado, uma frase declarativa positiva é tacitamente entendida como denegando o contrário do seu conteúdo proposicional (*O João ignorou os avisos*).

Os marcadores negativos (*não*, *nem*, *sem*) negam as unidades sobre que têm escopo, sejam frases (*não desmaiou; não vi o jogo*), sintagmas (*esteve a tratar de um assunto não especialmente agradável*) ou itens lexicais (*x é um não-estadista*). Nas frases negativas com marcador de negação frásica o constituinte negado é aquele que se encontra sob o escopo/foco da negação, podendo portanto haver constituintes que não são negados (*O Pedro não comprou um relógio à Isabel anteontem*).

Em geral, as unidades que denotam negação têm polaridade negativa, expressando portanto o sentido negativo da unidade ou expressão a que se aplicam. As funções e situações mais prototípicas de polaridade negativa envolvem refutação do conteúdo proposicional, do valor de verdade de *p* (não é verdade que *p*), a par com a assunção de um valor oposto da entidade ou do estado-de-coisas asserido relativamente ao de não-*p*. A estes valores acrescem os de negação recusativa (*não autorizo e pronto*) e de negação suspensiva-reassertiva (*não vai ele a caminho de Tóquio?*), para mencionar alguns dos mais representativos.

Mas nem todas as frases que contêm marcadores negativos apresentam polaridade negativa. Em interrogativas-*tag*, em que há interrogação sobre o estatuto de verdade da proposição enunciada, o operador *não* não tem polaridade negativa (*O João foi ao cinema, não foi?*), pois não altera a polaridade da frase anterior, mas a da frase em que ocorre, que tem leitura afirmativa.

Sobre esta temática veja-se Löbner (2002), 4.1.2. (*The Principle of Polarity*), 4.1.3. (*Negation*), Robert Forest (1993), *Négations. Essai de syntaxe et de typologie linguistique*. Paris, Librairie Klincksieck e Lyons, 1990 [1978], cap. 7 (*Mode et force illocutionnaire*), em particular 7.4. (*La négation*).

Em lógica modal, a negação oracional pode ter escopo proposicional, sendo então conhecida por externa, ou ter escopo intrafásico, sendo então conhecida por interna. A negação externa utiliza-se para refutar uma proposição anterior, pressuposta ou efectivamente proferida; neste caso toda a oração é afectada (*o João não concluiu o curso*). A negação expressa a falsidade, a inexactidão, a irrealidade ou a não realização de um facto, conceito ou proposição.

A negação interna afecta algum constituinte ou componente frásico e manifesta algum tipo de dissonância na relação inter-componentes (*não é o João mas o Pedro o mais engenhoso*

dos irmãos).

A negação pode afectar não só a asserção, mas também as pressuposições com esta relacionadas (cf. *o João não se divorciou; o João não é misógino; o João não foi internado*).

A oração negativa é contraditória em relação à afirmativa correspondente, pelo que o que se nega é a proposição inteira. Mas a dupla interpretação de construções do tipo *o Rei de França não é calvo* tem levado diversos autores, desde Givón a Kempson, a assinalar a tendência para interpretar as construções negativas como casos de negação interna, e não tanto externa. Paralelamente, a interpretação mais comum da negação proposicional parece ser a que envolve uma relação de contrário (*não gostam de teatro não clássico*), e não necessariamente a que lhe é contraditória.

Há ainda indutores de polaridade negativa como *poucos*, que não afectam o carácter existencial do antecedente nominal e da relativa (*há poucos alunos que sabem/saibam falar russo*), ou ainda advérbios de exclusão como *só, somente, unicamente, exclusivamente*, que se comportam como indutores negativos, ainda que a oração não contenha negação explícita (*dos vinte alunos da turma, só dois sabem falar russo*). No caso de *há poucos alunos que sabem falar russo* explicita-se a existência de alunos que sabem falar russo ao mesmo tempo que se pressupõe um claro valor contraexpectativo, já que, contrariamente ao que se poderia esperar, o número de tais alunos é escasso. O conjuntivo, em *há poucos alunos que saibam falar russo*, valoriza o valor de contraexpectativa característico do indutor negativo.

São de vários tipos as implicações que as variações de polaridade podem aduzir no que diz respeito à verdade do estado de coisas explicitado e/ou das pressuposições a eles associadas.

A verdade de uma oração completiva mantém-se inalterada quando esta é marcada por polaridade positiva (*lamento que tenhas partido*) ou por polaridade negativa (*não lamento que tenhas partido*) e quando a oração principal contém um verbo factivo (*apreciar, criticar, detestar*).

Já com os verbos implicativos ou com verbos como *abster-se de, dissuadir* só em contexto negativo se perde a propriedade lógica de implicação (*absteve-se de vetar a lei; não se absteve de vetar a lei; (não) conseguiu fazer aprovar a sua proposta*).

Os mecanismos de inversão de polaridade e suas conexões com as pressuposições são particularmente sensíveis nas orações condicionais, consecutivas e concessivas.

Ao contrário do que acontece com as condicionais reais, a relação **consecutivo-contrafactual** das condicionais irrealis envolve inversão da polaridade da prótase e da apódose. Observe-se o seguinte enunciado, adaptado de Neves (1999), *As construções condicionais*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*.

2ª edição. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP:

se o Japão tivesse sido vencedor da guerra as economias que ganharam o conflito não o teriam ajudado

(prótase positiva): *se o Japão tivesse sido vencedor da guerra*

(pressuposto negativo): *o Japão não foi vencedor da guerra*

(apódose negativa): *as economias que ganharam o conflito não o teriam ajudado*

(conteúdo asseverado positivo): *as economias ... ajudaram o Japão*

Algo de similar acontece em situação de concessiva (*embora p, q*), mesmo que factual (*embora estivesse a granizar, a maratona teve lugar*), pois que a frustração da implicação causal/condicional pressuposta está directamente relacionada com o sentido dos esquemas de polaridade envolvidos (cf. Maria Helena de Moura Neves (1999), *As construções concessivas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP):

- *embora estivesse a granizar, a maratona teve lugar*

p negativo → *q* positivo, frustrando a pressuposição negativa de *p*

- *embora estivesse bom tempo, a maratona não se realizou*

p positivo → *q* negativo, frustrando a pressuposição positiva de *p*

Pelos exemplos apresentados, é fácil constatar quanto o jogo da polaridade, aqui aflorado em alguns dos muitos e complexos aspectos que envolve, está longe de se confinar a um jogo de negação/afirmação de natureza lógica, unidas por uma relação bilateral de verdade-falsidade. O estudo das orações subordinadas adverbiais e completivas poderá sedimentar e aprofundar a percepção desta realidade.

Para o estudo destas matérias veja-se ainda Gabriela Matos (2003), cap. 19.3 (*A polaridade das unidades que expressam negação*). In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada.

3.4. Relações de significação entre frases

É objectivo desta secção do programa identificar as relações de significação de natureza lógico-semântica e conceptual entre frases e descrever as diferentes modalidades de manifestação frásico-proposicional que tais relações assumem na língua portuguesa.

A reflexão sobre as relações de significação interfrásicas visa permitir caracterizar os diferentes tipos de conexões semânticas mais representativos que interligam as frases, sejam as conexões de paráfrase, de contraste, de conjunção, de disjunção, de causalidade, de condição, de

concessão, de finalidade, de temporalidade. Em simultâneo pretende-se que o aluno seja capaz de correlacionar as diferentes configurações sintáticas pelas quais tais relações de significação se manifestam com as relações lógico-semânticas de equivalência, de contradição, de implicação ou de pressuposição que lhes podem estar subjacentes.

Num primeiro momento (3.4.1.) caracterizam-se as relações lógico-semânticas entre frases e num segundo momento (3.4.2.) analisam-se e descrevem-se as diferentes configurações sintático-semânticas pelas quais essas manifestações se traduzem na nossa língua.

3.4.1. Relações de paráfrase, de contradição, de implicação, de pressuposição

Em paralelo com o que se verifica com as unidades lexicais, também ao nível interfrásico é possível identificar nexos de equivalência, de contradição, de implicação e de pressuposição. Evocam-se os critérios de caracterização destes nexos lógico-semânticos para de novo aqui se aplicarem, desta feita, a estruturas interfrásicas (A é uma paráfrase de B; A está em contradição com B; B infere-se de A).

Em caso de relação de equivalência ou de paráfrase (*O João emagreceu e o João tornou-se mais magro*), as proposições em causa mantêm entre si uma relação de simetria semântica e de implicação bilateral. Entre ambas deverá haver, portanto, uma semelhança ou identidade de condições intensionais e de condições de verdade do proposicionalmente expresso. De alguma forma a enunciação adjacente de duas estruturas parafrásticas apresenta-se como tautológica (*comprei duas centenas de acções, adquiri duzentas acções*), a menos que se trate de uma redundância com intuitos expressivos ou enfáticos.

A relação de contradição (*o João engordou; logo, não está mais gordo; ou o João engordou e está mais magro*) envolve uma relação de incompatibilidade lógica (de coexistência) dos termos em jogo, e portanto uma disjunção incontornável da(s) condição(s) de verdade das proposições em correlação. No caso em apreço, os próprios predicadores adjectivos usados estão em relação de contradição (*gordo vs magro*), sendo incompatíveis e mutuamente excluintes entre si, pelo que neles se esteia a contradição proposicional apresentada. Quando estamos perante uma relação de contradição a asserção positiva de *p* implica a asserção negativa de *q* e vice-versa.

Uma relação de implicação assenta numa dependência lógica, pelo que é uma relação tipicamente unidireccional entre um termo determinante e um termo determinado ou implicado, como em *o João emagreceu, os fatos estão-lhe largos*, ou em *o João engordou, pelo que não cabe na porta*. Há portanto uma relação de implicação entre duas proposições quando, sendo o conteúdo proposicional da primeira verdadeiro, o da segunda também o é necessariamente.

Assim, se *todos os homens são mortais*, o conteúdo proposicional de *o João é mortal* encontra-se implicado pela proposição precedente. Ou seja, construções de causa-condição-consequência assentam numa relação de implicação (*se/sempre que anda de avião tem dores de estômago*).

São diversas as modalidades que a relação de implicação pode assumir, sendo que a de causa ou de condição-consequência, antecedente-consequente, motivação-finalidade, entre outras, envolvem tipicamente uma relação deste tipo.

A relação de implicação é também denominada de condicionalidade, uma vez que *p* e *q* estabelecem uma relação unidireccional de antecedente e de consequente (*se p, então q*).

Sobre esta temática veja-se Richard Zuber (1989), *Implications sémantiques dans les langues naturelles*. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique-CNRS.

Por último, a pressuposição.

Não é unívoco o conceito de pressuposição. Uma relação de pressuposição pode ser unilateral, se a presença de uma unidade for condição necessária da presença da outra, ou bilateral, se houver condicionamento recíproco dos termos em jogo. Um enunciado A pressupõe um enunciado B se A contiver todas as informações veiculadas por B, mesmo quando sujeitas a negação ou a interrogação.

Segundo Ducrot (1972), os pressupostos dum enunciado mantêm-se inalterados mesmo quando são objecto de negação, de interrogação ou de subordinação. *Disseram-me que o João continua a fumar* torna explícito que o João fuma actualmente e pressupõe que já antigamente o fazia. Em *o João não continua a fumar* pressupõe-se que o João já fumou.

O pressuposto, quando ancorado lexicalmente, pode deduzir-se logicamente da significação literal, do que é efectivamente dito, através de um processo inferencial que permite deduzir, com base no conteúdo proposicional explicitado, as premissas em que assenta o *dictum*. Assim, subjacente a *o marido da Inês ganhou a causa*, várias pressuposições são possíveis, tais como a de que a *Inês* é casada, e a de que o marido esteve envolvido numa acção judicial.

Por contraste, o sub-entendido é subliminar e pode ser sempre contraditado, porque depende do quadro mental e/ou prototípico de convenções que cada falante associa a situações, eventos, estados-de-coisas: *tivemos pouca sorte* pode ser interpretado como tendo por sub-entendido — e por efeito de lítotes — não tivemos sorte alguma, do mesmo modo que *tivemos um pouco de sorte* pode ser interpretado como equivalendo a tivemos muita sorte. Em função do exposto se compreende que para Ducrot o sub-entendido não deve ser tratado no âmbito do componente [semântico] linguístico, mas do componente retórico.

As pressuposições pragmáticas e as implicaturas constituem aspectos da significação não vero-condicionados, pois representam algo que é mentado, significado, implicitado, sugerido (cf. *é pobre mas limpo; é um político, mas honesto*), mas não dito ("*the meant-but-unsaid*").

Importa, pois, que o aluno interiorize a necessidade que o falante tem de, para entender certas enunciações (o *João fuma três maços por dia e até conhece muitas pessoas que sofrem de cancro*) se socorrer do seu conhecimento do mundo, do saber compartilhado, e de o suprir com uma pressuposição sobre a correlação causal entre fumo/tabaco e cancro para, a partir desta, elaborar deduções nela fundadas (entre a situação do João e a das pessoas que contraem cancro e o facto de fumarem demasiado).

Sobre a pressuposição veja-se Gennaro Chierchia (2003), cap. 10 (*Pressuposição*), especialmente 2. (*o conceito semântico de pressuposição e seus limites*) e 3. (*o conceito pragmático de pressuposição*).

Este momento pode constituir uma ocasião privilegiada para observar as condições de verdade pressupostas que afectam o funcionamento de determinados tipos de verbos (Vilela, 1999, §1.1.2.5.). Os verbos factivos pressupõem a verdade do conteúdo proposicional da frase encaixada, do estado de coisas expresso na oração completiva (*lamento que tenhas perdido o avião*), verdade que é preservada mesmo que a oração principal seja marcada por polaridade negativa (*não lamento que tenhas perdido o avião*). A verdade do enunciado na completiva mantém-se quer na afirmativa, quer na modalidade negativa (*(não) detestou/apreciou que tivessem feito tal protesto; (não) criticou que tivesse chegado tarde*).

Já os verbos implicativos apenas implicam o estado de coisas explicitado pela completiva quando a frase em que ocorrem não é afectada pela negação: *conseguiu fazer aprovar a sua proposta vs não conseguiu fazer aprovar a sua proposta*. Na negativa, a proposta não foi aprovada. O mesmo se aplica a verbos como *abster-se de, dissuadir* que, em contexto negativo, perdem a propriedade lógica de implicação (*absteve-se de vetar a lei; não se absteve de vetar a lei*). Os verbos intencionais (*desejar, querer, pretender, esperar, intentar*) e verbos como *pedir, ordenar, permitir, temer, duvidar, necessitar*, porque de conteúdo volitivo, de actividade mental ou de outra manifestação verbal dependente da aferição subjectiva do falante, não permitem extrair qualquer inferência do ponto de vista lógico relativamente ao valor de verdade da realização/concretização ou existência das situações denotadas pelas completivas.

A culminar estas considerações, e antes de se avançar para o estudo das diferentes modalidades de relação paratáctica, hipotáctica, coordenativa ou subordinativa interfrásicas, este pode ser o momento de fronteira para se produzir uma reflexão sobre as relações entre lógica e linguagem e a diferente natureza de ambas.

Como é amplamente consabido, a lógica da linguagem humana não se subsume na lógica das linguagens matemáticas e das ciências exactas.

O funcionamento e o uso da linguagem natural pautam-se por outros parâmetros que não os estritamente lógicos. A interacção verbal rege-se por princípios conversacionais que lhe são

próprios, assenta em procedimentos e em conhecimentos partilhados, ancora-se em universos de referência interactivamente construídos e processados, escora-se em implicaturas e subentendidos convencionais e em larga escala comungados pelos membros de um dado universo socio-cultural.

Na linguagem lógica conhecida por cálculo frásico e assente na noção de verofuncionalidade há quatro modalidades de conexão — conjunção, disjunção, implicação (unidireccional) e implicação recíproca —, operacionalizadas através dos juntivos *e*, *ou* e *se*. O enunciado resultante da articulação de orações apresenta um valor de verdade que é função dos valores de verdade dos termos constituintes, excluída qualquer outra dimensão semântica.

Neste tipo de cálculo, eminentemente binário, apenas são considerados dois valores de verdade: verdadeiro e falso.

Ora, como tem sido largamente demonstrado, o funcionamento das construções frásicas em língua natural não se revê nos esquemas de funcionamento da lógica. As conexões verbais são bem mais complexas que as conexões lógicas, já que apresentam ambiguidades e conteúdos não estritamente funcionais-veritativos. Os usos da linguagem natural ultrapassam em muito a presença deste tipo de conteúdos. Por isso ao binarismo assinalado contrapõe-se uma lógica ternária, em que ao Verdadeiro e ao Falso se associa o nem Verdadeiro nem Falso.

Em rigor, o funcionamento da língua não tem que ter correspondência com nenhuma verdade objectiva dos factos enunciados. O que está em jogo quando se coloca a questão do significado de uma frase não é necessariamente o seu real valor de verdade ou de falsidade. Mas tal não significa que não seja possível associar o significado de uma frase às suas condições de verdade, isto é, à forma como o mundo teria de assumir para que a frase seja ou fosse verdadeira. Já em caso de conjunção lógica, por exemplo, o valor de A e de B será Verdadeiro se A e B tiverem ambos valor V, sendo Falso em qualquer outro caso, ou seja, o valor de V ou F da operação lógica depende exclusivamente do valor de Verdade de cada um dos seus membros.

A radical diferença de natureza das palavras da linguagem natural e dos termos operatórios da metalinguagem lógica faz com que, para muitos, não tenha sentido associar uns aos outros. Não obstante, a noção de verdade desempenha um papel central na semântica frásica, ainda que possamos compreender o significado de uma frase independentemente da sua verdade objectiva. Nas secções subsequentes teremos ocasião de nos confrontar com a adequação destas considerações.

3.4.2. Relações de parataxe, de hipotaxe, de coordenação, de subordinação adverbial e de subordinação completiva.

Destina-se esta secção a descrever e analisar as relações de parataxe, de hipotaxe, de coordenação, de subordinação adverbial e de subordinação completiva entre frases.

Mais especificamente, pretende-se que o aluno seja capaz de reconhecer e de descrever as modalidades de conexão lógico-semânticas que a parataxe e a hipotaxe suportam, e de identificar, descrever e caracterizar as propriedades e o modo de funcionamento dos operadores juntivos, coordenativos ou subordinativos.

Para tal, importa apreender de que modo os operadores conectivos codificam as diferentes maneiras de mapear as relações interproposicionais.

Um primeiro momento é consagrado à caracterização, em vista a ulterior problematização, dos binómios coordenação-subordinação e parataxe-hipotaxe.

A conexão **hipotáctica** estabelece uma hierarquia sintáctico-semântica entre os membros por ela interconectados. Ao invés, a conexão **paratáctica** não implica uma relação de hierarquia subordinativa, mas de paridade sintáctico-semântica ou de equivalência estrutural entre os termos adjacentes, com ou sem conector explícito. Na concepção mais mitigada de parataxe, esta compreende apenas a justaposição.

Um aspecto essencial a apreender é o da não coincidência entre **coordenação** e **parataxe**: a parataxe tem um domínio de actuação essencialmente interfrasal e a coordenação pode operar com uma ampla gama de categorias, desde palavras, a sintagmas e a frases. A parataxe não coincide, portanto, com coordenação, nem pode ser definida como ausência de relação de subordinação, a não ser em termos meramente sintácticos, pois existem configurações formalmente paratáticas que implicam subordinação semântica (*não queres ir, não vais!*; *entrou no carro; deu à ignição; nada!*).

Uma caracterização das propriedades definitórias das conjunções — coordenativas e subordinativas, estas últimas também chamadas complementadores —, face aos conectores, adverbiais e preposicionais, ajuda a consolidar as manifestações de cada uma das modalidades de conexão interfrásica. Uma propriedade saliente dos conectores reside no facto de estes poderem co-ocorrer com conjunções subordinativas e coordenativas (v.g.: *e por isso; e por fim; e em seguida; e durante; e no entanto; e contrariamente; e assim*).

A coordenação não supõe implicação, mas simetria de elementos em situação coordenativa; ao invés, a subordinação baseia-se numa relação de implicação semântica, em que o elemento dominante implica as características semânticas do dominado.

A **subordinação**, ao contrário da coordenação (intrafrásica ou interfrasal), opera necessariamente sobre unidades oracionais frásicas e a oração subordinada desempenha uma função sintáctica (OD, Compl. preposicionado) e uma função temática (v.g. tema, causativo, tempo) específicas relativamente à oração subordinante ou principal, o que não acontece também em caso de coordenação frásica.

As subordinadas baseiam-se em relações de causalidade (causais, condicionais,

concessivas, finais) e na de quantidade, presente nas comparativas, consecutivas e comparativo-consecutivas (*sofreu tanto que já não pôde suportar mais*).

Outro aspecto crucial a interiorizar é o da não homologia entre significação léxico-conceptual ou temática, como por exemplo as relações semânticas de causalidade, condicionalidade, de concessividade, de finalidade, de temporalidade, e as operações e correlatas significações de cariz lógico, de natureza inferencial, as condições de verdade, de implicação, de pressuposição, que referenciam o pensamento e o processamento em linguagem natural. Um mesmo nexos lógico-semântico pode ser comum a diversas relações léxico-conceptuais interfrásicamente activadas e ser vasado por estruturas sintácticas diversas (*telefona e te direi; se telefonares te direi*). Não há portanto necessariamente biunivocidade entre configuração sintáctica (coordenativa, subordinativa) e semântica (v.g. causalidade, condicionalidade).

O estudo destas redes de conexões lógico-semântico-conceptuais e das suas modalidades de manifestação interfrásica deve partir portanto de uma caracterização da parataxe e da hipotaxe em que esta envolve uma relação de subordinação sintáctico-semântica, ausente da parataxe, que não assenta numa relação de hierarquia, mas de paridade entre termos.

Não são coincidentes as propostas de distribuição dos diferentes tipos de orações pelas classes paratáctica e hipotáctica. Na tradição espanhola, por exemplo, as orações — e porque também as conjunções — copulativas, disjuntivas, adversativas, causais e consecutivas são incluídas na parataxe, e as condicionais, concessivas, finais e comparativas na hipotaxe (cf. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* vol 3, p. 3530). As causais, conjuntamente com as copulativas ou aditivas e as adversativas, desde há muito estão associadas à coordenação associativa, por contraponto com as disjuntivas, associadas à coordenação dissociativa.

A diversidade de categorizações e de critérios que a elas presidem faz com que parataxe e hipotaxe ganhem em ser caracterizadas com base em propriedades quer formais, quer semânticas.

Tendo tomado consciência de que a dicotomia tradicional entre coordenação e subordinação ou entre parataxe e hipotaxe não dá conta da natureza lógico-semântica das diferentes modalidades de articulação ou de correlação que se podem verificar entre orações, sejam coordenadas ou não, assume-se que é uma relação de *continuum* que interliga a parataxe, a hipotaxe e a subordinação. Esse *continuum* assenta em duas dimensões, seja a que diz respeito à hierarquia (ou não) entre termos, seja a que concerne à relevância (ou não) de uma das orações em termos semântico-funcionais. Esse eixo de continuidade depende da proeminência dada às significações que se intentam transmitir, e portanto da distribuição da informação e da estruturação temática dos enunciados.

Assim, em caso de coordenação ou de parataxe (em sentido lato) há total independência proposicional dos termos. Em caso de subordinação adverbial a interdependência interfrásica implica uma hierarquização mais fraca ou mais débil do que a subordinação completiva que, por seu turno, se caracteriza pela total dependência da completiva em relação à principal. Neste caso há uma relação de transitividade sintático-semântico-argumental e portanto um nexos de subordinação e de hierarquia com encaixe da completiva na principal.

Sobre as relações de hipertaxe ou superordenação, de hipotaxe ou subordinação, de parataxe ou de coordenação, veja-se Evanildo Bechara (2004), *Moderna gramática portuguesa*, p. 46-49 e C) (*Estrutura do enunciado ou período*), secção 2 (*A subordinação e a coordenação*), p. 462-513, Gabriela Matos (2003), *Estruturas de coordenação*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 14, p. 551-592 e, na mesma gramática, Inês Duarte, cap. 5. (*Aspectos linguísticos da organização textual*), p. 84-123, em particular 5.1.2. (*Coesão interfrásica*). Sobre esta temática veja-se ainda: Ángel López García, 54.2. *Dos posibilidades: parataxis e hipotaxis*. Ignacio Bosque & Violeta Demonte (org.) (1999), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa Calpe, vol 3, p. 3509-3518; Ángel López García, 54.6. *Propiedades gramaticales de la parataxis y de la hipotaxis*. Ignacio Bosque & Violeta Demonte (org.) (1999), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa Calpe, vol 3, p. 3529-3542; Ángel López García, 54.6.3. *Propiedades semánticas de la parataxis y de la hipotaxis*, p. 3541-3542; e Claude Muller, edité par (1996), *Dépendance et intégration syntaxique: subordination, coordination, connexion*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

3.4.3. Construções de coordenação. Coordenação copulativa, adversativa, disjuntiva.

A coordenação define-se eficazmente por contraste com a subordinação com base nas duas seguintes propriedades: na coordenação, que não na subordinação, os termos coordenados desempenham a mesma função sintáctica e a mesma função semântico-temática.

Uma propriedade partilhada em comum pelas construções que envolvem juntivos coordenativos (v.g. aditivos, disjuntivos, adversativos) é a de equivalência estrutural entre os membros coordenados. Essa imposição, definitiva da condição dos constituintes coordenados, nas situações mais prototípicas de coordenação, manifesta-se em simultâneo na identidade de função sintáctica e semântica dos termos implicados.

Havendo também no seio da coordenação uma gradiência entre situações mais e menos prototípicas, no pólo oposto das situações mais canónicas, e por isso não marcadas, situam-se as construções formalmente coordenadas mas semanticamente próximas das subordinadas,

porque envolvendo relações de causalidade e de temporalidade. Ambas as situações, sejam ou não marcadas, serão objecto de análise.

Exemplifica-se a **coordenação** sindética e assindética (com e sem conector explícito, sendo que esta é sempre parafraseável por uma do tipo anterior: *e, mas, ou*) e, ao elencar as conjunções coordenativas, evidencia-se a diversidade e a não homogeneidade de valores que estas podem assumir, que não se circunscrevem aos valores de adição, de listagem enumerativa, de alternância, de contraste atribuídos às conjunções copulativas ou aditivas, disjuntivas, alternativas e adversativas, mas que podem comportar também valores de sequencialidade temporal (*entrou no carro e deu à ignição*) e de causalidade. A conjunção *e* em *sentí uma tontura e caí; não comes a tempo e não te deixo ver os Simpsons!; não estudes e verás os resultados*, exemplifica algumas dessas situações.

A consideração de **estruturas paratáticas** que envolvem ou não ((i)) um nexos de sequencialidade temporal e/ou causal permite desde logo observar e confirmar a não correlação biunívoca entre configuração táctica e estrutura semântica. Os exemplos que se seguem ilustram essa não correlação: (i) *foi ao café, deu boleia a uma amiga*; (ii) *não vai à festa, não gosta do ambiente*; (iii) *não quer cozinhar, vai jantar ao restaurante*; (iv) *casou-se, teve dois filhos*; (v) *desceu/descia as escadas, caiu, partiu uma perna*; (vi) *não queres ir, não vais*; (vii) *viu a tia, foi à missa, andou a pé ...* .

A impossibilidade de inversão dos termos sinaliza uma assimetria, que caracteriza as relações de sequencialidade temporal e/ou causal. Em regra, assume-se que a ordem enunciada corresponde à de ocorrência dos eventos descritos. Sempre que há possibilidade de inversão de ordem, estamos em princípio perante casos de parataxe.

Exemplifica-se o uso das conjunções simples e correlativas, e das locuções conjuntivas (*ou ... ou, quer ... quer, nem ... nem, ora ... ora, não só ... mas também, tanto ... como*), e de estruturas de coordenação binárias e múltiplas.

O estudo das estruturas conjuncionais completa-se com a caracterização exemplificada dos nexos semânticos mobilizados pelas conjunções copulativas ou aditivas, disjuntivas ou alternativas e adversativas.

As conjunções e locuções copulativas (*e, não só ... mas também/como, tanto ... como*) instanciam uma relação **aditiva ou de conjunção**, que se pode traduzir, por exemplo, por adição ou por enumeração dos termos em jogo.

A relação de **disjunção** ou de alternativa (*ou ... ou, nem ... nem, ora ... ora, quer ... quer*) pode ter valor de exclusão ou valor inclusivo (*quer um quer outro se disponibilizaram*).

Aprofundando um pouco mais estas duas correlações, dir-se-á que duas orações se encontram em **conjunção** (cf. Camacho (1999) quando partilham um tópico comum e/ou que se

situa na mesma área temática (o *João fez a salada e limpou a loiça*). Mas a conexão de coordenação instanciada por uma conjunção/locução coordenativa copulativa está longe de se confinar sistematicamente ou sequer ao valor de conjunção lógica.

Importa chamar a atenção para a possibilidade de certas estruturas de coordenação admitirem uma leitura quer distributiva, em que se denotam dois eventos (o *João e a Maria compraram um computador*), já que cada qual comprou um computador diferente, quer colectiva, assente num processo de coordenação intratermos, em que não há duplicação de eventos: o João e a Maria compraram em comum o mesmo computador.

Em caso de coordenação ou de conjunção simétrica a ordem dos membros coordenados é reversível (*nessa tarde leu o livro e passeou; nessa tarde passeou e leu o livro*). A coordenação assimétrica caracteriza-se pela irreversibilidade da ordem dos termos coordenados. Neste caso não há equivalência com o conectivo lógico, estando os termos ligados por uma relação de pressuposição (*a Maria casou-se e teve um filho; caiu e torceu um pé*). Com efeito, em situações deste tipo o conteúdo proposicional do segundo membro coordenado pode inferir-se a partir do primeiro, através de uma inferência consequencial (*estava mau tempo e não saímos de casa*) ou conclusiva (*portaste-te mal ... e não vais à festa!*).

Uma análise deste tipo supõe uma visão plurifuncional do operador *e*, que suporta relações de similaridade ou de identidade tópica e significações causais e temporais. Esta visão implica a necessidade de convocar informação pragmática que permita inferir interpretações adicionais, contextualmente ancoradas, do valor sistémico do operador. Sobre os valores adversativo, concessivo, conclusivo, consecutivo, finalístico de *e* veja-se Cunha & Cintra, *NGPC*, p. 578-579.

Os casos de fronteira, como os de coordenação assimétrica, que envolvem relações de causa-consequência e/ou de condicionalidade (cf. *não revês os trabalhos de casa e não brincas; não estudes e verás o resultado!*) evidenciam, desde logo, que a distinção entre coordenação e subordinação não é bipolar, mas escalar. Mas estes casos de desfazamento entre configuração sintáctica e estrutura semântica interfrásica corroboram sobretudo que a distinção entre coordenação e subordinação tem uma forte dimensão semântica, ainda que se possa igualmente reflectir na estruturação sintáctica.

Em relação às conjunções **adversativas** (*mas, porém, todavia, contudo*), é sobretudo de natureza **contrajuntiva**, face às expectativas veiculadas pelo antecedente (*pensava estar errado, mas afinal estava certo*), a relação que elas operacionalizam. Porque marcados por maior mobilidade e pela adverbialidade, os três últimos operadores conjuncionais funcionam muitas vezes com valor de conectores contrastivos. Em todo o caso, a conexão de coordenação instanciada por uma conjunção coordenativa adversativa pode não exprimir apenas um valor contrajuntivo, e um valor de contraste (*não foi ao cinema, mas ao circo*), mas também um valor

aditivo (*era uma peça linda, mas essencialmente rara*).

Outros valores há que podem marcar nexos oracionais coordenativos, como termos ocasião de observar nas estruturas disjuntivas que de seguida se analisam.

Também as estruturas frásicas **disjuntivas** evidenciam a não homologia entre disjunção lógica e disjunção linguística. A disjunção lógica assenta na exigência de uma alternativa verdadeira e de uma alternativa falsa. Mas estas não são condição suficiente para a disjunção do ponto de vista discursivo. As conexões disjuntivas são aproximáveis da disjunção lógica inclusiva, já que os termos coordenados em alternativa podem ser compatíveis entre si (*x anda a aprender rudimentos de matemática ou de aritmética; ciência da linguagem ou linguística*). Mas não raro os conteúdos proposicionais das frases em disjunção são apresentados como alternativas que se excluem (ou A ou B, mas não AB), obrigando à selecção de um termo em detrimento das demais alternativas, o que aproxima esta modalidade da disjunção exclusiva do cálculo proposicional.

O operador *ou* pode representar inclusão ou exclusão, disjunção inclusiva ou simples alternância. Pelo contrário, a locução *ou ... ou* só pode representar exclusão, tendo portanto valor disjuntivo de contraditoriedade, de exclusão (A ou B, mas não AB).

As funções semânticas do operador alternativo não se esgotam nas de mero disjuntor lógico, pois não se elencam necessariamente apenas alternativas, veiculando a expectativa de que somente uma delas seja realmente plausível ou possível, mas podem recortar-se outras opções, de modo que uma delas, ou uma asserção mais geral que delas decorra, venha a ser a alternativa mais viável ou efectiva. Por isso, se a intercomunicação se faz de boa fé, enunciar possibilidades disjuntas pode evocar a implicatura de que o emissor oferece ao interlocutor alternativas possíveis, no desconhecimento de qual delas será a real (*não tem importância que seja menino ou menina: o que importa é que seja perfeito*).

Segundo Pezatti (1999, p. 407-441), são três as condições discursivas para que haja disjunção: para além de um eixo semântico comum aos termos disjuntos, haverá uma terceira possibilidade alternativa, posta ou pressuposta, permitida pela semântica das asserções disjuntas, e o locutor deve desconhecer o sentido da selecção disjuntiva a operar.

Daqui decorre que, nestas condições, quando se diz (*ou*) A *ou* B admite-se uma destas hipóteses, A ou B, mas, em qualquer delas, pode também (pressu)por-se C, na convicção de que se trata de uma premissa que prevalece quer se verifique A ou B: *não tem importância que seja menino ou menina: o que importa é que seja perfeito*.

Também os juntivos alternativos podem estabelecer relações simétricas ou assimétricas, dependendo da possibilidade de inversão da ordem dos elementos na disjunção (*ou entra, ou sai; ou entra, ou fecha a porta*).

Assim sendo, não é permitida a inversão quando está em jogo uma relação temporal ou causal, ou em alguns casos em que os membros de relação disjunta envolvem assimetria, como em caso de ordenação do menos para o mais definido (*?frequenta a instituição escolar ou a primária da zona em que reside*) ou do menos para o mais genérico (*?comprou rebuçados ou guloseimas*). Já em caso de ordenação numeral a inversão é possível (*demorou três ou quatro horas; demorou quatro ou três horas*). A ordem dos termos pode ser teoricamente reversível (*jantaram e foram ao cinema; foram ao cinema e jantaram*), mas não na prática discursiva, porque não na realidade que ela reflecte. Assim acontece porque uma das convenções interiorizadas pelos falantes reside no facto de, por via de regra, e em casos não marcados, a ordem enunciada corresponder à de ocorrência dos factos. Ou seja, se o falante diz *foram ao cinema e jantaram* supõe-se que terá sido esta a ordem real dos eventos, que a língua não subverte.

Como exemplo de outros valores que podem marcar os nexos oracionais disjuntivos pode avocar-se o sentido claramente condicional associado ao uso da estrutura disjuntiva *ou ... ou*, em *ou te calas ou ficas de castigo!*, ou em *ou fazes economias ou não vais de férias para a Austrália...*, que corroboram a permeabilidade das fronteiras entre classes.

Para o estudo das manifestações e das conexões semânticas das estruturas coordenativas recomenda-se a leitura de Gabriela Matos (2003), *Estruturas de coordenação*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 14, p. 551-592 e, na mesma gramática, Inês Duarte, cap. 5. (*Aspectos linguísticos da organização textual*), p. 84-123, em particular 5.1.2. (*Coesão interfrásica*). São igualmente referências bibliográficas fundamentais as que se encontram mencionadas ao longo da exposição (Roberto Gomes Camacho (1999), *Estruturas coordenadas aditivas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 351-405; Erotilde Goreti Pezatti (1999), *Estruturas coordenadas alternativas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 407-441). Sobre esta matéria pode ainda consultar-se Maria Helena de Moura Neves (2000), *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, *As construções aditivas* (p. 739-755), *As construções adversativas* (p. 755-770), *As construções alternativas* (p. 771-785).

3.4.4. Nexos e construções de subordinação

No âmbito da subordinação distinguem-se dois grandes tipos: a completiva e a adverbial.

As completivas mantêm uma relação de dependência unidireccional em relação à principal; quer estas quer as subordinadas adverbiais estão numa relação de complementaridade funcional

com as principais, o que não acontece em caso de parataxe. Com efeito, em caso de hipotaxe a relação de interconexão entre orações é mais estreita, semântica e gramaticalmente. As completivas encontram-se numa relação de transitividade face às principais, as adverbiais funcionam como adjuntos daquelas. Ao contrário das completivas, que se caracterizam pela sua não mobilidade, as adverbiais podem não raro ocorrer em posição de antecedência ou de posposição face à subordinante.

No âmbito das construções completivas distinguem-se as verbais, adjectivais e nominais.

No âmbito das construções de subordinação adverbial é bem mais complexa a tipologia de sub-classes, porquanto estas se baseiam ora em dimensões predominantemente configuracionais e sintácticas, ora em dimensões predominantemente semânticas (cf. Vilela, 1999, §2.4.2., Cunha & Cintra, 1984, cap. 18 (*O período e a sua construção*)).

Significativas são, a este respeito, as diferenças que se podem observar cotejando a mais recente edição (5ª) da gramática de M.H.M. Mateus et al. (2003) com anteriores versões. Na 2ª edição revista e aumentada, de 1989, as construções de subordinação não completiva eram agrupadas do seguinte modo (Mateus et al, 1989, §12.3.-12.7):

(i) construções CONDICIONAIS, onde se incluíam as condicionais, as causais e as conclusivas

(ii) construções CONTRASTIVAS, que comportava as CONCESSIVAS

(iii) construções FINAIS

(iv) construções de ORDENAÇÃO TEMPORAL

(v) construções de GRADUAÇÃO, nas quais se incluem as comparativas e as consecutivas

Na edição de Mateus et al. 2003 (§17 e 18), as orações não completivas aparecem repartidas em duas grandes classes:

(i) orações subordinadas adverbiais: orações condicionais, orações causais, orações finais, orações concessivas e orações temporais.

(ii) construções de graduação e comparação: orações comparativas, orações consecutivas, orações conformativas e orações proporcionais.

Elencam-se aqui sumariamente as características fundamentais que, a nível semântico e sintáctico, diferenciam estes dois modos de subordinação, que irão ser circunstanciadamente explorados em secções *ad hoc*.

Sobre as diferenças essenciais entre subordinação completiva e subordinação adverbial vejam-se os seguintes textos: Inês Duarte (2003), *Subordinação completiva — as orações completivas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 15, p. 593-651; Ana Maria Brito (2003), *Subordinação adverbial*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua*

portuguesa. Lisboa, Caminho. 5^a ed., revista e aumentada, cap. 17, p. 695-728.

3.4.4.1. Construções de subordinação adverbial. Construções causais, condicionais, concessivas, finais, temporais

Esta secção destina-se a analisar a semântica das orações subordinadas adverbiais. Começaremos pelas construções causais, condicionais, concessivas, finais e temporais, para de seguida nos debruçarmos sobre as comparativas e consecutivas.

Um denominador comum às construções causais, condicionais e concessivas é o seguinte: estas construções assentam numa relação de causa/condição-consequência, sendo por isso explicáveis em termos de dependência da satisfação ou não satisfação da necessidade ou da suficiência de determinadas condições.

Construções causais

A noção de causalidade pode ser entendida num sentido lato ou restrito: no primeiro caso estamos perante uma relação de causa-consequência, subjacente às construções causais propriamente ditas, às condicionais e às concessivas. No segundo caso estamos perante construções causais igualmente assentes numa relação de causa-efeito, mas operacionalizada por *porque, porquanto, como, pois que, já que, desde que*.

A relação de causalidade pode interrelacionar eventos, representações de conteúdos ou de experiências da realidade externa e pode correlacionar argumentos proposicionalmente integrados.

A expressão da causalidade envolve a explicitação do causante e do causado, ou seja, da razão, do motivo, da justificação, da explicação, da condição preenchida, e correlatamente do efeito, da consequência, do resultado, da conclusão, do facto consequente. O segmento que expressa a causa constitui um fundo, uma pressuposição, não necessariamente real ou material, mas mentado ou apresentado como tal, do causado. A causalidade é apenas enunciada, não tem que ser comprovada.

Nos casos de causalidade entre proposições, a oração causal pode ser anteposta ou posposta à nuclear, nomeadamente quando os conectivos são *porque, já que, desde que, dado que*. Quando começada por *como*, a ordem não marcada corresponde à anteposição da oração causal (*como reprovou por faltas, teve de fazer exame de recurso*).

Nas construções causais distinguem-se duas situações: a de subordinação e a de coordenação causal, o que as situa na fronteira entre coordenação e subordinação.

Deve, pois, diferenciar-se **subordinação causal**, ou causal do enunciado, em que se relacionam predicções ou proposições, de **coordenação causal**, ou causal de enunciação, em

que se relacionam actos de fala (Neves 1999).

Em caso de subordinação causal é possível:

. a inversão da ordem do causante e do causado (*os reféns não podiam mover-se, porque estavam atados de pés e mãos; porque estavam atados de pés e mãos, os reféns não podiam mover-se*), colocando-se o causante antes ou depois do causado;

. a ênfase de causa, operacionalizada por *mas* (*os reféns não podiam mover-se, (mas) porque estavam atados de pés e mãos*);

. a compatibilidade com construção cindida (*era porque estavam atados de pés e mãos que os reféns não podiam mover-se*);

. a construção causal em infinitivo (*os reféns não podiam mover-se por estarem atados de pés e mãos*)

Nestas, a modalidade afecta todo o conjunto da construção, tanto a causa como a consequência: considera-se que os reféns não podiam mover-se porque estavam atados de pés e mãos.

A coordenação causal caracteriza-se tipicamente pela não manifestação das propriedades elencadas. Nelas não está em causa propriamente um nexos de causante-causado, mas um nexos explicativo, não sendo sequer possível inverter a ordem dos membros em jogo (*despachem-se porque se faz tarde; *porque se faz tarde despachem-se*). Nestas, a modalidade só afecta a oração causal, sendo por isso denominadas de orações explicativas: considera-se que se devem despachar porque se faz tarde.

A possibilidade de o causante e de o causado inter-inverterem, em alguns casos, a sua ordem, permite constatar que a sequenciação pela qual o falante ordena estes termos responde às suas prioridades e finalidades comunicativas.

A estruturação dos enunciados não reflecte a pura ordenação lógica ou cronológica de eventos, já que por definição cada enunciado constitui uma versão mentadamente singular da organização dos factos, reflectindo a percepção e a escolha que o falante faz da apresentação dos eventos, as suas opções no que à organização e distribuição da informação diz respeito.

Vistos na sua ordem natural, lógica, para os eventos causalmente relacionados a ordem menos marcada de causalidade seria a de causa-consequência, mas por isso mesmo a ordem inversa é mais icónica. O que acontece, quando uma ou outra modalidade é a seleccionada, são diferentes estratégias que regem a escolha, com diferentes efeitos informativo-pragmáticos, da distribuição da informação, em termos de progressão informativa e tópica.

Esta é, pois, uma excelente ocasião para chamar a atenção para as construções causais com oração causal anteposta (tipicamente as que se iniciam por *como*) e as construções causais com a oração causal posposta (tipicamente iniciadas por *porque*), e para sublinhar que ambas constituem diferentes modos de organização e de verbalização das relações causais, do ponto de

vista informativo: as primeiras apresentam a causa em posição e função temática (*como chovia* (Tema), *não fomos à praia* (Rema)) enquanto as outras apresentam a causa em posição remática (*não fomos à praia* (Tema)) *porque chovia* (Rema)).

Para o estudo desta matéria veja-se Maria Helena de Moura Neves (1999), *As construções causais*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 461-496, Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções causais. As construções causais*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 801-829 e Ana Maria Brito (2003), *As orações causais*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, § 17.3.

Construções condicionais

A construção condicional assenta numa hipótese fundada numa relação entre o conteúdo da prótase (condição para a realização) e o conteúdo da apódose, que representa a consequência, o resultado da resolução da condição enunciada, o resultado que se resolve em realização ou não realização ou em realização eventual da condição enunciada.

A fórmula seguinte resume o essencial dessa relação:

se p (subordinada ou prótase), q (apódose)

São três as modalidades prototípicas de relação condicional.

(i) As construções factuais ou reais, em que se enuncia a ocorrência de um estado de coisas como preenchimento de uma condição (prótase) e, a partir de então, enuncia-se um estado de coisas como factual (apódose), em consequência do preenchimento dessa condição. Ou seja, dada a realização ou a verdade de p , segue-se necessariamente a realização ou a verdade de q .

A ordem prótase-apódose (*se não há perigo, aceitamos o desafio*) é a não marcada. Os operadores mais utilizados são *se, caso, contanto que*, a que se juntam locuções de exclusão *a menos que, a não ser que, excepto/salvo se*, estas duas ocorrendo não raro em posposição.

(ii) As construções irrealis ou contrafactuais, em que se enuncia como não existente um estado de coisas; a partir daí enuncia-se como consequentemente não existente outro estado de coisas que dele dependia: *se as pessoas tivessem rodas, eram bicicletas; se hoje fosse domingo, seria ótimo*. Ou seja, dada a não-realização ou a falsidade de p , segue-se, necessariamente, a não realização ou a falsidade de q . Estas construções repousam sobre uma falsidade de que o falante tem consciência, tanto em prótase como em apódose. A falsidade das premissas reflecte-se na própria morfologia verbal (*se tivesse chovido não tinhalteria havido maratona; se tem chovido, não tem havido maratona*).

(iii) Construções hipotéticas, eventuais ou potenciais são aquelas cuja prótase assenta

numa eventualidade, sendo que o enunciado em apódose é tido como certo, desde que eventualmente satisfeita a condição enunciada. Hipotetiza-se uma condição e enuncia-se um estado de coisas como dependente da satisfação dessa condição. Ou seja, dada a potencialidade de *p*, segue-se a eventualidade de *q* (*se saírem antes das seis da tarde, encontram menos trânsito; se a direcção quiser, a Paula dedica-se aos idosos*).

O uso linguístico das construções condicionais não reflecte pura e simplesmente a condicionalidade definida numa implicação lógica (*se x ... então y*). Uma relação linguística de condicionalidade, mormente nas suas diferentes modalidades, não se deixa interpretar em termos de condicionalidade lógica, em que *x* é condição suficiente para *y*.

A satisfação dos valores de verdade do antecedente e do conseqüente, embora necessária, pode não ser condição suficiente para assegurar a condição de felicidade da relação verbalizada: o que está escrito em apódose pode não representar mais do que uma conclusão consequencial do que está escrito em prótase (*se a Maria for uma criança tímida, então a educadora vai ter que socializar mais com ela*). As construções condicionais funcionam, pois, acima de tudo, como tópicos das construções em que ocorrem. Trata-se de dados que constituem a moldura de referência em relação à qual algo é apresentado.

Para o estudo desta temática veja-se Maria Helena de Moura Neves (1999), *As construções condicionais*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas/USP/FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 467-544, Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções condicionais. As construções condicionais*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 829-861 e Ana Maria Brito (2003), *As orações condicionais*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, §17.2.

Construções concessivas

As construções concessivas têm sido incluídas, conjuntamente com as adversativas, entre as contrastivas, uma vez que ambas têm o significado básico de "contrariedade à expectativa".

Como já antes se explicitara, as concessivas, como as causais e as condicionais, são encaráveis à luz da satisfação ou não satisfação da necessidade ou da suficiência de determinadas condições, ou seja, de algum modo assentam numa relação causa-conseqüência.

No caso específico da concessiva, verifica-se contrariedade em relação à expectativa configurada: *ainda que p* (oração subordinada), *q* (oração nuclear). Ou, em alternativa, até

porque é este o esquema básico, *embora p, q.*

Assim, uma oração é concessiva (*meteram-se a caminho, ainda que chovesse*) quando *p* (*ainda que chovesse*) é considerado não constituir razão suficiente para não *q* (*não se meter a caminho*). A relação lógico-semântica é de frustração da implicação pressuposta. Apesar do facto expresso em *p* constituir uma condição suficiente para a não realização do facto ou do evento expresso em *q*, *q* realiza-se. Porque as orações concessivas contrariam as expectativas e/ou anulam uma causalidade prevista, elas são marcadas como não-causal ou anti-causal.

As concessivas têm sido subcategorizadas em três tipos: concessivas propriamente ditas, de tipo factual ou real (*saímos, embora estivesse mau tempo*); as hipotéticas, eventuais ou potenciais (*mesmo que esteja a nevar, tentaremos escalar a montanha*); e as contrafactuais ou irreais (*por mais que se esforçasse, não consegu(ir)ia movê-lo*).

Os operadores ao serviço destas modalidades são *embora, se bem que, apesar (de) que, mesmo que, ainda que, por mais que*. A oração concessiva pode ocorrer em posposição ou em anteposição. Uma vez mais, a posição relativa da oração concessiva é reflexo do modo como o falante organiza o conteúdo informativo do seu enunciado. Em regra, as orações antepostas funcionam como tópicos das construções em que ocorrem; as orações pospostas como adenda ao previamente sabido; as orações intercaladas contribuem para a topicalização de elementos da oração nuclear ou da subordinada (*é que não conseguia movê-lo por mais que se esforçasse; é que por mais que se esforçasse não conseguia movê-lo*).

Como já tivemos ocasião de observar, as construções concessivas correlacionam-se com as de causalidade e de condicionalidade em virtude de partilharem uma relação de natureza lógico-semântica comum. Mas as orações concessivas também estão próximas das adversativas, uma vez que ambas explicitam uma contrariedade em relação às expectativas verosímeis.

A diferença essencial entre concessiva e adversativa reside no seguinte: na concessiva (estrutura de subordinação), o falante refuta uma objecção, negando a inferência de *p* (*se bem que a costeleta estivesse bastante picante, gostei dela; embora queira deixar a droga, não consegue*); na adversativa (estrutura de coordenação) o falante admite uma proposição e contradita as expectativas entretanto configuradas (*a costeleta estava bastante picante, mas gostei dela; quer deixar a droga, mas não consegue*).

A forte dimensão argumentativa das concessivas é visível em estruturas do tipo: *q, embora p* (*eles comem pizza, embora não gostem*). Com efeito, a oração concessiva argumenta em favor da conclusão *x*, mas a oração nuclear argumenta em favor de não-*x*, pelo que *q* é argumento mais forte para não-*x* do que *p* para *x*.

Concluída a abordagem destas orações, devem os alunos ser capazes de diferenciar as relações semânticas que presidem às orações concessivas, causais e condicionais:

- *porque não tinha o curso, não trabalhava como secretária de direcção*: implicação

causal (pressu)posta

- *se não tinha o curso, não trabalhava como secretária de direcção*: implicação condicional (pressu)posta

- *embora não tivesse o curso, trabalhava como secretária de direcção*: frustração das implicações causal e condicional (pressu)postas.

Para o estudo desta matéria aconselha-se a leitura de Maria Helena de Moura Neves (1999), *As construções concessivas*. In: Maria Helena de Moura Neves (org.), *Gramática do português falado. vol. VII: novos estudos*. 2ª edição. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP & Campinas, Editora da UNICAMP, p. 545-591, Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções concessivas. As construções concessivas*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 862-884 e de Ana Maria Brito (2003), *As orações concessivas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, § 17.5.

Construções finais

As orações finais exprimem propósito ou finalidade e são iniciadas por *para que, a fim de que, para, a fim de*.

Tal como com outras construções, as construções que comportam uma oração final assentam numa relação de dependência semântica entre a proposição da oração principal, ou antecedente, e a da oração final, ou conseqüente. Nas construções finais os conteúdos proposicionais têm que estar ordenados temporalmente por forma a que não haja incompatibilidade lógica do nexos estabelecido. Como acontece noutros casos (v.g. relação de condição ou de causa e de consequência), também neste o nexos entre as duas proposições é um nexos formulado pelo locutor (é um nexos não *de re*, mas *de dicto*), ou seja, o conteúdo proposicional do antecedente é considerado pelo locutor como condição do conteúdo proposicional descrito na oração final.

As orações finais podem ser factuais (*saiu mais cedo para fugir ao trânsito; foi tomar a vacina para que fique mais imunizado*), hipotéticas (*alguns chegarão com ar cansado, para porventura despertarem maior impacto*) e contrafactuais (*os filhos teriam movido montanhas para que os pais se reconciliassem*).

Embora a ordem não marcada seja aquela em que a oração final se apresenta posposta à principal, pode verificar-se inversão desta ordem, em obediência a intuítos ou estratégias ilocutórios específicos.

Para o estudo desta matéria veja-se Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções finais. As construções finais*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP,

p. 884-893 e Ana Maria Brito (2003), *As orações finais*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, § 17.4.

Construções temporais

(Brito, 2003: 721). Podem ser introduzidas pelos adverbiais *quando* e *enquanto*, por conectores de base adverbial (*antes que, depois que, agora que, logo que, sempre que, assim que*) ou de base prepositiva (*desde que, até que*) e por locuções conjuncionais de base nominal (*na ocasião, no momento, na altura em que, cada vez que, todas as vezes que*).

As orações temporais podem ocorrer em posposição ou em anteposição relativamente às orações principais. Mais relevante sob o ponto de visto lógico-gramatical, sob pena de agramaticalidade, é que os estados de coisas descritos nas duas orações têm que estar localizados ambos no passado, ambos no presente ou ambos no futuro, ainda que em cada uma das situações possam ser simultâneos ou temporalmente próximos (*quando estava em casa o telefone tocou duas vezes; quando estiveram na serra nevou intensamente; logo que vocês chegarem começamos a preparar a festa*) ou sucessivos, marcados pela anterioridade ou pela posterioridade (*regressaram ao estúdio após uns dias de férias; depois de chegarem de férias terão de arrumar todo o equipamento de surf*).

Violadas estas condições, configuram-se situações de agramaticalidade (*quando o telefone tocou, estou/estarei em aula).

As orações temporais podem ter a configuração estrutural de orações infinitivas (*ao chegar ao cimo da serra começou a nevar*), gerundivas (*tendo chegado o maestro começou o ensaio*) e participiais (*chegados ao cimo da serra, logo começámos a brincar com a neve*).

A confluência e interação entre valores semânticos faz-se sentir também neste âmbito, porquanto operadores há que possuem valor temporal e concessivo (*o ministro recusou-se a apresentar um pedido de desculpas quando se sabia que tinha cometido uma acusação injusta*).

Sobre este tipo de orações consulte-se Ana Maria Brito (2003), *As orações temporais*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, § 17.6. e Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções temporais. As construções temporais*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 787-801.

3.4.4.2. Construções comparativas e orações consecutivas

É uma relação de *continuum* a que correlaciona subordinação adverbial e subordinação completiva, por um lado, e subordinação e coordenação, por outro. Na fronteira entre os dois pólos situam-se as orações comparativas e as consecutivas, razão pela qual aqui são apresentadas em secção diferenciada. Com base nas propriedades estruturais e distribucionais, Matos (2003) aproxima as comparativas das subordinadas, diferenciando-as das coordenadas.

Construções comparativas

As orações comparativas exprimem uma relação de comparação, no sentido da igualdade ou da desigualdade, entre dois termos, preenchidos pela oração principal e pela subordinada comparativa. Entre os dois termos da comparação existe, portanto, uma relação de interdependência, comum às construções de subordinação mais prototípicas. A ordenação tendencialmente irreversível é outro aspecto em comum com as orações subordinadas completivas. Este aspecto afasta as comparativas das coordenadas aditivas, cujos termos são, em princípio, marcados pela possibilidade de verem a sua ordem revertida.

Os termos em comparação têm em comum uma dimensão que assegura o estabelecimento de uma relação entre iguais ou entre diferentes. Em caso de coordenação aditiva há lugar a uma adição entre iguais, semelhantes, ou termos ligados por alguma identidade.

Quando se comparam dois termos em relação a algo que têm em comum a comparação resultante pode ser de igualdade (*tanto ... quanto, tanto ... como, tão ... como, tão ... quanto*) ou de desigualdade, e neste caso pode haver lugar a comparação de superioridade (*mais ... do que*) ou de inferioridade (*menos ... do que*). Nestes casos estamos perante comparação correlativa, que pode envolver dimensões relativas à intensidade (*tinha tanta febre quanta vontade de dormir*), à qualidade (*a inteligência sobressaía nele mais do que a vivacidade (do irmão)*) ou à quantidade (*havia quase tantos monitores quantas as crianças*) das propriedades, dos eventos, dos estados de coisas visados. A comparação não correlativa, em que a oração principal não é marcada por quantificação relativa, expressa sempre igualdade, sendo instanciada pelas conjunção e locução conjuntivas *como, assim como, tal como, tanto como, tanto quanto, do mesmo modo que* (*o João aprecia golfe tanto quanto o Tiago adora ténis; o João aprecia o golfe do mesmo modo que o Tiago adora o ténis; experimentaram o avião assim como quem anda pela primeira vez de skate*).

Sobre estas construções consulte-se Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções comparativas. As construções comparativas*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 893-913, Ana Maria Brito e Gabriela Matos (2003), *Construções de graduação e comparação*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 18.2-18.4., p. 754-766 e

Gabriela Matos (2003), *Orações comparativas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, cap. 18.1., p. 732-754

Construções conformativas e proporcionais

Como a própria denominação explícita, as orações conformativas denotam a conformidade do seu conteúdo proposicional com o expresso pela oração principal. A oração pode ocorrer em posposição ou em anteposição relativamente à principal. A relação de conformidade é expressa por *conforme* (*agiram conforme o expresso na lei*), *consoante* (*farei consoante o que o programa indica*), *segundo* (*agiu segundo a sua consciência ditou*), *como* (*como deve saber, o inverno na europa é chuvoso e frio*).

A construção proporcional explícita uma proporção entre o que é denotado pela oração principal e o que é denotado pela proporcional. A locução mais usada para este fim é *à medida que*, e pode ocorrer em anteposição (*à medida que o tempo passa os reféns perdem a esperança*) ou em posposição (*as esperanças aumentam à medida que as negociações avançam*). Também pode ser usada a locução *na proporção em que* (*as esperanças aumentam na (exacta) proporção em que as negociações avançam*).

Para o estudo destes subtipos de orações consulte-se Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções conformativas. As construções conformativas*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 924-926, Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções proporcionais. As construções proporcionais*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 927-929, Ana Maria Brito (2003), *Orações conformativas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, § 18.3. e Ana Maria Brito (2003), *Orações proporcionais*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed., revista e aumentada, § 18.4.

Construções consecutivas

As orações consecutivas exprimem uma consequência ou o resultado da presença, da manifestação, da intensidade de uma propriedade ou de um estado de coisas descrito na oração matriz. Por definição a propriedade envolvida é concebida como graduável, de natureza quantitativa e/ou qualitativa e pode estar associada a um objecto, a um evento, a um estado de coisas. Em regra, a oração principal funciona como antecedente e a subordinada como consequente (*o tsunami impressionou o mundo de tal modo/de tal maneira que todos se solidarizaram com as vítimas; o tsunami impressionou de tal modo/de tal maneira o mundo*

que todos se solidarizaram com as vítimas).

As consecutivas de intensidade, em que o antecedente explicita a intensidade ou a quantificação do termo ou do estado de coisas que verbaliza, são iniciadas por *que*, na dependência de *tal, tão, tanto, tamanho, de tal maneira que, a tal ponto que (era tal o barulho que todos acordámos; é tão crítica a situação que os economistas já não sabem o que dizer; o João engordou tanto que não cabe na roupa; o João acumulou tantos discos que não tem onde os guardar)* ou pelas locuções conjuncionais *de forma que, de (tal) maneira que, de (tal) modo que, de sorte que*.

Têm igualmente valor consecutivo as orações infinitivas que contêm expressões do tipo *suficiente, bastante ... para (o medo era suficiente/bastante para os paralisar)*.

Não obstante estarem semanticamente próximas de outras classes de orações, como as de causalidade e as conclusivas, as orações consecutivas não admitem mobilidade (**tanto que não cabe na roupa, o João engordou; *que não cabe na roupa o João engordou tanto*), aparecendo como segundo termo da construção, o que as aproxima das comparativas e as distingue formalmente das subordinadas adverbiais. As consecutivas não funcionam como adjuntos das principais, como acontece com as subordinadas adverbiais, e não podem ser objecto de clivagem (**o João engordou tanto é que não cabe na roupa*).

Um dos testes usados para aquilatar da proximidade destas construções com as completivas é que tem a ver com a interpretação [\pm correferencial] de sujeitos nulos, presentes numa das orações, com sujeitos preenchidos, presentes na outra.

A interpretação correferencial é possível em oração subordinada adverbial (*embora o João estivesse triste, ia ao concerto dessa noite*: quem ia ao concerto pode ser o João; *embora estivesse triste, o João ia ao concerto dessa noite*: quem estava triste pode ser o João), mas não é aceitável em construções completivas do tipo *disse [3ª pessoa do singular] que o médico estava cansado*, em que o SU de *dizer* não é normalmente correferencial de *o médico* (cf. *disse que os médicos estavam cansados*). A interpretação correferencial também não é a mais verosímil em consecutivas do tipo em *estava [3ª pessoa do singular] tão cansado que o médico foi-se embora*, em que não necessariamente o SU nulo de *estar cansado* coincide referencialmente com o da oração consecutiva. Mas já em *o médico estava tão cansado que se foi embora* a interpretação correferencial é aceitável.

Quanto à distribuição relativa e de certo modo também quanto à correferencialidade dos SU nelas co-presentes, as orações consecutivas estão mais próximas das completivas que das adverbiais.

Para o estudo deste tipo de orações veja-se Maria Helena de Moura Neves (2000), *As conjunções consecutivas. As construções consecutivas*. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora UNESP, p. 913-924 e Ana Maria Brito (2003), *Orações consecutivas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5ª ed.,

revista e aumentada, § 18.2.

3.4.4.3. Construções de subordinação completiva

A subordinação completiva caracteriza-se pelo facto de a frase completiva ou integrante funcionar como argumento obrigatório de um dos núcleos lexicais da frase principal. É em função da classe categorial ou sintáctica desse núcleo (V, N, A) que as orações completivas são classificadas em completivas verbais (*a Maria disse que viria tarde*), completivas adjectivais (*o João não foi capaz de levantar tal peso*) e completivas nominais (*temos pena que não possas estar presente; é uma honra que possas estar presente*).

As frases completivas podem ser finitas, quando o verbo ocorre nos modos indicativo ou conjuntivo (*reconheço que estou atrasado; peço-te que venhas cedo*), e não finitas, ocorrendo então o verbo no infinitivo flexionado (*os eleitores lamentam não terem sido devidamente informados*) ou não flexionado (*os eleitores desejam pronunciar-se sobre tal matéria*), ou no infinitivo gerundivo (*os turistas viram as casas a desabar com o tsunami*).

As frases completivas finitas são introduzidas pelo complementador *que* (*declarar, afirmar, saber, entender, considerar, querer, julgar*) e pelo complementador *se*, no caso de o verbo da oração principal ser um verbo de inquirição (*perguntar, pedir*), um verbo dubitativo ou intrinsecamente negativo (*desconhecer, ignorar*). As completivas podem ser preposicionadas (*autorizar a que, opor-se a que, ansiar por que, ter intenção/certeza de que, lembrar-se de que*), fazendo a preposição parte da regência do verbo.

As completivas podem desempenhar a função sintáctico-argumental de objecto directo, de tema (*disse ao João que não se demorasse; lamenta-se que as medidas adequadas estejam a tardar*), ou de sujeito (*é possível, é verdade, é lógico, é surpreendente, é claro que...*). No primeiro caso a completiva é substituível pelo pronome complemento (*o, a*), ou pelo demonstrativo *isso*, em posição de OD, e no segundo caso por um pronome demonstrativo *isto, isso*, em posição pré-verbal (*que a filha esteja tão simpática é surpreendente: isso/tal é surpreendente; isso/tal surpreende*). A relação gramatical da completiva com a oração principal pode ainda ser uma relação de oblíquo, ser for desse tipo a relação imposta pelo núcleo verbal, adjectival ou nominal daquela (*os pais opuseram-se a que a escola fechasse; o problema reside em que a escola não tem professores; as autoridades estão conscientes de que a situação é catastrófica*).

Nas completivas não finitas o verbo apresenta-se no infinitivo, flexionado ou não (*lamentamos não poder comparecer; foi uma surpresa terem/terdes/teres chegado a tempo; é fácil receber(mos) a informação pretendida; aterroriza-os andar(em) de avião*). Quando o verbo da principal é um declarativo de ordem (*pedir*), a completiva é introduzida pelo complementador *para* (*pediram para não fazerem perguntas; disseram para estarem quietos*); a possibilidade de substituição por *que* evidencia o estatuto de complementador (e não de

preposição) de *para*, que assim introduz uma oração com função de complemento directo.

Quando a completiva funciona como sujeito este pode ocorrer em posição pré-verbal (*ainda não termos sido notificados é espantoso*) ou pós-verbal (*é espantoso ainda não termos sido notificados*). Quando a completiva desempenha outras função sintácticas, e nomeadamente a de OD, não é possível a inversão da ordem canónica (SV(X)), pelo que a distribuição dos constituintes frásicos essenciais é tipicamente marcada pela não mobilidade.

As orações completivas, nomeadamente quando introduzidas por *que* integrante, são muitas vezes marcadas pelo valor de verdade do seu conteúdo proposicional. Nesta secção recordaremos também como o valor de verdade se comporta em função da natureza semântico-conceptual do verbo nuclear da oração principal.

Quando na oração principal ocorre como núcleo do SV um verbo factivo entendido no sentido de que pressupõe a verdade da proposição da frase encaixada (*apreciar, criticar, detestar*), a verdade do estado de coisas expresso na oração completiva é, por consequência, preservada (*lamento que tenhas perdido o avião*). Mais ainda: neste caso a verdade do estado de coisas da completiva é preservada mesmo que a oração principal seja marcada por polaridade negativa (*não lamento que tenhas perdido o avião*).

Já com os verbos implicativos a verdade do estado de coisas explicitado pela completiva apenas é preservada quando a frase em que ocorrem não é afectada pela negação: *conseguiu fazer aprovar a sua proposta*. Na negativa, tal não acontece; no caso, a proposta não foi aprovada (*não conseguiu fazer aprovar a sua proposta*).

Por seu turno, muitos dos verbos intencionais, como os de volição (*querer, desejar, esperar*), os de sentimento (*temer, recear*), os de conhecimento (*ignorar, saber, comprovar, reconhecer*), podem ser alheios a inferências acerca do valor de verdade do conteúdo proposicional da completiva que deles depende.

Tal não invalida que verbos como os de crença (*crer, acreditar*), de percepção (*ver, observar*), de comunicação, de ordem, de desejo, de proibição, de receio (*desejar, querer, intentar, propor, pedir, exigir, proibir*) e de actividade mental (*pensar, considerar, achar que*) possam ter usos factivos ou não factivos. A selecção do modo conjuntivo ou indicativo na completiva está não raro associada a diferentes leituras (assertiva, não assertiva) destes sub-tipos: *ela compreende que eu não estou contente com o seu comportamento; ela compreende que eu não esteja contente com o seu comportamento*.

Sobre esta matéria veja-se Vilela (1999, §1.1.2.5. e Duarte, 2003, §15.1.1.1., p. 599-605.

Para o estudo das orações completivas veja-se Inês Duarte (2003), *Subordinação completiva — as orações completivas*. In: Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho. 5^a ed., revista e aumentada, cap. 15, p. 593-651.

3. Modalidades de ensino e estratégias pedagógicas

As modalidades de ensino e as estratégias pedagógicas a adoptar no ensino universitário devem estar em consonância com a natureza e o nível de ensino em causa, com o público que o frequenta, com a especificidade da disciplina e das matérias em jogo.

No que diz respeito à natureza e especificidade do ensino universitário não me alongarei de novo sobre o tema, remetendo o leitor para as considerações expostas no início deste relatório. Apenas recordarei que o ensino a praticar deve conciliar formação essencial com investigação, promovendo o mais possível a produção de conhecimentos e de competências.

O ensino superior universitário não é mais um ensino apenas frequentado por elites intelectuais, mas tem por público, mormente no seu primeiro ciclo, alunos que sofreram a massificação do sistema de ensino básico e secundário português das últimas décadas. A par com alguns aspectos positivos que as novas gerações denotam e, que se impõe otimizar, são muitas as vulnerabilidades que alguns alunos apresentam não só no que a hábitos de trabalho intelectual diz respeito, como também na deficitária competência linguística em língua materna e na notória impreparação metalinguística de muitos dos estudantes nacionais.

A concluir estas considerações preliminares, direi que a especificidade e a complexidade das matérias a explorar condicionam, naturalmente, o modo de as leccionar e fazer saber. Como veremos, torna-se fundamental aliar rigor técnico e capacidade pedagógica de tornar os assuntos interessantes, apreensíveis e, assim, assegurar a sua cabal compreensão, em vista a eventual ulterior processo de reutilização em sede de ensino-aprendizagem.

A concepção, a planificação e o *modus operandi* da leccionação devem ter em conta todas estas variáveis.

Observemos agora como pode ser operacionalizado, na prática, este conjunto de ideais e de conteúdos programáticos.

Uma cadeira semestral, como a que aqui está em jogo, compreende, em princípio, treze a catorze semanas lectivas, avaliação final excluída. Em cada semana há lugar a duas aulas, com a duração de hora e meia cada.

Ao tempo lectivo de trinta e nove horas devem ser subtraídas pelo menos seis horas para exercícios de avaliação e respectiva correcção, o que confina a prática lectiva a pouco mais de trinta horas.

Assim sendo, impõe-se uma selecção criteriosa dos temas centrais a explorar e uma correlata clarificação prévia e rigorosa dos objectivos a alcançar.

Para ganhar espaço lectivo acrescido, poder-se-á transferir para o interregno de avaliação final alguma ou algumas sessões de dúvidas e realizar nesse período a derradeira prova de avaliação, mesmo que não final.

Com um cômputo lectivo efectivo de pouco mais de trinta horas, a cada módulo temático não poderão ser consagradas muito mais que dez horas lectivas.

Na medida do possível, a leccionação de cada grande bloco temático — o introdutório, o consagrado à semântica da palavra e o consagrado à semântica frásica — deverá, portanto, ocupar seis ou sete sessões. No caso em apreço, reservaria um pouco mais de tempo para os blocos 2. e 3. , e um pouco menos para o bloco introdutório, por ser este mais especulativo e por os demais terem uma natureza e vocação mais teórico-aplicada e empiricamente sustentada.

Sempre fui favorável a um ensino-aprendizagem o mais participado e interactivo possível, em que ao professor cabe, contudo, o papel de planificar, calendarizar, gerir não apenas o organigrama lectivo ao longo do semestre, mas também o funcionamento pleno de cada tempo lectivo. Sem assumir uma atitude dirigista, o professor não pode demitir-se da sua função de orientador e de supervisor qualificado, que traça os roteiros de trabalho e que orienta os alunos na dilucidação das dificuldades que a compreensão e subsequente verbalização das matérias lhes impõe.

Considero que é pedra de toque na aprendizagem a efectiva leitura dos textos matriciais por parte dos alunos, a descodificação das suas linhas e entrelinhas, a apreciação crítica dos seus aspectos mais e menos positivos, mais e menos questionáveis. Empreendidas as leituras essenciais, necessariamente extra-aula, devem proporcionar-se, após a realização de tal exercício, momentos de exposição e de discussão das ideias centrais, momentos que se deseja progressivamente mais integrativos, em vista a uma síntese global final das ideias-chave contidas em cada texto de leitura recomendada.

Não é fácil motivar os alunos à leitura, pelo que cabe seleccionar criteriosamente os excertos das referências bibliográficas impositivas, por forma a que se consume a formação basilar que, neste capítulo, se impõe a um aluno que pretende ter sucesso na cadeira. As referências bibliográficas fundamentais são as que, no decurso deste Relatório, e em particular no final de cada sub-secção temática, são recomendadas como tais. Com já tive ocasião de explicitar, também neste capítulo privilegio a qualidade à quantidade. As demais remissões bibliográficas que ao longo deste Relatório foram sendo consignadas representam textos importantes para o aprofundamento das questões por parte de alunos mais diferenciados e naturalmente para a preparação das matérias por parte de quem tem de as leccionar.

A prática docente no ensino superior e, em particular, no seu primeiro ciclo de estudos, coloca problemas específicos de pedagogia e de didáctica, desde logo porque o público a que se destina tem presentemente hábitos de estudo, de leitura, de reflexão marcados por alguma assistemática, ao mesmo tempo que uma acrescida capacidade de acesso a fontes de informação e de correlacio-namento de dados, que a era informática viabiliza, e que importa

rentabilizar.

Como acima foi afluado, a especificidade e a especialização das temáticas abordadas contribuem para uma das marcas de singularidade que exigem da docência no primeiro ciclo de estudos do ensino universitário uma praxis *ad hoc*, já que se torna necessário graduar, dosear e fasear os níveis de complexidade das matérias por forma a que sejam progressiva e efectivamente apreendidas, e posteriormente expandidas, sem desvirtuar o tecnicismo dos tópicos e das abordagens sob escopo. A prática pedagógica tem, pois, de cumprir dois níveis de objectivos, promovendo não apenas a compreensão das matérias em estudo, como também a sua apreensão ductilizada em vista a uma ulterior transmissão pedagogicamente adequada, para quem vier a exercer a docência nos níveis de ensino básico e secundário. Ser capaz de promover com êxito estes dois níveis de mediação pedagógica é certamente um dos maiores desafios que se coloca(m) na leccionação universitária para futuros docentes.

Não significam estas palavras que o ensino universitário se deve pautar por imperativos de natureza profissionalizante, muito menos quando concebidos no seu sentido mais estrito. Entendo que, acima de tudo, deve o ensino universitário fornecer ferramentas de trabalho, a nível conceptual e empírico, que permitam aos alunos ficar munidos de bibliografia, de leituras, de capacidade de reflexão crítica, de autonomia de pesquisa, de conhecimentos teóricos e aplicados, em suma, de competências que viabilizem a transmissão e aprofundamento, em situações profissionais diversas, dos temas de especialidade explorados, ou de outros congéneres. A ductilização a que acima se fez referência mais não decorre do que da apreensão multi-estratal e multidimensional das matérias sem a qual se torna difícil uma versatilização na sua ulterior utilização, nomeadamente em sede de ensino para diferentes níveis de públicos.

Será um lugar-comum, mas ainda assim impõe-se aqui explicitá-lo, a docência tem forçamente que pautar-se pelo princípio da adequação de métodos e de estratégias didácticas e pedagógicas à realidade discente que frequenta a cadeira, à preparação cultural geral e específica do estudante, e muito em particular à língua-materna de cada um. A co-presença de alunos nacionais, que têm o português como língua materna, e de alunos para quem a língua portuguesa é língua segunda ou até língua estrangeira, com patamares de mestria linguística variáveis e com níveis de formação metalinguística por vezes bastante diversos requer uma maior flexibilização por parte do professor a áreas de competência linguística que se afigurem mais problemáticas ou deficitárias e, em consonância, a zonas do programa que se apresentem como mais difíceis.

O programa é apresentado nas suas linhas gerais no início do semestre, sendo então também expostos os objectivos que se pretende os alunos venham a alcançar. É feita uma descrição planificada das actividades, avaliação incluída, por forma a que o aluno disponha de

um esquema prévio do modo como se vai desenrolar o trabalho na cadeira.

Da bibliografia apresentada são desde logo seleccionados textos prioritários, que os alunos devem ler impositivamente, e que por vezes se encontram compilados de forma acessível, em *dossier* próprio.

Agilizar o acesso a estes materiais, nomeadamente dos que são objecto de tratamento mais dedicado em aula torna-se fundamental para fomentar uma melhor gestão do tempo e do modo de estudo dos nossos alunos, que têm pelo menos seis cadeiras por semestre, com uma carga lectiva nunca inferior a dezoito horas por semana.

As referências bibliográficas essenciais são objecto de comentário que, em regra, se destina a sublinhar temas-chave, o essencial de cada proposta e os contributos mais significativos que virão a ser tidos em conta. O trabalho complementar por parte dos alunos colmatará os aspectos não explorados e questionará os conteúdos problemáticos contidos nos textos de leitura obrigatória. Tais referências bibliográficas encontram-se mencionadas ao longo deste relatório, em regra no final de cada sub-secção, como sendo prioritárias ou de consulta aconselhável.

A demais bibliografia, a que se alude ou para que se remete pontualmente, mas que em princípio não será objecto de discussão ou de reflexão colectiva, é apenas invocada, porque emblemática ou útil, enquadrada no momento epocal e cultural em que emerge, sendo portanto objecto de um tratamento mais circunstancial, ainda que dela se sublinhem os aspectos e/ou os contributos mais relevantes para os temas em escopo.

A gestão do trabalho de cada aula ou de cada bloco temático e as actividades para cada um(a) planeadas e propostas devem estar em consonância com os objectivos a cada um(a) adstritos.

Apostando a autora deste Relatório na avaliação continuada, considera-se que o ensino é indissociável da aprendizagem activa e participada por parte dos alunos, que são chamados o mais possível a preparar-se para cada sessão, a apresentar o resultado do labor extra-escolar, e a intervir de formas variadas e críticas na questionação de temas ou de problemáticas e na aplicação de conhecimentos a dados empíricos concretos.

Tenho para mim que o êxito da aprendizagem passa tanto pelo conhecimento consciencioso das matérias, pela leitura atenta e crítica dos textos essenciais, pela corresponsabilização do aluno no processo educativo, quanto pela flexibilização e diversificação de modalidades de trabalho. Uma das formas de fomentar interesse, de motivar, de incentivar a participação empenhada no próprio processo didáctico-pedagógico consiste em diversificar estratégias e métodos, tanto mais quanto se trata de práticas que os alunos universitários consideram, porventura com acerto, não serem devidamente fomentadas.

Num curso universitário de primeiro ciclo têm lugar aulas teóricas, aulas teórico-

práticas e aulas práticas. Todas se revestem de grande importância formativa.

As aulas predominantemente teóricas, que não de todo magistrais, são aulas de grande relevância informativa. A apresentação, a circunscrição, o enquadramento dos grandes temas do programa são levados a cabo em aulas eminentemente expositivas, tanto quanto possível ilustradas com exemplificação e com aplicação à realidade idiomática concreta do português. Frequentemente faço preceder o início do tratamento de um tema de algumas sugestões bibliográficas, solicitando mesmo a leitura prévia de algum texto, dando azo a que haja intervenções fundamentadas por parte dos alunos aquando da exposição da matéria.

Outros momentos de teor fortemente expositivo, em especial por parte do docente, são os que envolvem as sínteses conclusivas que lhe cabe ao organizar, integrando os elementos trazidos a debate pelos intervenientes, e sobretudo os momentos de visão holística e/ou panorâmica dos grandes temas em exploração. As interconexões entre secções e momentos do programa devem ser também essencialmente da responsabilidade do professor.

As aulas teórico-práticas e práticas são aulas de aplicação de conhecimentos à realidade idiomática, de análise, interpretação ou comentário de textos, de apresentação de trabalho realizado pelos alunos, sejam de natureza mais especulativa, sejam de natureza mais prática.

A internet e as TIC permitem hoje em dia o acesso generalizado e quase irrestrito a numerosas bases de dados, bibliográficas, textuais, de corpora, etc, de cujo conhecimento muito podem beneficiar os nossos alunos. Dar a conhecer algumas dessas fontes de informação, salientar os aspectos mais e menos positivos de cada uma, promover a recolha e tratamento de dados, são imperativos de que a docência neste século não pode alhear-se. Não entendo estas práticas como substituto do estudo tradicional e hermenêutico de textos e de dados, mas antes como um instrumento poderoso, ao serviço informativo daquele.

Aulas há que podem ser preenchidas com apresentação de trabalhos práticos realizados pelos alunos, sejam trabalhos de recolha e interpretação de dados, sejam resenhas de leituras recomendadas como essenciais ou supletivas. Uma outra modalidade de fazer participar os alunos na actividade lectiva consiste em encarregá-los da descrição sumária da matéria leccionada na aula anterior. Este exercício, além de implicar o estudo da problemática em análise, obriga a uma intervenção pública que permite começar a familiarizar o aluno com a prestação docente ou formacional.

A diversificação de estratégias de motivação e de participação, que importa promover, pode ainda revestir diversas outras modalidades, desde que consentâneas com o nível de ensino e com os objectivos programáticos da cadeira.

A secção seguinte debruça-se sobre o modo como se pode processar a avaliação, em conformidade com a prática de ensino-aprendizagem aqui expendida.

4. Avaliação

Estão definidas em Regulamento próprio as modalidades de avaliação praticáveis (avaliação contínua, periódica e final) e respectivas condições de execução. Pressupondo-se que são genericamente conhecidas, dispense-me de aqui as descrever.

Não obstante as possibilidades de avaliação que, em teoria, estão disponíveis, as condições conjunturais podem fazer inflectir e reduzir o leque de escolhas em jogo.

Também neste domínio a(s) modalidade(s) de avaliação a praticar, respeitando embora as directrizes impostas, estão em consonância com as concepções de ensino e de prática pedagógica que o docente da cadeira perfilha.

Tenho para mim que a avaliação contínua é a que melhor se coaduna com a natureza do ensino universitário, pois trata-se de uma modalidade que implica participação activa por parte dos alunos, desde que devidamente orientados pelo docente, e maior co-responsabilização destes no processo de aprendizagem. A avaliação contínua pressupõe, mais do que 75% de presenças em aula, a disponibilização por parte da instância escolar e docente de uma continuada possibilidade de apreciação qualitativa e quantificada das capacidades e dos conhecimentos dos alunos, exigindo destes e do docente uma gestão mais apertada dos objetivos, dos tempos, dos processos de ensino e de aprendizagem e de aferição de conhecimentos e competências.

Estão definidas, no texto fundador dos Cursos de Licenciatura em "Línguas e Literaturas" da Faculdade de Letras de Coimbra cujos planos curriculares entraram em vigor no ano lectivo de 2003-2004 (cf. Despacho nº 9988/2003, publicado em Diário da República nº 116, II Série, em 20 de Maio de 2003), as competências gerais a adquirir nas Licenciaturas em que se integra "Linguística Portuguesa IV", pelo que não serão aqui reproduzidas.

Admitindo portanto que esta cadeira possa funcionar em regime de avaliação contínua, impõe-se explicitar que considero fundamental que desde o início do semestre os alunos conheçam bem os objectivos gerais e específicos que no âmbito desta cadeira lhes são propostos, e que são um corolário do exposto na secção 1. (*Enquadramento e objectivos da disciplina*) da Parte II deste Relatório.

Sumariamente, direi que os alunos deverão demonstrar um domínio qualificado e técnico dos conceitos teóricos e operatórios basilares do Programa, deverão conhecer as ferramentas teóricas e metodológicas que lhes permitam, com base nessas ferramentas, proceder a análise aplicada desses conceitos, seja da realidade semântico-lexical da língua portuguesa, seja da sua realidade frásico-proposicional.

Aliar rigor técnico e qualidade superior de execução pedagógica dos conhecimentos e das competências adquiridas constitui o desiderato último a perseguir por parte de um aluno que pretenda vir a exercer a docência.

Algumas palavras sobre modalidades de avaliação contínua praticáveis em aula.

Se vier a ser posto em prática o espírito em que assenta a via-ensino dos cursos de Línguas e Literaturas, os alunos são chamados a partir do quinto semestre a participar na prática docente de uma escola, pelo que muito os beneficiaria se tivessem sido industriados na condução de uma aula. Uma das formas de promover a capacidade didáctico-pedagógica dos alunos pode consistir em encarregá-los o mais possível de exposições, de sínteses, de apresentações de trabalhos e, caso seja adequado, de execução parcial de algumas aulas.

Em meu entender, a avaliação contínua supõe trabalho extra-lectivo e também prestação de provas presenciais, pelo menos uma realizada a meio do semestre e outra no seu termo.

A avaliação ao longo do semestre faz-se com base no trabalho discente apresentado em aula, e que se reveste de diversas modalidades, sejam exposições por parte dos alunos previamente preparadas extra-aula, seja através de comentários críticos realizados sobre as temáticas ou as problemáticas em exploração, seja através de resumos e resenhas de textos, de pontos de vista, de sessões anteriores, seja através de exercícios aplicados e de testes facultados e resolvidos em aula.

A participação activa e consciente no processo de aprendizagem pode ainda traduzir-se por apresentação de trabalhos exploratórios ou de recolha de dados, funcionando a aula como espaço de divulgação e de análise de trabalho realizado individualmente ou grupalmente. Este tipo de trabalho fomenta a autonomia de pesquisa do aluno, permite apurar o sentido de observação e de análise críticas do aluno, propicia um contacto mais vivo com a realidade empírica da língua, pelo que se reveste de enormes potencialidades.

Os dados empíricos que ao longo deste Relatório foram sendo apresentados como exemplos podem, adaptados a outros contextos de co-ocorrência, ou substituídos por outros congéneres, servir de padrão para exercícios analíticos e descritivos das matérias e dos temas explorados.

Para além do domínio de ferramentas conceptuais, atinentes aos diversos itens do Programa, um dos objectivos maiores que se intenta que os alunos alcancem reside na sua capacidade de saber (como) fazer análises e descrições dos factos empíricos registados em situação de uso linguístico. Assim sendo, natural se torna que ao longo do semestre a exposição seja sistematicamente acompanhada de exemplificação prática, e que recorrentemente se apresentem exercícios aplicados para os alunos resolverem, quer respeitantes a relações semânticas de natureza paradigmática e/ou sintagmática de unidades lexicais, quer respeitantes a relações semânticas interfrásicas.

Sendo de valorizar, sejam ou não fruto de uma preparação previamente definida, as intervenções, ainda que pontuais ou dispersas, em aula, permitem ao docente aferir o grau de interesse pela matéria leccionada e o nível de preparação que o aluno revela desta. Também a este nível a avaliação contínua é extremamente útil, até porque bidireccional.

Como acima foi exposto, não se exclui da avaliação contínua uma prova de avaliação global, que pode ser comum aos alunos inscritos em avaliação final. Esta prova serve de complemento e de cúpula às aferições progressivamente empreendidas ao longo do semestre, em testes colectivos presenciais e/ou em exercícios de avaliação individuais, que a realização de tarefas entretanto sugeridas viabilizam. Na prova final, como nas sectoriais, os alunos devem poder realizar exercícios de teor mais expositivo e de teor mais aplicado, por forma a apurarem as técnicas de resposta, de exposição, de desenvolvimento e de resolução de temas/problemas, expendendo e aplicando, de forma criteriosa e qualificada, os conhecimentos que foram adquirindo sobre a matéria em estudo.

Tanto quanto possível, será desejável que no fim do semestre o professor possua dados qualitativos e quantitativos que lhe permitam avaliar singularmente cada aluno que tenha frequentado a cadeira em avaliação contínua. A ponderação relativa atribuída a cada modalidade de trabalho, presencial ou não, colectivo, grupal ou não, é explicitada desde o início, sendo que a avaliação final resulta da conjugação também qualitativa, e não apenas da mera soma e média aritméticas das classificações entretanto obtidas.

Na presunção de que terá sido possível no final do semestre promover uma visão global, integradora e coerente das matérias e das perspectivas exploradas, intenta-se que a prova final, sendo o mais abrangente possível, represente, para quem avalia e para quem é avaliado, uma súmula dos conhecimentos e das competências adquiridos, pelo que nela os alunos incorporarão e caldearão o seu saber de forma a um tempo articulada, rigorosa e tecnicamente qualificada.

